



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 30 dias do mês de abril do ano de 2021, pelas 20h30, por videoconferência, sob a presidência de João Manuel Correia Rodrigues Duque, secretariado por Maria Alice Rodrigues de Sousa e por José Miranda Gomes, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (15`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Dois (15`):

Informação da câmara municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre 2020 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Ponto Três (15`):

Propostas da Câmara Municipal para:

- a) afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno sita no Lugar de Calvos, da União de Freguesias de Calvos e Frades, nos termos da alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.
- b) afetação ao domínio público municipal de parcelas de terreno sitas no: Lugar da Portela, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1490º); Lugar da Portela, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1493º); e Lugar de Bagães, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1479º), nos termos da alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Quatro (15`):

Proposta da câmara municipal para a 4ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, nos termos da alínea a) nº1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da câmara municipal para aprovação do Relatório de Monitorização do primeiro período de vigência da Operação de Reabilitação Urbana (ORU).

Ponto Seis (15`):

Proposta da câmara municipal para alteração ao contrato de médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.100.000€ (um milhão e cem mil euros), celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Caixa Geral de Depósitos a 08 de maio de 2019, com a referência 0663/005930/091.

Ponto Sete (15`):

Proposta da câmara municipal para celebração de protocolo para atribuição de subsídio com a junta de freguesia da união de freguesias de Calvos e Frades, bem como a aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Luís Jorge Amaro da Costa; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; Margarida Reis Soares; Diogo Amaral de Sousa; Sónia Margarida da Silva Fernandes e José João da Costa Fraga.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União de Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: António Manuel Marques de Queirós Pereira; Álvaro da Silva Vieira; Maria Elisabete Cardoso da Cunha; Miguel da Cunha Pereira; José Ângelo Sáavedra de Almeida Faria; Clarisse Cardoso de Matos; Susana Patrícia Barbosa Morais e Manuel Joaquim Ferreira de Sousa.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

Estiveram presentes na bancada do MAI os seguintes membros: Rui Manuel de Macedo Rebelo; André Reis Pereira Silva; Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas; e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Avelino Adriano Gaspar da Silva; André Miguel Lopes Rodrigues; João Pedro Rodrigues Barroso e Maria Gabriela da Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca. Estiveram presentes os

seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro e António Joaquim Barros da Silva.

O Presidente da Mesa, João Duque, deu início aos trabalhos. Colocou a votação a ata da sessão ordinária de Assembleia municipal realizada no dia 26 de fevereiro de 2021. Informou que a ata foi aprovada por maioria, com sete abstenções. E concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Queirós Pereira, para apresentação de declaração de voto.

Interveio o deputado António Queirós Pereira, e no uso da palavra referiu:

“A bancada do partido socialista abstém-se na votação da aprovação da ata da última assembleia, com voto de desagrado pela desconsideração que a Mesa da Assembleia mostra pelos seus deputados, ao insistir constantemente em enviar a mesma na semana das assembleias, apesar de aqui virmos insistentemente a solicitar o seu envio atempadamente. Muito obrigada.”

Concedeu a palavra à Secretária Alice Sousa, para leitura do resumo da correspondência recebida.

Interveio a Secretária Alice Sousa, para leitura do resumo da correspondência recebida.

O Presidente da Mesa, João Duque, informou que a correspondência estava disponível para consulta, como habitualmente. Informou que, antes de continuar a sessão, pretendia propor um voto de louvor. E referiu:

“A situação pandémica que atravessamos, embora até certo ponto prevista como uma possibilidade, não deixou de ser inesperada, na força do seu impacto no quotidiano, para todos nós. Ao mesmo tempo, tem-se confirmado a grande capacidade de adaptação e de resiliência dos humanos, pelo menos da maioria.

É claro que esta capacidade de reação implica um forte envolvimento de todos, cada um à sua maneira. É o que se tem verificado ao longo destes longos meses. Como é evidente, há alguns grupos profissionais que, por força das circunstâncias, desempenham um papel mais significativo. Trata-se daquele conjunto de pessoas das quais nos habituamos a dizer que se encontram na linha da frente. Nalguns casos, essa linha da frente é muito visível e tem sido explicitamente referida e valorizada, nomeadamente na comunicação social; noutros casos, a frente está na retaguarda, mais escondida, correspondendo até a profissões socialmente menos consideradas.

Não vou referir aqui nenhum desses grupos em particular, para não ser injusto em relação a outros, eventualmente não referidos, uma vez que são numerosos. Deles dependemos todos neste duro combate.

Em nome da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, e assumindo uma sugestão do nosso concidadão António Carvalho, imediatamente acolhida por todos os grupos municipais, cabe-me a enorme honra de propor, nesta sessão, um especial voto de louvor a todos os profissionais que, com sacrifício da sua vida particular, e não raras vezes com risco da própria vida, têm dado o melhor de si para nos ajudar a enfrentar esta praga.

Acrescento, também em nome deste órgão representativo, um agradecimento público a toda a população da Póvoa de Lanhoso, pelo modo civilizado como, em geral, têm lidado com a difícil situação. Ao mesmo tempo, reforçamos o incentivo a que todos mantenham a vigilância e os cuidados necessários, apesar do cansaço. A pandemia não terminou, ainda, e não podemos desleixar, estragando nesta fase, que esperamos seja a fase final, tudo aquilo que foi possível conseguir ao longo destes longos meses. Todos temos a obrigação ética e cívica de manter o cuidado, por respeito a nós próprios e à nossa vida, por respeito aos que correm mais risco de serem atingidos mortalmente pela doença, e por respeito a todos aqueles que, na linha da frente, se sacrificam por todos nós.

Aos que estão na linha da frente, em particular, e a todos, em geral, esta Assembleia manifesta o seu apreço e o orgulho por representar tão nobre povo.”

E concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, informando que teria apenas três minutos para intervir.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Daqui a cerca de três horas termina o estado de emergência que vigora há largos meses. Esperamos que seja um bom augúrio para ultrapassarmos mais uma etapa e que constitua um passo firme e decidido, um passo de gigante para o que temos que alcançar no decurso deste ano e que se consumará com a imunidade do grupo à escala nacional, através da vacinação. Neste contexto, e no mesmo dia em que o Conselho de Ministros declara o nosso concelho entre os 27 que ultrapassam os 120 casos da taxa de incidência da Covid-19, correndo o risco de, estando em alerta na próxima semana, recuarmos no desconfinamento, importa, com clareza cristalina, sublinhar o posicionamento de responsabilidade do MAI neste voto de louvor. Porque este louvor, apoiado e bem, em conferência de líderes, por todos os grupos parlamentares, tem uma forma cordial, sobretudo, de saudar aquelas pessoas, aqueles agentes que estiveram na linha da frente, como bem referiu na feliz redação que leu o senhor Presidente da Assembleia: na linha da frente de combate à pandemia e à terrível doença que ela provoca. E podíamos aqui elencar vários grupos, grupos como, por exemplo: os profissionais de saúde; os colaboradores das equipas de emergência, de socorro e de prevenção à saúde; os colaboradores da proteção civil; as forças de segurança; os colaboradores das IPSS's, da Misericórdia e da unidade de cuidados hospitalares e

cuidados continuados; e podíamos continuar, porque é sobretudo neste simbolismo da mensagem e da homenagem que queríamos que este voto fosse entendido.

Porque na questão do agradecimento à população queremos que ele também seja um voto de exortação e de alerta. De exortação porque nós não podemos, neste momento crucial, ceder ou amolecer no combate a este vírus agressor. Nós não podemos baixar as armas e deixar de cumprir as normas, as regras, as boas práticas que a OMS e a Direção Geral de Saúde nos recomendam. Não podemos continuar a observar o cumprimento do dever cívico de recolhimento e de distanciamento social. Por isso, o MAI queria, aqui, deixar esta nota de exortação, também aos autarcas, Sr. Presidente da Câmara, senhores Presidentes de Junta, que continuem a persistir nesta mensagem de consciencialização das pessoas de que o combate à pandemia e a este vírus agressor tem de continuar a toda a força, com toda a veemência e com toda a coragem e persistência. Obrigado Sr. Presidente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Fraga.

Interveio o deputado José Fraga, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Num ano de muitos desafios, a autarquia tem que continuar a dar resposta a um enorme desafio, o covid-19, com serviços reduzidos e necessidades de resposta acrescida. Em virtude das suas atribuições e competências e pelo conhecimento que detém do seu território e populações, a autarquia assume-se como fator chave no processo de contenção e de combate a este vírus. Cabe à autarquia proteger e apoiar a população, em particular os mais vulneráveis, através da permanência de serviços presenciais no acompanhamento e apoio a grupos de risco, complementados com contactos individualizados. Um trabalho difícil, mas de enorme importância.

Destaco a intervenção desta câmara nalguns domínios: comunicação pública; apoio às atividades económicas, nomeadamente à restauração e ao comércio tradicional; apoio à população mais vulnerável; articulação diária com a autoridade local de saúde; concessão de apoios sociais de emergência; apoio às IPSS's na realização de testes Covid; colaboração com a Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso na implementação de uma unidade de cuidados moderados Covid; colaboração comigo, como representante no conselho para a comunidade e com o Sr. Diretor Executivo Nuno Oliveira, do ACES, e com as unidades de saúde familiar da Póvoa de Lanhoso, em todo o processo da criação do centro de vacinação na Póvoa de Lanhoso; criação de acessibilidades criadas no mesmo centro; resposta adequada, quando solicitada, para colaborar na identificação de utentes e transporte dos mesmos para que a campanha de vacinação esteja a decorrer dentro da normalidade prevista, que à presente data regista

os seguintes valores: com uma dose 19,09% da população, o que equivale a 4179 utentes; com vacinação completa 8,3%, 1816 utentes.

De evidenciar, ainda, a articulação com os Presidentes de junta de freguesia, coordenação geral de todas as intervenções, da responsabilidade política do Sr. Presidente da Câmara, e operativa do serviço municipal de proteção civil, na articulação com os demais serviços do município. Certamente que haverá outros municípios com trabalho igualmente digno de registo, na forma como têm enfrentado esta situação de exceção, no entanto, julgo que é relevante pôr-se já em evidência a ação do poder municipal, quase asfixiado pela onda mediática da ação do Governo, como se ele estivesse sozinho neste combate, e por isso não é justo. Muito boa noite.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Queirós.

Interveio o deputado António Queirós, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“De facto, começamos esta assembleia associados em uníssono a um agradecimento especial a todos quanto fizeram com que hoje tivéssemos chegado até aqui. Contudo, e após esforços de muitos, e esforços esses por vezes desumanos, perdemos concidadãos, perdemos empregos, perdemos empresas e perdemos qualidade de vida e de bem-estar. Os meus colegas da bancada do MAI e do PSD associaram-se, com o PS, ao repto do Sr. Presidente que, na sequência, também, do desafio do capitão Carvalho, e é de louvar que tenhamos de facto chegado até aqui, embora não tendo tido alguns essa felicidade, mas não queremos deixar de nos associar e felicitar o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, em representação de todos os povoenses, por saudar todos aqueles que fizeram com que hoje estivéssemos cá e com saúde. Muito obrigado.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, colocou a votação o voto de louvor e informou que o mesmo tinha sido aprovado por unanimidade. Seguidamente, deu início aos trabalhos, informando sobre os tempos e que estavam abertas as inscrições para intervenção no PAOD. E concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Celebramos, no passado domingo, dia 25 de abril, os 47anos da revolução dos cravos que pôs fim ao regime ditatorial e dos 46 anos da primeira eleição livre para a Assembleia da República. Comemorar o 25 de abril é uma responsabilidade e um orgulho para qualquer órgão representativo da vontade dos cidadãos, expressa através do voto, como é o caso desta assembleia municipal. E fazê-lo não é nem pode ser mero cumprimento de um dever, uma formalidade sem significado. Comemorar o 25 de abril é

prestar homenagem a todos aqueles que se esforçaram e que resistiram a um regime ditatorial, e que naquele dia, em nome do povo português, libertaram o povo, para devolver ao povo a condução do seu destino. Comemorar o 25 de abril é, também, tempo para agradecer aos militares que lutaram na guerra colonial, independentemente de concordarem ou não com a política ultramarina. Aos muitos que pereceram, e aos que sobreviveram, agradecemos, agradecemos especialmente aos que quebraram o ciclo da guerra colonial, dando esperança à criança que dizia “quando for grande não quero combater”. Comemorar o 25 de abril é honrar o regime democrático em que vivemos, fundado nas revoluções de abril de 74 e de novembro de 75. Honrar este regime é afirmar que Portugal é uma república que reconhece o primado à dignidade da pessoa humana e um Estado onde o respeito e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais não são negociáveis.

Provamos, sem dúvida, que a liberdade é mais forte do que o medo; porém, 47 anos depois, importa perguntar o que conseguimos e o que está por fazer? Conseguimos tanto. Nas últimas décadas, 21 Governos foram cumprindo os desígnios constitucionais de tentar garantir o Estado social com saúde, educação, igualdade de oportunidades para todas as pessoas, procurando com que Portugal seja, cada vez mais, um país onde não importa quem somos, quem são os nossos pais, de onde viemos, no que é que acreditamos, quem amamos. As nossas gerações olham para isso com gratidão, para o que as gerações que nos precederam nos deram. A elas devemos tantas e tantas conquistas, nas mais diversas áreas de governação.

Lembra-se, a 25 de abril, ano após ano, a liberdade conquistada, mas a luta para que não a percamos deve ser levada a cabo todos os dias. Uma liberdade que é minha, que é vossa, que é nossa. Uma liberdade que é do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Duque, e restantes membros da digníssima mesa, a quem aproveito para cumprimentar, pois é graças a esta liberdade que tem o prazer de liderar o órgão deliberativo e representativo de todos os povoenses; uma liberdade que é de todos os líderes parlamentares, Luís Amaro da Costa, Filipe Silva e Dr. Rui Rebelo, a quem também aproveito para cumprimentar, e que graças a esta liberdade têm a oportunidade de liderar as bancadas parlamentares dos seus partidos, sem terem nada que recear por aquilo que aqui disserem. Uma liberdade que é de todos nós, deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, senhor Presidente da Câmara e restantes elementos do executivo municipal e vereadores da oposição, que a todos também cumprimento, pois é graças a ela que hoje aqui estamos na casa da democracia, Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso. Uma liberdade que é da comunicação social e da população, que nos acompanham através das plataformas digitais e que, por força da pandemia que atravessamos, ainda não lhes é possível assistir, presencialmente, às sessões da assembleia municipal. À comunicação, a quem endereço um respeitoso cumprimento, vendo-se nos dias de hoje a possibilidade de levar a cabo o seu trabalho, sem correrem o risco da censura do lápis azul, que outrora por aí imperava. À população,

caros povoenses, homens e mulheres, dos mais jovens aos mais velhos, apresento aqui os meus calorosos cumprimentos, para quem em abril significou um passo largo na direção da igualdade e na cativação do direito ao voto e à liberdade de movimentos, entre muitas outras conquistas. Talvez ainda haja muito por fazer e o povo português espera e reclama, de cada responsável político, que se faça mais, que se faça melhor. Mas, mais do que discursos cuidadosamente elaborados e bem ornamentados, a melhor forma de celebrar o 25 de abril é fazermos uma reflexão coletiva, enquanto povo, sobre o estado em que se encontra o nosso país. Celebramos no passado domingo, mais um aniversário de um dos acontecimentos mais fundamentais da democracia portuguesa.

Nascido nos finais da década de 80, não vivi nem participei do calor e da novidade daquela altura. Como já disse anteriormente, a luta pela liberdade democrática, que no passado domingo recordamos, faz parte da herança que nós, os mais jovens, recebemos das gerações antecessoras à nossa. Daí que, para mim, com todo o respeito e consideração, faça mais sentido hoje refletir o valor que esta herança tem para a minha geração e os desafios que nos coloca. Na escola, nos livros e documentários, estudei a memória histórica desse período, que se perpetua no tempo, e lembro, por isso, o 25 de abril como a data que abriu portas à liberdade. Vivo este dia com entusiasmo; não tendo vivido o tempo revolucionário, reconheço a importância histórica do momento e, sobretudo, quem está inconformado com o incumprimento das promessas de abril, quase cinco décadas depois.

A geração que, em 1974, fez a revolução abriu caminho à aprovação da constituição, que celebrou, também no passado domingo, 45 anos de vigência. Constituição que instituiu o Estado de direito democrático que conhecemos e que permitiu a Portugal caminhar rumo à adesão à Comunidade Europeia, o que veio a acontecer uma década depois. A constituição é um reduto dos direitos conquistados em abril e o maior símbolo de compromisso de Portugal com os direitos humanos e com uma identidade profundamente europeia e igual. Hoje, a generalidade da geração que governa o país não fez o 25 de abril, é a geração que assistiu, muito jovem, à revolução; é a geração que está a falhar naquilo que abril melhor significa, na construção de uma ideia de um país livre e de um futuro coletivo de oportunidade para todos.

Nos primeiros 20 anos da democracia o país mudou. A integração europeia alimentou a expansão da economia; os salários cresceram; os portugueses tiveram cada vez mais acesso a escolas, hospitais e universidades de qualidade. No entanto, o impulso e pujança de modernização parecem ter perdido fulgor. Entre crises económicas, e gestão corrente, Portugal carece hoje de uma visão inspiradora semelhante àquela que alavancou a democracia.

Em 1974, urgia a Portugal descolonizar, democratizar e desenvolver. Em 2021, apenas a descolonização se fez, nas circunstâncias que conhecemos. A nossa democracia sobrevive com uma fraca participação dos cidadãos, que diminui de eleição para eleição. O nosso desenvolvimento deixa muito a desejar e, nas últimas décadas, há muito que

deixamos o pelotão da frente da Europa, no que ao crescimento económico diz respeito. Este é o grande desafio da minha geração, que não fez, mas viveu ou assistiu ao 25 de abril: a renovação da esperança. Temos de ser mais pais do nosso futuro do que filhos do nosso passado.

Minhas senhoras e meus senhores, se a sociedade civil nunca como hoje teve meios ao seu dispor para opinar, com fundamento, sobre os mais diversos temas, mais não temos a fazer senão ouvir a sua voz, dar-lhe espaço e procurar responder aos seus anseios na ação política, em vez de anuir no momento e fazer desses anseios tabua rasa de seguida. Porque as ameaças que se colocam à liberdade, renovam-se em cada época. As ameaças de hoje não são as da PIDE, mas muitas delas são renovadas de quadros institucionais formalmente democráticos, como bem vemos por esse mundo fora. Respeitar a liberdade e cultivar a democracia está, também, nas nossas mãos, para que saibamos cumprir os preceitos de abril, da liberdade e do que ela significa em cada momento para cada geração.

Abril cumpre-se todos os dias, abril é saber cuidar, respeitar o passado e preparar o futuro, abril é colocar Portugal de lés-a-lés nas mãos de todos nós, os portugueses, dos mais novos aos mais velhos. Celebremos os valores de abril, hoje e sempre, viva sempre a liberdade. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente, este é o tempo de programar o presente e o futuro, o próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia está aí. Portugal, na estratégia Portugal 2030, definiu as prioridades e as áreas estratégicas para o investimento previsto nos próximos 6 anos. O Portugal 2030 assenta em quatro agendas temáticas. Uma primeira agenda coloca o foco nas pessoas investindo na promoção de uma sociedade mais inclusiva e menos desigual. A segunda agenda diz respeito à inovação, permitindo a transformação da economia por via da digitalização e da incorporação do conhecimento nas empresas; estamos a falar da transição digital e da indústria 4.0. A terceira agenda temática visa a sustentabilidade e a valorização dos recursos endógenos: estamos a falar de produção de energias renováveis, do desenvolvimento agrícola e da floresta, tomadas como recursos estratégicos e também da descarbonização da economia e da promoção de territórios mais eficientes no combate às alterações climáticas. A quarta temática diz respeito ao desenvolvimento do território, em que o objetivo é ter um território externamente competitivo e internamente coeso. Tendo em conta este enquadramento, a Comissão da Região Norte definiu a estratégia de desenvolvimento do Norte para o mesmo período, o Norte 2030. Este documento apresenta, também, uma síntese das

estratégias das entidades intermunicipais, neste contexto e tendo em conta que o Presidente da Comissão de coordenação já reuniu com a CIM do Ave, urge perguntar ao Sr. Presidente:

- Primeiro, qual é a visão do executivo para o período de programação 2021-2027? Onde estão as agendas estratégicas da Póvoa de Lanhoso que informaram a estratégia da CIM do Ave? Que projetos estratégicos apresentou, na reunião o Presidente da CCDRN para constarem no Norte 2030 e no plano de recuperação e resiliência?

Sabemos, Sr. Presidente, que a CIM do Ave já tem um plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas e está a definir uma estratégia intermunicipal para a inovação social, mas desconhecemos, em absoluto, as agendas estratégicas do concelho da Póvoa de Lanhoso que terão contribuído para a estratégia intermunicipal. No fundo, Sr. Presidente, o que o MAI pretende, bem como todos os povoenses, é perceber de que forma a Póvoa de Lanhoso vai estar alinhada com as políticas europeias e nacionais, por forma a promover um equilíbrio demográfico, maior inclusão e menor desigualdade; por forma a promover a digitalização, a inovação e as qualificações como motores do seu desenvolvimento, de forma a promover a alteração climática e a sustentabilidade de recursos, por forma a promover um território mais competitivo e coeso.

E termino citando Pessoa – o futuro é já presente, na visão de quem sabe ver. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O concelho da Póvoa de Lanhoso está neste momento a assistir a um investimento nas freguesias. Esse investimento no município resulta, acima de tudo, da vontade do executivo de levar o desenvolvimento do concelho a todo o território. A câmara municipal da Póvoa de Lanhoso, apesar de valorizar a sede do concelho, tem a preocupação permanente de contribuir para coesão do território, fixando as populações nas suas freguesias. Por isso investe na melhoria das acessibilidades e nos espaços públicos das freguesias, mas também nos serviços essenciais, como iluminação pública, fibra ótica ou rede de água e saneamento.

Este é, de facto, um executivo que se preocupa em melhorar a vida dos povoenses em todas as suas freguesias. Esta, aliás, foi a palavra dada pelo Sr. Presidente da Câmara aquando da sua tomada de posse, tornar este concelho uma referência dos concelhos de baixa densidade. Não olhou a cores políticas, investiu nas freguesias com critérios objetivos e envolvendo as juntas de freguesia, cumprindo o que assumiu, honrando a palavra que deu. Mas nem sempre teve o mesmo tratamento; há quem prefira seguir uma estratégia partidária e usar, entre outras, as juntas de freguesia para tentar atacar

a câmara municipal. O respeito institucional e o dever de cooperação devem ser sempre a base do exercício das funções autárquicas. Votar contra os planos de atividades que preveem obras nas suas freguesias é um bom exemplo do serviço partidário e é um mau exemplo no bom relacionamento institucional, que todos devemos defender.

Referi, na última Assembleia Municipal, a disponibilidade, a abertura deste executivo, na colaboração com as juntas, as IPSS's, com todas as instituições do concelho. E hoje, também, permitam-me que reforce a posição da câmara municipal e do Sr. Presidente de câmara, que foi o líder que acreditou no seu projeto, que acreditou no nosso concelho, que acreditou nas nossas instituições e que acreditou nos povoenses. Contudo, leva-me a crer que os autarcas que votaram contra estes planos de atividades que estavam previstas nas suas freguesias deixaram de acreditar em si, nas suas próprias orientações, deixaram de acreditar nas suas freguesias e deixaram de acreditar naquilo que, efetivamente, eram as necessidades e as prioridades das suas freguesias. Contudo, a câmara e a bancada, naturalmente, do PSD – que nisso também somos diferentes, somos solidários e aquilo que nós queremos é o desenvolvimento, não só para as nossas freguesias, mas para as freguesias todas do concelho – fomos solidários e aprovámos o plano de atividades que permitiu que as obras nessas freguesias fossem realizadas, e muitas delas já estão concluídas e outras estão em fase de execução. Essas atitudes ficam, naturalmente, e ficarão sempre, com quem as toma, e caberá ao povo julgar essas atitudes. Mas eu tenho uma certeza: a palavra dada, Sr. Presidente de câmara, tem sido, ao longo deste mandato, honrada, como se espera de quem tem seriedade e experiência, que eu, naturalmente, penso que saberão reconhecer.

Aquilo que eu espero e desejo, é que possamos todos, aqui nesta assembleia, olhar em frente, olhar para o nosso concelho, olhando para as nossas freguesias, para as nossas pessoas, para os nossos bairros e que essas sejam sempre as nossas preocupações. Porque não faz sentido, não faz sentido um autarca vir à câmara pedir que seja vertida uma obra no plano da câmara municipal e, no momento de decidir, esses autarcas, se demitam dessas responsabilidades, não querendo o desenvolvimento das suas terras. É esta a correção que eu quero aqui hoje deixar, relativamente ao nosso Presidente de Câmara, o Presidente de todos os povoenses, que este sim acreditou no projeto, acreditou no desenvolvimento do concelho, acreditou nas nossas instituições e a palavra que ele deu ao longo do mandato, a todas as instituições a todos os autarcas, tem sido sempre honrada. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Clárisse Matos.

Interveio a deputada Clárisse Matos, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ainda sobre o 25 de abril, neste 25 de abril de 2021 estará uma vez mais na hora de se refletir: afinal o que é a liberdade?”

Nos dias que se seguiram à queda da ditadura fascista do Estado Novo, centenas de presos políticos foram libertados das prisões políticas. Ao vermos as suas imagens sorridentes e ao ouvirmos os seus testemunhos, as palavras libertação “livre” e “liberdade” repetem-se. Após 48 longos anos de tortura e de repressão, havia chegado essa tal liberdade. A democracia portuguesa é filha do período revolucionário que se seguiu.

Aqueles que lutaram pelo 25 de abril fizeram-no sem interesse algum. Garantiram-se as liberdades de expressão, associação, imprensa e sufrágio universal. No entanto, encetou-se um projeto emancipatório que queria muito mais do que isso, o seu propósito era o da liberdade para todos e todas, de viver com dignidade e de quebrar com a opressão. Muitos não terão noção de que, por exemplo, antes do 25 de abril as mulheres tinham passaporte em conjunto com o marido e, por lei, tinham que ter autorização do próprio para poderem viajar para fora do país; não podiam votar; casais que se beijassem em público estavam sujeitos a pagar uma multa, por tal ato ser considerado um atentado ao pudor; a mulher divorciada não era bem vista. A liberdade do 25 de abril era a de viver dignamente; de saúde para toda a gente; de educação para todas as crianças; e de tomar nas mãos o destino das nossas vidas; a liberdade de romper com praticamente meio século de fascismo, de população a viver na pobreza, e sem habitação digna e sem saber ler nem escrever.

Foi esse projeto de construção do Estado social e da democratização da economia que nos deu, por um lado, a constituição de 1976, mas também a massificação da escola pública, que efetivou o combate ao analfabetismo; direitos para quem trabalha, como o salário mínimo nacional; e o serviço nacional de saúde, que permitiu a Portugal reduzir, drasticamente, a mortalidade infantil e hoje responder, eficazmente, à pandemia do Covid-19. Deu-nos o ponto de viragem que nos permite viver como vivemos hoje, com coisas que já nos são tão normais que nem nos imaginamos a viver sem elas.

Ainda assim parece que, quanto mais passa, mais a necessidade de relembrar os valores de abril se torna fulcral. Defender o povo e não oprimir o povo.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Pretendo, agora, falar da ocorrência de um transbordo das lagoas no início do mês de fevereiro de 2021 no Ecoparque BRAVAL, que foi também anunciado na última assembleia municipal. Ao Ecoparque BRAVAL deslocou-se o Sr. vereador do Ambiente, André Rodrigues, que instaurou o processo de contraordenação e comunicou às

autoridades competentes. A comissão permanente do ambiente foi recebida, no passado dia 25 de março, pelo Sr. administrador, Pedro Machado, que expôs o sucedido.

Aquando do transbordo, no início deste ano, verificou-se a avaria de uma das eletrobombas instaladas em funcionamento na estação elevatória do efluente pré-tratado, e como tal foi instalada a eletrobomba de reserva e a situação foi rapidamente reposta. No final da semana, de 30 para o 31 de janeiro, uma outra eletrobomba também avariou, ficando a estação elevatória apenas com uma bomba em funcionamento, o que diminuiu, consideravelmente, o caudal de bombagem para a conduta de saneamento municipal de Braga. Nestes dias referidos e nos seguintes, verificou-se elevada e continuada precipitação, com isso a capacidade de armazenamento de cerca de 1800 m³ da estação das três lagoas existentes foi excedida, provocando a saída de lixiviados e águas das chuvas para a linha de água pluvial, que escorreram para a ribeira de Riamontes, a qual atravessa a freguesia de Lanhoso.

Fomos informados de que a BRAVAL não registou reclamações relativas a esta ocorrência, porque nenhuma queixa lhes foi comunicada e a ocorrência foi detetada internamente e logo intervencionada. Foi reiterado que tal situação nunca ocorreu nos 25 anos de existência da BRAVAL.

Mais nos esclareceram que, relativamente às potenciais causas e respetivo risco associado, entende que a forte precipitação que se fez sentir naquele período provocou uma grande produção de lixiviados, os quais foram sendo armazenados nas lagoas de armazenamento, que ao longo do tempo foram enchendo progressivamente. Com a avaria das duas eletrobombas da estação elevatória tornou-se, portanto, impossível o escoamento de todos esses lixiviados produzidos, o que provocou a ocorrência descrita. Foram de pronto adotadas medidas corretivas, sendo que, relativamente à avaria das eletrobombas, de imediato estas foram enviadas para uma empresa específica, para o concerto das mesmas. Contudo e em consequência da situação da pandemia da COVID-19, não houve transporte para as peças necessárias à reparação, que vinham especialmente de França. Procuraram alugar eletrobombas, para a substituição das danificadas, mas para este tipo de efluentes não conseguiram eletrobombas disponíveis. Foi testada a instalação de uma bomba, que alugaram, muito semelhante às existentes, mas o seu funcionamento não apresentou qualquer eficiência no caudal de efluente transferido. Imediatamente, então, o camião-cisterna da BRAVAL foi colocado a executar a transferência de lixiviado para a rede de saneamento municipal de Braga. Este serviço foi alargado com a contratação de empresas externas, de camiões-cisterna de hidroaspiração e de transferência de lixiviados. Assim, durante as duas semanas, um total de seis camiões fizeram a transferência, ação que se prolongou nos dias seguintes com quatro camiões a executar diariamente este serviço.

Questionamos quanto a ações preventivas futuras, ao que fomos esclarecidos que, ao longo dos últimos anos, tem-se mostrado evidente a necessidade de reavaliação de infraestruturas da ETAL, pois não sofre alterações desde o ano 2020; também as

atividades no aterro sanitário, estação de triagem, ecocentro e recolha de resíduos, sofreram um aumento significativo, pelo que a empresa tem vindo a alargar o seu âmbito com a implantação de novas unidades de tratamento, nomeadamente, a unidade de tratamento mecânico e biológico de produção de biodiesel. Em face disto, entendem ser absolutamente necessário a construção de uma nova ETAL para todo o ecoparque BRAVAL, para o que se encontram a aguardar financiamento. Ademais a construção de uma nova célula para ampliação do aterro sanitário, cujo projeto se encontra em aprovação na APA e na ERSAR, irá permitir a impermeabilização parcial da célula do aterro em exploração, tendo como consequência direta a diminuição da produção de lixiviados em épocas de grande precipitação.

Quanto a outra ocorrência, nos primeiros dias do mês que hoje se finda, chegou ao nosso conhecimento a informação de que vários carvalhos, e outras árvores autóctones, iriam ser abatidas ao longo do trilho do caminho dos moinhos, portanto aqui no centro da Póvoa de Lanhoso. De imediato, foram todos os membros da comissão do ambiente notificados, foi solicitada a deslocação ao local e o empenho de todos para tentar impedir o corte. De seguida, foram as autoridades policiais contactadas, a GNR, na pessoa do Sr. Comandante, o SEPNA, os quais se mostraram de forma exemplar e incansáveis; face à urgência da situação, o SEPNA deslocou-se ao local no dia seguinte. No dia 08 de abril, a comissão do ambiente deslocou-se ao local e aí constatou que várias árvores, efetivamente, estavam marcadas com a marcação típica de abate. E o facto é que, com esta conjugação de esforços, conseguiu-se sensibilizar o proprietário, ou os proprietários das árvores e o abate das mesmas não ocorreu. Este acontecimento é bem demonstrativo daquilo que se pode fazer quando todos colaboram no mesmo propósito de defesa dos interesses da Póvoa de Lanhoso e dos povoenses. Mais, deita por terra o argumento, protelado por alguns, de que as comissões municipais de nada servem. Porque, quando há vontade de agir pelo interesse de todos, como vemos, muito se pode fazer.

E aqui quero, expressamente, dizer, não como membro desta assembleia municipal mas apenas como povoense, que louvo a postura da Câmara Municipal, designadamente do Sr. Presidente da Câmara, Avelino Silva, que desde o primeiro momento mostrou uma extrema sensibilidade para esta situação. Porque, meus caros, nós não falamos aqui de árvores protegidas, nós não falamos aqui de uma área protegida, de uma reserva, não; trata-se apenas de carvalhos, árvores autóctones. Mas o que é facto é que são árvores que, de alguma forma, são de todos nós povoenses porque podemos caminhar por aquele trilho, podemos contemplá-las, podemos apreciá-las, e porque de facto elas lá continuam a embelezar, a tratar e a engrandecer aquele belo espaço natural que existe bem no coração da vila da Póvoa de Lanhoso. A todos os que envidaram esforços e, portanto, permitiram que seja possível as árvores ainda lá estarem, um bem-haja. Muito obrigada a todos.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, que pediu a palavra apenas para referir:

“Senhor Presidente, só um ponto de ordem à Mesa: nós aqui falamos como deputados municipais, não enquanto povoenses, é só esta referência que eu quero fazer. Cada vez que alguém se referencia aqui nesta assembleia, eu entendo a minha colega Sónia, referencia-se enquanto deputada municipal, não pode despir o papel de deputada municipal para vestir o de povoense.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Queirós Pereira.

Interveio o deputado António Queirós Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tal como referido no voto de louvor, com que iniciámos esta assembleia, atravessamos uma pandemia terrível para a qual nós não estávamos, de todo, preparados. Foi dito milhares de vezes que deveríamos aprender, com esta pandemia, e com a oportunidade que o mundo nos deu, para sermos melhores, mudarmos o mundo e criarmos um mundo melhor para os nossos filhos e para todos que estão connosco neste mundo. Na minha modesta opinião, é que foram tudo palavras de circunstância e de preenchimento das redes sociais. Sabemos todos que, após as regras de desconfinamento, que ontem foram anunciadas, e se o passado não se repetir, tudo voltará, brevemente, ao seu normal.

Senhores deputados, é sobre este normal que eu vos quero falar nesta assembleia. Foi aqui referido, na última assembleia, que estaremos, brevemente, na corrida para o próximo ato eleitoral, que este era o tempo da política e do debate político, o tempo de avaliar o mandato autárquico e, naturalmente, não estaremos todos de acordo. Contudo, senhor Presidente, e a bancada do PS fez questão de vincar essas diferenças, entendo eu, que hoje é tempo de pedir desculpas aos povoenses.

A primeira análise que gostava de partilhar é a função dos deputados nesta assembleia e o desrespeito pelos mesmos. Deixamos, ao longo do mandato, e hoje numa declaração de voto, mais uma vez, várias discordâncias relativamente ao funcionamento desta assembleia. Atrevo-me a dizer que a conferência de líderes era mais do que suficiente, face ao papel de que estamos dotados e ao tratamento que temos. Enquanto a mentalidade vigente for a dos nossos e a dos deles, entenda-se, o poder e a oposição, e o colocar de lado a opinião dos restantes só porque não são as nossas, entenda-se que o que a oposição sugere não conta, não cresceremos, não evoluiremos, não seremos melhores. Mas, este desrespeito por todos nós, usado indiscriminadamente por todos os partidos, faz com que hoje a Póvoa de Lanhoso esteja como há muitos anos atrás. Mas deixarei este ponto um pouco mais para a frente.

Gostava de partilhar um exemplo de uma verdadeira falta de respeito para com esta assembleia e os seus deputados. Quarenta e sete anos após o 25 de abril – e brilhantes intervenções que aqui já foram feitas, quer pelo deputado Luís de Carvalho, quer pela deputada Clárisse Matos – tivemos a oportunidade, há cerca de um ano atrás, de ser convocados para uma assembleia que mais não foi que um simulacro da democracia. Nesse simulacro, validado pelo papagaio mor, que foram aquelas eleições para a Comissão da Coordenação da Região Norte, foi-nos pedido para, obrigatoriamente, votar no sim. Não existiu a opção não, mais um cozinhado dos partidos do bloco central. Tive a oportunidade de demonstrar a minha discordância e indignação ao Sr. Presidente da Assembleia, de quem obtive a solidariedade, relativamente àquilo a que estávamos a ser sujeitos. Senti que estávamos a roubar os povoenses na legitimação dos seus interesses, em que à Póvoa nada diz respeito, pelo que, mal recebi a minha folha de presença dessa assembleia, fiz a doação da mesma à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso. Com este mero exemplo, mostro que os deputados são apenas usados para validar os poderes instituídos. O nosso poder de fiscalização vale zero. Exemplo disso, ficou aqui registado o pedido de fiscalização da atitude da Câmara Municipal, junto do Ministério Público, pelo envio em massa de sms's. O que foi feito? Nada, nem uma satisfação nos foi dada pelo pedido que fizemos. Após a impotência da fiscalização, quer pelo resultado eleitoral, que muito respeitamos, quer pela ditadura das maiorias, estamos conscientes e saberemos brevemente: a verdadeira fiscalização irá acontecer.

Senhor Presidente, senhores deputados, permitam-me agora fazer uma análise dos tais projetos de interesse público e com visão de futuro, uma visão afetada por uma grande miopia, que resulta, naturalmente, em vistas muito curtas. Assim assistimos, na última assembleia, a um comentário que devia arrepiar qualquer povoense, sinal extremo de incapacidade e desrespeito por todos. Questionado o Sr. Presidente da Câmara sobre os tais projetos de futuro, onde eles, e note-se uma sua promessa eleitoral, responde à boca cheia: “senhor deputado, para que é que eu vou fazer um pavilhão se não tenho gente para lá meter?”. E mais à frente, relativamente à casa do livro, quando questionado pela diversidade existente, em termos de bibliotecas, no concelho, por parte do PS, refere: “porque que não devíamos aproveitar estes fundos comunitários para reabilitar uma casa que é da Câmara Municipal?”, e afinal vamos pôr mais uma biblioteca, porque afinal não é o prioritário, é o secundário.

Caros povoenses e senhores deputados, dois exemplos que mostram a verdadeira gestão deste município. Não estamos admirados pela estagnação desta vila. Queremos e merecemos mais. Todos nós estamos recordados das palavras do Sr. Presidente, numa das suas primeiras assembleias: “eu não tenho uma varinha de condão, se não tiver financiamento não farei”; e assim optou por ouvir o Professor Medina Carreira, relativamente às boas práticas de um bom gestor público onde referia que era semelhante a uma verdadeira dona de casa, referia o Professor Medina Carreira. O Sr.

Presidente limitou-se a fazer a gestão corrente face aos custos diários: quando há dinheiro, gasta; quando não há, pede emprestado. Criação de novas receita, nada. No seu mandato, quando ia às compras o que mais gostava de comprar era alcatrão, muito alcatrão, símbolo de um atraso do nosso concelho de mais de 20 anos. Triste é que os povoenses ainda andem a mendigar estradas.

E o que dizer, senhores deputados, desta gestão de dona de casa, que tratou os seus herdeiros de um modo tão diferenciado? Uns como filhos, outros como enteados. Pobres Presidentes de Junta do OS, que foram perseguidos e humilhados durante 4 anos; pobres Presidentes que tiveram a coragem de votar contra o Presidente da Câmara, que afronta qualquer democracia. O nosso Presidente não tem varinha e teve uma pandemia; não fez mais porque não teve mais dinheiro, gastou tudo na pandemia. As promessas foram a brincar, ficam para a próxima. Prometeu, então, que iria construir um campo relvado de futebol de sete no baixo concelho; pavilhão gimnodesportivo na vila; um centro cultural e recreativo; a criação de uma incubadora de empresas no centro da vila, para ajudar novos empreendedores; bolsas de apoio aos jovens empresários; novos parques de lazer nas freguesias das margens do rio Ave e do rio Cávado; ciclovia até Mirão; e já agora, o que foi feito para que nenhuma criança ficasse sem a vacina da meningite? E por causa da pandemia, também é justo dizer que não gastou em programação regular e cultural do Theatro Club e em gastos com as camadas jovens do concelho, e estas que estão paradas há mais de 400 dias; não gastou no concurso nacional de teatro; na animação de verão; na Moda Lanhoso; na festa da francesinha, da juventude, festa de Natal; em almoços/jantares convívio, nos passeios a Fátima, nas festas de S. José.

Sr. Presidente da Câmara, falou em gastos na ordem de meio milhão de euros. Descontando o dinheiro mal gasto, que damos por barato, atendendo a que no início desconhecíamos naquilo em que estávamos metidos, quanto pouparam nos itens anteriormente referidos? Acho que facilmente fica desmontada a teoria de que deixaram de fazer seja o que for por terem gasto o dinheiro com a pandemia. Poderiam e deveriam, mais do que nunca, ter aproveitado este ano e meio para melhorarem o concelho, aproveitando a paragem de muitos setores para que, na retoma, estívéssemos melhor. Mas não, estamos na mesma ou mesmo pior.

Sr. Presidente, senhores deputados, como eu posso fazer tais afirmações se até nos jornais de Braga aparece que somos os melhores em investimentos e na captação de fundos, de que tanto os nossos governantes tanto se orgulham? Fazer uma avaliação da captação de investimentos “per capita” é ridículo; por este andar, se metade dos povoenses emigrarem ou forem morar para outro concelho o valor dos fundos passa de 711 euros por pessoa, para 1422 por habitante, assim seremos talvez o melhor concelho da Europa. Não podemos comparar o número de habitantes da Póvoa ao número de habitantes de Braga ou de Guimarães. Isso mais não é do que brincar com a matemática. Sério, mesmo, é comparar a qualidade de vida e de oportunidades de Braga ou de Guimarães, ou mesmo das Taipas ou de Cabeceiras com a Póvoa de Lanhoso.

Mas, vamos por partes. No site da Câmara diz-se que, em finais de 2017 e no momento atual, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso teve apoios no valor de 9,6 milhões de euros, através de candidaturas aprovadas em instrumentos de financiamento comunitários e nacionais. Naturalmente, são vários, não os vou mencionar por uma questão de tempo, mas conto aproximadamente mais de 12 candidaturas, e destas quantas foram submetidas e aprovadas neste mandato, Sr. Presidente? Duas, três? As candidaturas são praticamente todas da responsabilidade do anterior executivo. O Sr. Presidente da Câmara não pode dizer que não é responsável por promessas não cumpridas pelo anterior mandato, como responde aos tais seus enteados, entenda-se Presidentes de Junta do PS, e querer ser responsável por projetos que transitam do anterior mandato. E já que fala em candidaturas, o Sr. Presidente da Câmara foi questionado em 2018 pelo PS e em 2019 respondeu ao deputado do MAI: “senhor deputado, quanto ao turismo nós estamos com uma candidatura que vai mudar o paradigma da Póvoa de Lanhoso, e estamos realmente a fazer uma candidatura” – como consta da ata. Em 2019, candidatura nada; em 2020, plano estratégico nada; e a seis meses de ir a eleições, vossa excelência faz um ajuste direto com a empresa H2COM para o desenvolvimento de um plano estratégico para o turismo na Póvoa de Lanhoso por 14 mil euros, quando a primeira coisa que tinha feito, quando chegou à câmara, precisamente com esta empresa e com a mesma intenção de um plano estratégico para o turismo, com um valor de cerca de dez mil euros, foi anular esse contrato que vinha do tempo do Presidente anterior. Explique-nos, por favor, com que intenção esta contratação surgiu agora, ou será que a câmara estará a pagar para as próximas promessas eleitorais?

Senhor Presidente da câmara, desta vez, por impossibilidade profissional, não tive tempo para lhe fazer uns versos; mas, se me permite a ousadia, desta vez deixo aqui um slogan para a sua campanha: “O Avelino é Fixe”; fixe porque permite publicidade pela Póvoa toda, sem cobrar taxas, veja-se por exemplo a rotunda do Pinheiro, uma vergonha; fixe porque constrói passeios para os peregrinos do São Bentinho e aproveita e constrói os muros aos proprietários; fixe porque faz todos os jeitinhos para ganhar votos; fixe porque permite 25 caravanas amontoadas onde não podem estar mais de oito, sem pagarem taxas; fixe porque permite construções sem licença, até que a revisão do PDM ajude; fixe porque é fixe.

Caros deputados, Sr. Presidente desta assembleia, termino esta minha intervenção fazendo a vontade ao Dr. Rui Rio e dizendo, como declaração de interesses: declaro que não faço parte da Maçonaria, declaro que não faço parte da Opus Deis, declaro que faço parte de um grupo de povoenses que querem a mudança e uma Póvoa melhor. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ouvi com atenção a intervenção do Sr. deputado e até tenho alguma dificuldade para perceber como devo iniciar, mas vou começar pelas despesas.

O senhor deputado, quando fala na mudança, e que acredita na mudança, e nas despesas, se calhar está-se a referir a estas despesas incompreensíveis da Presidência da União Europeia de António Costa; são seis meses, e isto é um regabofe. Vejamos que gasta 75 mil euros em vinhos, fatos, espumantes, só falta, se calhar, aqui a fruta, para ser o verdadeiro regabofe. Se calhar é a isto que o Sr. deputado se refere, se calhar é esta a mudança que o Sr. deputado deseja. E pergunto ao Sr. Deputado: são estas despesas que acha adequadas e justas, são estas despesas que os povoenses e os portugueses necessitam para o nosso país? Se calhar, é esta mudança que o Sr. deputado tanto quer, ou então, sabemos que não vai haver reuniões presenciais, fazer um investimento na ordem de 200 mil euros, quando sabemos que as reuniões são todas online; se calhar é a esta mudança que o Sr. deputado António Queirós se refere. Eu não quero isso, os povoenses não querem isso, os povoenses, e naturalmente os portugueses, de certeza que não querem isso e não se reveem nisto.

Fala, também, no alcatrão nas juntas; o Sr. deputado não pode estar na Póvoa de Lanhoso ou passa aqui muito pouco tempo na Póvoa de Lanhoso. Caso contrário não consigo perceber a sua intervenção; eu faço-lhe esta pergunta de uma forma muito direta: eram ou não eram necessárias essas intervenções na rede viária? O próprio Sr. deputado disse que era a mesma de há 20 anos ou mais de 20 anos. E eu pergunto, Sr. Deputado: eram ou não eram necessárias essas intervenções? Quer que lhe diga onde? Taíde, Bobeiro, era ou não era necessário? A Rua do Crasto, a Rua de Porto D’Ave, era ou não era necessário? Quer ir para São Martinho? Ventuzela, Pocargil, era ou não era necessárias essas intervenções? E dou-lhe um conjunto de intervenções que foram realizadas e pergunto ao Sr. deputado se eram ou não eram necessárias? A que estamos a realizar agora, que vai de Padim a Várzeas, era ou não era necessária, Sr. deputado? É pena é que o Sr. deputado, os senhores representantes dessas freguesias, como eu disse há bocado, tenham deixado de acreditar nessas necessidades, porque votaram contra, no momento que tinham que votar a favor; votaram contra, deixaram de ser prioridades, mas a nossa bancada foi solidária, reconhece essas necessidades, bem como o executivo municipal; é isso que eu quero que o Sr. deputado aqui diga: era ou não era necessidade?

E vem aqui falar-nos de fundos comunitários, e num parque no baixo concelho. O Sr. deputado não pode estar na Póvoa de Lanhoso; não iniciamos já a requalificação do parque fluvial de Verim? Sr. deputado, quer mais exemplos de candidaturas: o centro de BTT foi neste ou no outro mandato? A eficiência energética, foi neste ou no outro mandato? A casa do Livro, foi neste ou no outro mandato? E posso-lhe dar mais um

conjunto de iniciativas, de financiamentos que foram candidatas por este executivo. Sr. deputado, só pode andar distraído. E se vai buscar estes contratos, como o da H2COM ou outras empresas, é pena que não tenha visto, também, estas publicações que ainda saíram há pouco. Aquilo que eu pergunto ao Sr. Deputado é: queremos ou não queremos um plano estratégico para a Póvoa de Lanhos na área do turismo? Isto só se consegue com prestação de serviços, Sr. Deputado. A câmara não consegue responder a todas as necessidades a que precisa dar resposta; é preciso contratar serviços. O Sr. deputado tem que dizer é se era necessário ou não ou como é que o Sr. deputado faria. A câmara entendeu, nesta como noutras áreas, optar pela prestação de serviços. Para termos candidaturas aprovadas, Sr. deputado, é necessário elaborar todos estes projetos e financiá-los. Sr. deputado, acho que deve andar muito distraído ou então não tem estado a percorrer o concelho da Póvoa de Lanhoso.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Queirós Pereira.

Interveio o deputado António Queirós Pereira, que no uso da palavra referiu:

“Relativamente à questão de eu não estar no concelho, Sr. deputado, eu não sou político, tenho que trabalhar; infelizmente tenho que sair do concelho para trabalhar e trago toda a minha riqueza para o concelho, pago os meus impostos todos neste concelho, e não serão poucos.

Em relação à questão do António Costa, eu tenho-lhe a dizer que eu estou aqui em representação dos povoenses e estou com os povoenses, não estou aqui a defender António Costa. Disse-o no passado, há muitos anos atrás numa assembleia: para mim não há Presidente de partido nem secretário-geral que me ponha a canga, eu não estou aqui a defender secretários nem presidentes, estou a defender povoenses. O facto de ele gastar: digo-lhe uma coisa, se eu amanhã tiver alguma responsabilidade neste concelho, não autorizarei que um Presidente de Câmara, e farei tudo para que isso não aconteça, gaste em publicidade em 8.500 jornais, a fazer campanha própria à custa do dinheiro dos povoenses; eu não vou autorizar esse tipo de despesas. Naturalmente que necessitamos de um plano estratégico, naturalmente que deve ser feito, agora não é a seis meses das eleições Sr. deputado, ele já devia era ter sido anunciado há muito tempo. Naturalmente que as candidaturas foram feitas e o senhor, com mais calma, porque naturalmente está muito nervoso, ouça a intervenção e vai ver que eu falei de candidaturas do passado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia informou que tinha terminado o tempo das intervenções dos GPs e concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Intervenção do Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu queria responder de uma forma sucinta à deputada Carla Santos. Sr.ª deputada, a senhora deve-se esquecer que a Póvoa de Lanhos é líder em captação de fundos na zona do Minho; isso quer dizer que há muito trabalho interno, muito trabalho dos nossos colaboradores e muito trabalho do executivo. Por isso mesmo, eu quero agradecer, mais uma vez, e não me vou cansar de dizer que são fundamentais, nesta estratégia de captação de fundos e de ser líder na execução dos fundos, os funcionários. Nós temos funcionários que, se for preciso, trabalham 24 horas por dia; porquê? Porque nós investimos, neste quatro anos, 13 milhões de euros de fundos comunitários. Isto é que é verdade, isto é saber o que se faz no terreno todos os dias; não é fácil mas a gente consegue, com muito esforço, com muita dedicação à minha terra, à vossa terra. É por isso que eu aqui estou, para defender a minha terra até à exaustão; não estou aqui por títulos, estou todos os dias a trabalhar 24 horas por dia para defender a Póvoa de Lanhoso e toda a sua gente. Não venham cá com trocadilhos, porque nós já preparamos antes de sair o PRR e o 2030; a câmara municipal já está preparada e já pediu, em tempo útil, mesmo antes de saírem estas duas situações, pediu em 19-11-2019, quando me deslocuei a Lisboa num encontro a três linhas, o Programa para a conciliação da vida profissional, de pessoas e famílias, e abordei, pessoalmente, o Primeiro-ministro e disse-lhe: Sr. Primeiro-ministro, eu sou da Póvoa de Lanhoso e gostaria que o Sr. olhasse para a minha terra, tenho três problemas estratégicos para o meu concelho. E vou-vos dizer o que pedi ao Sr. Primeiro-ministro, que me recebeu muito bem, estivemos a falar perto de 5 minutos com ele, e o que eu lhe pedi foi que ele pensasse na Póvoa de Lanhoso, porque a Póvoa de Lanhoso estava-se a desenvolver em termos económicos e precisava, como já estava prometido há muitos anos, da via do Ave, como precisava de uma circular à vila e como precisava do saneamento no baixo concelho. Meus amigos, recebeu-me muito bem, disse que ia responder e não conseguiu responder.

Mais, em 09-09-2020, escrevemos ao Sr. Primeiro-ministro a fazer a mesma abordagem, já a pensar no PRR e a pensar no 2030, porque no 2020, meus amigos, estamos bem cotados e espero que ainda venha mais algo para a Póvoa de Lanhoso, pelo overbooking; se as regras se mantiverem como se mantiveram até agora nos outros fundos comunitários, a Póvoa de Lanhoso já tem uma estratégia definida e já pedimos, à CCDR, os projetos que pretende para o overbooking. Meus amigos, não estamos aqui a brincar, estamos aqui a trabalhar para todos os povoenses e não só para alguns. Quero desenvolver o meu concelho, e não adormeço enquanto não conseguir aquilo que pretendo para a minha terra. Posso-vos dizer que, na mesma carta de 09-09-2020, foi sugerido e foram pedidas as mesmas situações que pedi presencialmente; a resposta veio no dia 15-09-2020, em que disse: “encaminhei para o gabinete do Sr. secretário de Estado adjunto do Sr. Primeiro-ministro”. Meus amigos, a partir daí foi-nos dito que no PRR seria difícil, mas que iriam ver no 2030. Estamos à espera. Mas também aqui a Dr.ª

Gabriela Fonseca, em 18-02-2021, fez um pedido na Assembleia da República. Obrigado Dr.ª Gabriela por também interferir naquilo que é mais necessário na nossa terra. Em abril, numa reunião com a CCDR, o Presidente da câmara da Póvoa de Lanhoso sugeriu o mesmo pedido. Estamos todos em sintonia para que a Póvoa de Lanhoso tenha aquilo que merece, porque a Póvoa de Lanhoso é diferente dos concelhos de baixa densidade que confinam connosco, e por isso mesmo, como somos o concelho que mais exporta, em relação aos outros municípios de baixa densidade que nos circundam, por isso mesmo é que temos necessidade destas infraestruturas. Não sossegarei, de certeza absoluta, enquanto não conseguir estas infraestruturas, irei até às últimas consequências e de certeza que, nos próximos anos, vamos ter aquilo de que necessitamos e que ambicionamos.

Não andamos aqui a brincar com as pessoas, com trocadilhos. 26 milhões de euros em 4 anos, Sr. deputado Queirós, 26 milhões de euros gastos na Póvoa de Lanhoso em 4 anos; nunca aconteceu isto na Póvoa de Lanhoso e o Sr. diz que não há investimento na Póvoa de Lanhoso? Onde é que o Sr. anda Sr. Queirós, Sr. deputado, onde é que o senhor anda? Andamos a recuperar saneamento; passamos em saneamento, Sr. deputado, em 4 anos, de 65% de cobertura para 97%, em 4 anos, senhor deputado. O que é que nós andamos a fazer? Depois de metermos a água estamos a intervir nas vias de comunicação, mas só depois de passar a água e o saneamento; estamos a investir em estradas que têm 30 e 40 anos sem intervenção, e o senhor está a dizer que este executivo, em 4 anos, não fez rigorosamente nada na Póvoa de Lanhoso. O que nós estamos a fazer na Póvoa de Lanhoso, senhor Queirós – senhor deputado que muito estimo, só não concordo com aquilo que diz, porque, realmente, aquilo que diz é um absurdo, em relação àquilo que nós fizemos. Aquilo que nós fizemos, se o senhor fosse sério nessa matéria, estava aqui hoje a dizer o contrário daquilo que disse. E só não fizemos certas e determinadas coisas, que o senhor disse aí, porque esse programa eleitoral, meu amigo, é para 12 anos, não é para 4 e, daquilo que estava prometido para 12 anos, nós fizemos 90% num mandato. Isto é que é a realidade. E o senhor anda com trocadilhos aí a dizer que a câmara municipal não fez: a câmara municipal foi além daquilo que tinha prometido e foi além daquilo que os senhores Presidentes de junta pediram. O senhor está contra os seus Presidentes de junta? O que foi feito nas freguesias, senhor deputado, o que foi feito nas freguesias foi o que os Presidentes de junta pediram, e o senhor está a criticar o que os Presidentes de junta pediram; quem é o senhor, no meio desta gente toda? É o senhor que define o seu critério ou é o conjunto destas pessoas, que têm maioria e que pedem aquilo de que necessitam na sua freguesia?

Senhor deputado, peço desculpa, pela amizade que tenho consigo, mas o senhor realmente não está a viver na Póvoa de Lanhoso, de certeza absoluta. Paga os impostos na Póvoa de Lanhoso, muito bem, mas não está a viver na Póvoa de Lanhoso, porque a Póvoa de Lanhoso está-se a transformar todos os dias, a Póvoa de Lanhoso está bonita, está agradável, as pessoas gostam de viver na Póvoa de Lanhoso. E o investimento que

está feito, dificilmente se repetirá, sabe porquê, senhor deputado? Porque os fundos que vêm aí, o PRR e 2030, dificilmente, pelo conhecimento que tenho das reuniões que tenho tido, dificilmente virão para vias de comunicação, para água ou para saneamento, porque a Comissão Europeia não concede para essas vias. Espero bem que isto mude, porque senão, as gavetas que a gente pretende para modernizar a Póvoa de Lanhoso, são várias, essencialmente água e saneamento; e depois, para além da água e saneamento, temos que dar vida às pessoas, temos que ir ao encontro das pessoas, dar aquilo que elas necessitam na área social. Como sabe, na área social, a nível nacional, somos bem vistos e somos convidados para quando há algum encontro na área social, porque somos a câmara que melhor executa; nesse sentido, somos convidados a nível nacional.

E nas outras áreas, senhor deputado, estamos muito bem na educação, é verdade, temos contribuído para a educação; temos feito muito pelo turismo e pela cultura; é verdade, esta pandemia não nos deixou ir mais além mas não deixamos, com esta pandemia, de fazer aquilo que prometemos e ainda fomos mais além, que os senhores presidentes de junta sabem perfeitamente que aquilo que tinha prometido foi executado ou está a ser executado, e aquilo que não foi executado é porque houve aqui uma situação de uma pandemia, que se não viesse esta pandemia de certeza que íamos executar tudo o que o senhor falou que não foi executado.

Mas em relação à incubadora, Sr. deputado, para a incubadora está agora uma candidatura a ser formalizada, nós ainda não acabamos o mandato. E, também não sei, é possível no baixo concelho ainda surgir um campo de nove, um sintético, porquê? Porque nós temos tudo bem feito nas candidaturas, somos dos melhores a executar e estamos à espera do overbooking para estas situações, se nos permitirem; se a gaveta que abrir for para essa área, nós temos todo o direito, porque fomos os melhores a executar. E como disse, e muito bem, a nível do Minho tivemos cerca de 711 euros por pessoa, foi o concelho que mais teve por pessoa.

Agora, a estratégia está bem definida, está bem definida em termos de energias renováveis, os Paços do Concelho já está nesse sentido, já temos fotovoltaicos na Câmara Municipal; vamos agora intervir na casa da Botica, também em termos energéticos. Ninguém queria, pelo menos na CIM do Ave, gastar o dinheiro em eficiência energética, a Póvoa de Lanhoso adiantou-se e está a fazer em todos os edifícios em que é possível. E por isso, Dra. Carla Santos, nós estamos preparados, porque já antevíamos que o overbooking ia acontecer e já estamos preparados, dentro das gavetas possíveis, temos candidaturas mais ou menos delineadas. Espero bem que as candidaturas surjam porque, de um momento para o outro, e a senhora está dentro dessa situação, foram-nos propostos, foram abertas candidaturas para computadores, quando nós fornecemos as escolas; prometeram-nos material de proteção, e de um momento para o outro abrem os avisos e fecham passado um mês, quando nós já tínhamos tudo preparado. Isto é que não pode acontecer. Nós estamos preparados, o executivo está preparado

para tudo o que vier, não vamos perder um cêntimo, nem que a gente não durma 24h por dia, não vamos perder um cêntimo, a Póvoa de Lanhoso não vai perder um cêntimo que seja de fundos comunitários. Estamos mais do que preparados, dentro de portas, com os técnicos, para resolver todas as situações em tempo record. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira, iniciando o período de pedidos de esclarecimentos.

Interveio o deputado Miguel Pereira, e no uso da palavra referiu:

“Só para prestar um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara: Sr. Presidente, o deputado António Queirós é um deputado eleito como o senhor, tem toda a legitimidade para o questionar nesta assembleia e para o auditar, não é um qualquer, da maneira como o questionou “quem é o senhor?”. É um eleito, como o senhor, num órgão democraticamente eleito, Sr. Presidente; é melhor ter mais cuidado com a forma como se dirige aos deputados municipais.

E para o esclarecer, Sr. Presidente, durante estes quatro anos demos luz verde a mais de 90% das propostas vindas da câmara municipal a esta assembleia, do executivo do PSD; repito, 90%, as que não tiveram a nossa aprovação ou mereceram a nossa abstenção, foi porque não consideramos que seriam as melhores ou as mais corretas na gestão dos interesses municipais. E só para terminar, Sr. Presidente, sabe quantas, durante estes quatro anos, vieram do executivo do PS a esta assembleia? Nenhuma, Sr. Presidente, zero. E acrescento, Sr. Presidente, o senhor foi eleito para quatro anos, o seu mandato termina este ano. É uma ousadia plena, perante todos os povoenses, ousar dizer que estará cá para doze anos, Sr. Presidente; de quatro em quatro anos vai a eleições, isto é o regime democrático a funcionar. Sr. Presidente, não ouse tentar deturpar o regime democrático, porque já toda a gente está farta dessa sua arrogância de achar que foi eleito em 2017 e que só terminará daqui a doze anos; terminará em setembro ou outubro deste ano. E vai terminar mesmo, Sr. Presidente, esteja bem ciente disso.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente, deixe-me prestar um esclarecimento, de uma vez por todas para não voltarmos a este assunto. Da capacidade de trabalho dos técnicos e das suas capacidades eu não tenho dúvidas nenhuma. Porque eu conheço, sei o trabalho que é desenvolvido, portanto não vamos voltar a esta discussão e não vamos voltar a falar neste assunto, porque estamos de acordo neste ponto.

Relativamente à estratégia da Póvoa de Lanhoso para o próximo quadro comunitário de apoio, fiquei na mesma. O Sr. Presidente acabou de dizer que pediu a via do Ave, a deputada Gabriela Fonseca acaba de dizer que ela não está contemplada no PRR; o Sr. Presidente acabou de dizer que não há gavetas para o saneamento e para o abastecimento de água, portanto não percebo porque é que insistimos no saneamento; a circular à vila há de ser, a vir a ser realizável, há de ser um investimento intermunicipal, com certeza que sim, continuamos sem saber qual será a agenda política para o próximo quadro comunitário de apoio.

Eu olho para Famalicão, Sr. Presidente, e vejo a agenda estratégica para o desenvolvimento sustentável; a agenda estratégica para o crescimento inteligente; Famalicão visão 25; olho para Guimarães e vejo a estratégia municipal para adaptação às alterações climáticas; a estratégia de inteligência urbana – cidades inteligentes e sustentáveis; a estratégia de marketing territorial, a promoção do território através das marcas e empresas; olho para a Póvoa de Lanhoso e não vejo nada. Aliás o que é que eu vejo, vejo que há um conjunto de fundos comunitários e que a câmara se limita a apresentar candidaturas, por pressão dos técnicos, tenho a certeza absoluta, e que não tem estratégia, não sai daqui; portanto nós não temos uma visão de futuro. Nós vamos, apresentamos candidaturas conforme aquilo que vai havendo e em função daquilo que os outros fazem; agora uma visão de futuro nós não temos. Onde é que entra a filigrana aqui? Onde é que entra o património aqui? Onde é que entra o património imaterial? Nós fizemos uma candidatura à UNESCO da filigrana? Já criámos uma escola, para passarmos esse conhecimento à geração futura? Onde é que isso entra?

Além do saneamento, que não vai haver dinheiro pelo que o senhor disse, além da circular à vila e da via do Ave que não está contemplada, qual é a nossa visão? É que a conclusão que nós podemos tirar da sua intervenção, Sr. Presidente, é que este executivo não tem uma visão para o futuro e que a ausência sistemática, eu desde o início deste mandato que venho a alertar para isto da estratégia, vai comprometer o desenvolvimento do concelho e o seu enquadramento na política para a região Norte. Aliás, a questão da estratégia para o turismo é um bom exemplo disso. Porque nós, no início, falámos na questão da estratégia para o turismo e o Sr. Presidente, numa assembleia, disse que não precisava da estratégia para nada e que sabia muito bem o que devia de fazer, e nós olhamos para o concelho e não vemos estratégia nenhuma para o turismo.

Portanto, Sr. Presidente, termino voltando a citar Pessoa – o futuro é já presente na visão de quem sabe ver. Muito Obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Era só para deixar aqui um esclarecimento ao deputado Miguel Pereira, que há momentos falou, dizendo-lhe que, de facto, se calhar esta ansiedade toda tolda-lhe um bocadinho a visão porque ele refere que não foi aprovada nenhuma proposta do executivo do PS e, que eu saiba, o PS tem vereadores mas não são executivos, e as propostas que são aqui apresentadas, quem as manda e quem as aprova é o executivo; neste caso, que eu saiba, o PS só lá tem vereadores, não é executivo aqui na Póvoa de Lanhoso. E, por outro lado, deixe-me dizer-lhe outra coisa, Sr. Deputado: o Sr. Presidente da Câmara tem tanta legitimidade para aspirar a continuar mais quatro ou oito anos no poder, como o Sr. deputado tem em querer alterar a situação em setembro ou outubro deste ano; tem exatamente a mesma legitimidade, não tem mais nem menos. O Sr. não pense que pode ter mais legitimidade em querer mudar, porque não tem. E portanto, o Sr. Presidente da Câmara quando falou, e bem, é com a legitimidade que tem e com o anseio que tem de continuar a servir os povoenses como tem, aliás, servido e muito bem, e que, apesar de tudo, não gostam mas olhe, temos pena, quem manda continua a ser o povo, continuam a ser os povoenses e vão ser eles que, em setembro ou outubro, irão dizer de sua justiça. Não por o Sr. deputado estar aqui a querer insinuar que já vai ganhar, que isso vai acontecer; pode ser que não aconteça, espero aliás, espero mesmo que isso não aconteça. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Queirós.

Interveio o deputado António Queirós, e no uso da palavra referiu:

“Só para deixar aqui um esclarecimento, relativamente às ofensas que me foram feitas, eu dou de barato e respeito, naturalmente, a posição do Sr. Presidente; compreendo a sua posição e como tal desculpo-as.

Relativamente àquilo que disse, dizer que a minha função é fiscalizar o que está feito até aqui, não é fiscalizar aquilo que ainda vai fazer e, se fizer tudo aquilo que eu disse que não fez até ao final do mandato, eu nessa assembleia estarei cá para lhe dar os parabéns e felicita-lo por tudo que vai fazer ainda até ao mês de setembro.

Dizer-lhe, também, Sr. Presidente, que eu não disse que o Sr. Presidente não fez obra, não sou tão estúpido: a obra está aí e os povoenses vêem o que está feito, o que não foi feito. O orçamento e contas, as contas que foram aprovadas demonstram os investimentos, eu falei foi no que estava no site da câmara relativamente às candidaturas. Com calma, ouça as intervenções e vai ver que afinal quem está aqui a tentar fazer trocadilhos para enganar é o senhor e não eu. Eu limitei-me a falar das candidaturas, se eram suas ou se vinham do mandato anterior, não falei de mais nada,

Sr. Presidente. Portanto, relativamente a isso, era só este esclarecimento que eu gostava de deixar, muito obrigado Sr. Presidente.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Para falar em termos de cultura, nós também tínhamos uma candidatura que era direcionada para o turismo, que era a candidatura “turismo para todos” e que era quase meio milhão de euros, e que ia, realmente, desenvolver tanto a cultura como o turismo; mas o Governo, depois de estar aprovada, deu o dito por não dito e ficamos sem essa candidatura, ou foi reduzida a perto de 60.000,00 €. Portanto, havia uma estratégia sim senhor, é verdade, em termos de cultura e de turismo, era cerca de meio milhão de euros que iriam ser investidos nesse setor. Uma estratégia em que a cultura da nossa terra ia ser incentivada nessa candidatura; foi pena que retirassem essa candidatura porque, nesses dois setores, ia revolucionar esses dois setores.

Em termos de não ter estratégia, a senhora deputada já diz isso há muitos anos, mas a estratégia está à vista senhora deputada, a estratégia é esta, a senhora deputada sabe perfeitamente, porque trabalha em fundos comunitários, sabe as gavetas que vão abrir, sabe as gavetas que mudam de um dia para o outro, sabe perfeitamente que nós temos que ter projetos na gaveta, semifeitos, para responder de um dia para o outro, sabe perfeitamente dessas coisas todas. Já lhe disse que, no overbooking, que ainda não sabemos se vem, mas estamos preparados já para quase um milhão e meio para overbooking, setores que, realmente, já nos disseram que havia a possibilidade de abrirem gavetas. Estamos preparados, e estamos preparados para o futuro melhor do que ninguém, porque temos a experiência de 20 anos, e de certeza que não vamos deixar mal e não vamos deixar sair da Póvoa de Lanhoso um cêntimo. A nossa estratégia está à vista, nestes anos sucessivos, que são 16 anos de liderança e de certeza que o povo vai escolher as pessoas que querem trabalhar pelo concelho e querem fazer as pessoas da Póvoa de Lanhoso felizes. Felizes em todos os sentidos: no aspeto social, no aspeto económico, em todos os setores; de certeza que as pessoas vão tentar ver que o executivo está a fazer o seu melhor, está a fazer o melhor que pode, e o melhor que pode é trazer o máximo que puder de fundos comunitários para que a Póvoa de Lanhoso se continue a desenvolver nesse sentido.

Obrigado a todos pelas vossas perguntas, e de certeza que os povoenses não vão ficar defraudados nos tempos vindouros. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia, João Duque, deu por terminado o PAOD e iniciou o PIPJ concedendo a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Garfe, o deputado Paulo Ferreira.

Interveio o Presidente da Junta de Garfe, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu não tinha pensado intervir hoje, mas senti, em consciência, que devia intervir para corrigir uma mentira que está a ser propalada, ou uma inverdade, não sei se por distração se por outra razão qualquer. Relativamente a Garfe, e ao Presidente da Junta de Garfe, e eu vou dizer isto com muita clareza, relativamente ao plano e orçamento, o Presidente da Junta de Garfe voltaria a votar contra, se fosse hoje e se estivesse constituído nos mesmos moldes. Eu lembro, e volto a dizer, o Presidente da Junta de Garfe nunca votou contra nenhuma obra em Garfe, e portanto isso está nos documentos e é fácil ser demonstrado, não se ria Sr. Presidente porque é mesmo verdade, é assim, no plano e orçamento deste ano não ia contemplada nenhuma obra para Garfe. Na reunião que tivemos para preparação do plano, o Sr. Presidente disse-me que as intervenções que estavam projetadas eram as intervenções que vinham de 2020; depois, e muito bem, o Presidente da Junta de Garfe votou contra e voltaria a votar, e em fevereiro a câmara arrepiou a sua estratégia e apresentou uma obra para fazer em Garfe, que não vai além daquilo que o Presidente da Junta pediu, fica aquém, porque o Presidente da Junta pediu uma obra que ligava o centro cívico ao limite do concelho, a Gonça, e aquilo que vai ser feito, e bem, é uma intervenção necessária, muito necessária, e volto a sublinhar, muito necessária, que vem com atraso, mas a obra fica aquém daquilo que foi pedido pelo Presidente da Junta de Garfe. E, no plano e orçamento não vinha nenhuma obra contemplada para Garfe, foi depois em fevereiro que tivemos que fazer uma assembleia extraordinária para aprovar o contrato interadministrativo, para o contrato ser aprovado e para a obra avançar.

Portanto, é importante, quando se fala, que falem as coisas com exatidão e com correção, e em Garfe vocês não podem dizer absolutamente nada em relação a isso. Também relativamente aos mandatos, e começa já toda a gente a pensar muito em outubro e eu lembro que o mandato é mesmo para levar até ao fim. E vou-lhe dar um exemplo daquilo que deveria ser feito até ao fim: na segunda-feira eu fiz um telefonema, diretamente ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer algumas correções que eu acho que seriam extremamente necessárias para dignificar e melhorar o projeto inicial da estrada que está a ser construída neste momento em Garfe. O Sr. Presidente da Câmara disse-me que não iríamos nada além daquilo que estaria no projeto. Meia hora depois estive em Garfe e poder-me-ia ter feito um telefonema para vermos in loco as situações e para tentarmos resolver da melhor maneira e em prol da população de Garfe e de toda a gente, as melhores estratégias para o projeto; isso seria uma estratégia de respeito para com o Presidente da Junta que lhe tinha ligado meia hora antes. O Sr. Presidente da

Câmara veio cá e não pegou no telefone para ligar ao Presidente da Junta, que lhe disse que estava em Garfe, para se encontrar consigo e para resolver as situações, e digo, em prol da população de Garfe, nada mais me move. Boa noite e muito obrigado a todos.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Taíde, Miguel Silva.

Interveio o Presidente da Junta de Taíde, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação aos votos contra o orçamento municipal, nós executivo, não é o Miguel, depois de discutirmos e fazermos a avaliação tomamos a decisão de votar contra, nos dois últimos orçamentos. Tudo isso derivado aquilo que não aconteceu mediante o que nós pretendíamos; sempre propusemos ao município uma boa relação e trabalhar no mesmo sentido; contudo, toda a correspondência enviada, posso dizer 90%, 95%, ainda hoje esperamos pela sua resposta. Posso dizer que, em todos aqueles projetos que nós tínhamos e que foram apresentados, nunca nos foi dado o mínimo de apontar que nos apoiariam.

Temos, pelo próprio executivo municipal, a falta de respeito perante o executivo mas, principalmente, perante a população de Taíde e nisso está o exemplo da assembleia aberta onde foram acolhidas 24 pessoas, e o Sr. Presidente da Câmara sabe disso, e posso-lhe dizer que, se calhar, 98% das pessoas que propuseram os seu problemas ainda hoje esperam, uns por um telefonema, outros pela execução ou pela palavra da câmara municipal sobre eles.

Contudo isso, nós tomamos esta decisão de votar contra. Nós não estamos contra as obras que foram propostas pela Junta de Freguesia à Câmara Municipal, porque bem sabe, Sr. Presidente da Câmara, que algumas delas, ou duas delas, já tinham sido previstas há 8 anos atrás e os projetos caíram e agora foram retomados. Estas obras que foram propostas pela Junta de Freguesia, tanto as três executadas, como uma série delas que foram postas em cima da mesa, todas elas são para melhoria da população e do concelho; todas elas, mesmo sendo nós a propor, a própria câmara tinha a vontade e o interesse de as fazer; por isso estas obras são feitas e são bem feitas, nunca disse que não a essas obras e nunca o direi. O meu voto contra não foi contra elas, mas sim pelo tratamento que nos deram ao longo destes quatro anos. Muito boa noite e obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, informou que foi esgotado o tempo de intervenção dos Presidentes de Junta do GP do PS e concedeu a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude, o deputado José Manuel Silva.

Interveio o Presidente da Junta de Verim, Friande e Ajude, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu só queria fazer aqui duas questões, uma ao deputado Miguel Pereira que, na sua intervenção, disse que o PS viabilizou, posso estar enganado, mas foi o que eu percebi, 90% das propostas e eu gostava de saber o que entende por viabilizar, porque quem vota contra dois planos e orçamentos, está no mínimo contra 50% daquilo que é proposto no mandato.

A outra questão que eu queria colocar era ao Presidente da Junta de Garfe: qual foi a posição dele, quando votou a proposta da requalificação de Teire ou quando foi do empréstimo da requalificação da Rua de São Cosme? Admito que são tantas as propostas e são tantas as obras que possa estar a fazer um bocado de confusão. Obrigado.”

Depois, e uma vez que não haviam mais pedidos de intervenção por parte dos Presidentes de Junta, a título excepcional e por ter sido interpelado diretamente, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Garfe.

Interveio o Presidente de Junta de Garfe, Paulo Ferreira, e no uso da palavra referiu:

“Só para esclarecer o Sr. deputado José Silva: efetivamente em 2019 também votei contra, porque também no plano de 2019 não iam as obras que foram depois aprovadas, não se ria porque é verdade, há os documentos que podem atestar. As obras foram propostas depois na assembleia de abril e tem o voto favorável do Presidente da Junta de Garfe.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente da Junta, Sr. Paulo Ferreira, tivemos várias reuniões nesta câmara municipal, em que pusemos tudo em cima da mesa e que o senhor concordou comigo em todas as obras; exato, concordou com todas as obras e vou-lhe dizer quais são aquelas com que concordou e aquelas que foram feitas, além daquilo que concordamos em primeira instância.

Concordamos com o centro cívico, que foi executado; concordamos com Pena – Teire, que foi à posteriori; concordamos com Garfe – Arosa; concordamos, vai ser agora, Garfe – Pena; e concordamos com a Travessa do Pinheiro. Num investimento desta natureza, estamos a falar de 1.300.000,00€, todas as obras que foram executadas, eu estou a falar em todas as obras, não só nas vias de comunicação, e vocês estão esquecidos, eu acho

que vocês estão mal-agraçados a quem vos fez tão bem. É verdade, porque além destas obras, o executivo da câmara municipal transferiu, neste mandato, mais meio milhão de euros para as freguesias; nunca senhores Presidentes, porque eu também já fui Presidente de Junta, nunca as juntas de freguesia tiveram tanto dinheiro, tanto em obras como em transferências diretas, isto é inegável. E sabem porque é que vocês tiveram isto tudo? Porque eu também já fui Presidente de Junta, sei as vossas necessidades, mas aquilo que eu prometi foi feito, Sr. Paulo Ferreira, e sabe perfeitamente que a estrada agora vai do centro cívico até à Pena; não estava englobada e eu cheguei a dizer-lhe, a posteriori, que a ia fazer, Sr. Paulo Ferreira. E mesmo assim, você tem duas obras a mais do que eu tinha prometido e o senhor ainda tem a coragem de chegar a esta assembleia e dizer que ainda queria mais? Eu também queria mais, eu queria mais dinheiro para o orçamento, para vos dar muitas mais obras. Porque eu até costumo dizer, na brincadeira: o orçamento da câmara é como o orçamento familiar, nós temos que gerir o orçamento da câmara como gerimos o orçamento familiar. Eu gostaria de fazer todas as obras que estão na minha mente, que era transformar, globalmente, todas as vias de comunicação e o saneamento e acabar com a água, que faltam 4 ou 5% em todo o concelho. Eu gostaria de fazer tudo de uma vez, mas nós também não podemos, de um momento para o outro, nascer, crescer e fazer uma casa sem primeiro ganhar dinheiro. É verdade, nós temos que ter dinheiro para investir e continuo a dizer que nunca investimos tanto na Póvoa de Lanhoso como nestes quatro anos.

Mas, Sr. Miguel Silva – grande amigo, respeito-o profundamente, tenho uma grande amizade por si – mas, Sr. Miguel, há coisas em que até pode ter razão, mas não é com essa ligeireza que está a mencionar. Há situações que, por vezes, não são exequíveis, mas as principais foram executadas. Vai ter agora outra obra, que não estava no programa também, que é o saneamento na Gerzat, Sr. Presidente Miguel Silva; nós vamos até aos nossos limites e eu gostaria de fazer muito mais em Porto D’Ave, que é uma freguesia que me diz muito, pois andei 33 anos a trabalhar quase diariamente, diz-me muito como me dizem as outras freguesias, mas esta diz-me mais alguma coisa.

Agora, senhores Presidentes de Junta, vocês não viveram aqui há 15 anos atrás e se vivessem aqui há 15 anos atrás, como Presidentes de Junta, viam como eram tratados; vocês eram tratados de uma forma completamente diferente do que com o respeito que eu tenho por todos vocês. Obrigado a todos.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia, João Duque, deu por terminado o PIPJ e passou de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Um: Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Nestes últimos meses vivemos, novamente, uma fase difícil da pandemia, o país foi obrigado a mais um confinamento, que resulta em mais limitações na vida dos cidadãos e das empresas, com as consequências que todos conhecemos. Uma decisão necessária para travar as infeções, mas que felizmente resultou e hoje nos dá mais esperança. O processo de vacinação está em curso e, apesar das dificuldades, tenho a convicção que vai resultar, garantindo, no final do verão, a imunidade de grupo que tanto desejamos. Só assim nos poderemos livrar desta pandemia e regressar à normalidade.

Nesta fase, a autarquia fez o que tinha de ser feito, renovou os apoios às famílias e ao comércio; esteve ao lado dos agrupamentos escolares e da EPAVE, para nada falhar no ensino à distância; esteve ao lado do centro de saúde, para facilitar o processo de vacinação; esteve e estará ao lado das IPSS's, para garantir o máximo de segurança e proteção dos nossos idosos.

Os serviços da autarquia, em especial a Proteção Civil, não pouparam esforços para que este novo confinamento fosse o menos penoso possível para a nossa comunidade. Tal como não pouparam esforços todas as instituições públicas e privadas do nosso concelho e estão na linha da frente no combate a esta pandemia. Mais uma vez, a todos os envolvidos, eu quero deixar o nosso agradecimento que, julgo, será também o agradecimento desta assembleia municipal.

Caros deputados, apesar destas dificuldades, não parámos com o plano de investimento que definimos para este ano. São mais de trinta intervenções que estamos a realizar em 16 freguesias e que vão melhorar os equipamentos, as acessibilidades e os espaços públicos. Obras assumidas com as juntas de freguesias e que são um contributo muito importante para o desenvolvimento e para a coesão do nosso concelho. Uma nota especial para o alargamento da rede de fibra ótica que está a ser instalada no concelho, sendo esta uma necessidade antiga; com a pandemia, tornou-se ainda mais urgente disponibilizar este serviço. A autarquia fez o seu trabalho junto das operadoras, conseguimos instalar os pontos de distribuição que permitem agora o acesso generalizado. É um salto qualitativo que terá impacto nas famílias e nas empresas, tornando o concelho, também, mais atrativo num período em que este tipo de serviços é determinante. Destaco ainda, a conclusão do centro de BTT no centro interpretativo da carvalha de Calvos; este projeto que junta desporto e natureza, terá um impacto muito positivo na promoção da Póvoa de Lanhoso como destino a visitar. Os praticantes desta modalidade, para além dos 400 Km de trilhos, têm agora, na Póvoa de Lanhoso, um equipamento de apoio com todas as condições. São projetos desta natureza que permitem valorizar o excelente património natural que temos, sendo também uma alavanca para a microeconomia do concelho.

Para concluir, queria fazer uma referência a um projeto que estamos a trabalhar, apesar de sabermos da sua dificuldade: refiro-me à via do Ave; esta é uma ambição antiga da

autarquia e da região. Há muitos anos este assunto foi aqui debatido na AMAVE e, recentemente, voltamos a coloca-la na agenda dos grandes investimentos para o vale do Ave. Seja na CIM do Ave, seja na Assembleia da República, através do trabalho dos deputados do PSD, e em particular do trabalho da nossa deputada Gabriela Fonseca, estamos a sensibilizar o Governo no sentido de inserir este projeto no plano nacional de investimentos. Ligar Guimarães à Póvoa de Lanhoso e a Vieira do Minho, com uma via dedicada a aproximar ainda mais este território da autoestrada, com benefícios, que todos reconhecem, para o nosso desenvolvimento.

Antecipar o futuro, num momento em que se discutem fundos comunitários europeus como Portugal nunca teve, é uma das nossas prioridades. A variante à vila, a via do Ave e o saneamento no baixo concelho, são projetos estruturantes que não podem deixar de ter o apoio da administração central. Por isso estamos empenhados em continuar este trabalho.

Caros deputados, uma nota final para vos dizer que a situação financeira da autarquia está estabilizada, continuamos a não ter pagamentos em atraso, e a variação da dívida global está dentro do habitual. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O executivo camarário apresenta-nos, neste ponto, o último relatório anual da análise da atividade do município e sua situação financeira, da sua legislatura. E é um relatório, espantemo-nos, de continuidade, nisto estamos de acordo Sr. Presidente, continuidade. Tal como foram todos, os de 2018; de 2019; 2020 e 2021. Continuidade é não terem tido uma visão de futuro e continuar a privilegiar o curto prazo; o executivo submete-se ao interesse imediato ao interesse duradouro e de todos. Em suma, continuam estes relatórios a traduzirem-se em instrumentos de serviço de manutenção de poder e não uma tradução de desenvolvimento do concelho.

Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, é normal que este modus operandi se mantenha, é muito normal, basta ver porque o partido que governa é o mesmo desde 2005 e muitos dos seus principais rostos repetem-se. Por isso é normal que se repita o modo de se fazer as coisas, infelizmente.

Neste último ano, e no que ao Covid diz respeito, não fomos nunca adversários políticos, embora sem esquecer que muitas das vezes nos esconderam a estratégia, se é que a havia, e em algumas vezes concordamos até na forma, no tempo e no conteúdo, mas nunca, repito, nunca inviabilizamos o trabalho de quem tem o dever de governar e de tomar decisões, acrescentando sempre que nos mostramos disponíveis sem nunca nos desresponsabilizarmos dos nossos deveres. Este grupo parlamentar, ao qual pertenço, e

muito me honra, sempre se primou pelo bom senso, não fazendo apanágio da ideologia política e embarcando em imperativos de superioridade só porque sim; o mesmo já não se pode dizer da vossa parte.

E aqui permita-me uma correção, eu há pouco disse o executivo do PS e o que eu queria mesmo dizer era vereadores, e fica aqui essa correção. Mas, continuando, nenhuma das propostas dos nossos vereadores, apresentadas em reunião de câmara, chegou ao plenário desta assembleia, nenhuma, ou seja, nunca nos foi permitido contribuir de forma qualitativa.

Relativamente ao documento em apreço, e ao ponto de coesão territorial e mobilidade, oh Sr. Presidente era bom, realmente, que fosse todos os anos ano de eleições; é que este ano realmente as obras falam por si, é pó por todo o lado; levanta paralelo, pousa paralelo; coloca betuminoso, a culpa é nossa, a culpa não é nossa, a culpa é da junta autónoma das estradas, nós nada temos que ver com isto, mas pronto.

Desenvolvimento social e saúde, só para completar aqui uma informação, Sr. Presidente: realmente nós ficamos em segundo lugar, mas o segundo lugar é dividido, somos nós, Albergaria-a-Velha e, claro, Óbidos.

Relativamente à juventude e desporto, Sr. Presidente, volto a um assunto que me é muito caro e que o senhor desvalorizou desde sempre, desde que tomou posse de forma velada: o Conselho Municipal da Juventude. Mas é compreensível, como não tem visão de futuro, os jovens para si, quase que posso apostar, não têm importância nenhuma. Só para informar, Sr. Presidente, que nos dias 23 e 24 de abril se realizou o primeiro encontro nacional dos Conselhos Municipais da Juventude e vejam só qual é que não marcou presença porque não está ativo, o da Póvoa de Lanhoso.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este ponto número um da ordem de trabalhos, após consulta da documentação, e intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o PSD encontra-se totalmente inteirado sobre a atividade da câmara municipal. Desde a última assembleia até esta, tivemos aqui desenvolvimento naquilo que diz respeito à pandemia. Voltamos a desconfinar, ainda que de forma gradual, mas isso implicou algumas mudanças e algumas medidas a serem tomadas pela autarquia. Desde logo, no apoio às famílias, o apoio ao comércio local, às IPSS's, às escolas que voltaram a ter aulas presenciais, e a autarquia esteve ao lado dos agrupamentos das escolas, no apoio, também, ao plano de vacinação, sendo que o processo de vacinação é, digamos, a esperança, o que nos resta para ter esperança na volta à normalidade, e portanto a autarquia mais não tinha que dar apoio neste processo de vacinação. No fundo, face a um trabalho positivo da câmara

municipal, claro que em conjunto também com os senhores Presidentes de Junta, a quem deixo uma palavra de apreço, e de parabéns por todo o trabalho que também fazem junto das suas populações no combate a esta pandemia, e tentando diminuir as adversidades que a mesma provoca à população.

Como disse, vivemos tempos difíceis, mas não é por isso que o desenvolvimento do concelho parou. Foram várias as atividades realizadas nas mais variadas áreas, e permitam-me aqui que destaque, para não ser exaustivo, os desenvolvimentos em todas as freguesias, neste momento, desde a última assembleia até esta, foram várias as obras concluídas em várias freguesias, e neste momento estão várias obras em andamento e em execução, também, em várias freguesias.

Uma nota muito positiva para as taxas de execução das candidaturas apresentadas aos fundos comunitários, e também uma nota positiva, que tem que ser salientada, relativamente ao nível de exportações do nosso tecido empresarial que tem subido consideravelmente, como constatamos. Em suma, para nós, o GP do PSD o mais importante é sentir que o concelho está em desenvolvimento, a saber responder de uma forma equilibrada às necessidades dos povoenses, a melhorar os seus equipamentos, infraestruturas públicas, sem nunca, e aqui saliento, sem nunca comprometer as contas da autarquia, como também constatamos através da análise do relatório que nos foi submetido para o ponto um.

Para finalizar, duas notas que considero importantes, o alargamento da rede de fibra ótica. Sabemos todos, e o Sr. Presidente também, na sua intervenção, disse, que o município está a fazer todos os esforços para o alargamento da rede de fibra ótica; mas esse esforço tem que ser mais acentuado para que em breve todo o concelho esteja coberto pela rede de fibra ótica, porque, atualmente, muitos povoenses estão em teletrabalho e é uma necessidade primordial nesta fase, e sabemos também que, pelo menos até ao final do ano, muitos povoenses estarão, eu inclusive, em teletrabalho e, portanto, é algo que afeta o dia-a-dia das pessoas e portanto fazia aqui este reforço para a necessidade de cobertura da fibra ótica em todo o concelho.

Relativamente à via do Ave, também foi referido que o município está a fazer sensibilização junto do Governo central para que esta via do Ave seja realizada, e aqui também deixo este reforço da parte do GP do PSD para essa necessidade, visto que é uma infraestrutura, esta via do Ave, muito importante em termos de desenvolvimento turístico e também de crescimento económico para o nosso concelho e também para o concelho de Guimarães e de Vieira do Minho, como é óbvio. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, André Reis.

Interveio o deputado André Reis, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente da câmara municipal, eu sou obrigado a ter que regressar aqui novamente a um tema que já foi aqui falado, mas tinha uma pergunta muito concreta para começar, para fazer ao Sr. Presidente. No dia 13 de março de 2021, recebemos uma notícia que veio a público, com declarações do Sr. Presidente, a dar nota de um valor que já foi aqui hoje falado, perto de um milhão de euros, 900 mil euros para ser mais preciso, que o Sr. Presidente fala que é a fatura que o município tem no combate à pandemia, entre investimento direto e investimento indireto, são declarações suas, nomeadamente com o incremento da proteção individual, para IPSS’s, e por aí fora; enfim, o contributo da câmara no combate à pandemia, na ajuda ao setor económico e por aí fora. Sr. Presidente, neste número nós não conseguimos perceber se está a contabilizar aquilo que o município também poupou com a pandemia, e já foram ditas aqui várias atividades, vários eventos que não foram feitos ao longo deste período e que acho que seria sensato, e correto para com os povoenses, que contabilizasse nesta conta esse valor. Portanto Sr. Presidente, eu vou-lhe fazer uma pergunta muito concreta, que eu espero que também tenha um número muito concreto para me apresentar. Retirando a estes 900 mil euros o valor que poupou com o conjunto de atividade e eventos que não fez ao longo do último ano e três meses, diga-me qual foi, afinal, o valor que o município alocou a este combate à pandemia. Diga-me, retirando a estes 900 mil euros o valor que poupou com os eventos, com os passeios, enfim, com aquilo que o SR. Presidente sabe fazer bem, isso sabe o Sr. Presidente fazer muito bem. Portanto, eu gostaria de saber quanto é que poupou afinal, retirando a esses 900 mil euros estes valores de que eu estou a falar. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à câmara municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sr. deputado Miguel Pereira, pandemia e sua estratégia: a câmara municipal desde o início de março do ano passado que geriu, durante meses, e como geriram outros municípios, porque o Governo nessa altura não conseguia de forma alguma fazer algo por todos os municípios, a Póvoa de Lanhoso foi exímia nesse tratamento em tempo real. E como vos disse já, anteriormente, a câmara municipal logo no início da pandemia conseguiu aquilo que outros municípios não conseguiram. E por isso mesmo o êxito desses primeiros meses. A partir daí, desses três ou quatro meses, o próprio Governo, já habilitado a executar, a fazer tudo pelo país, conseguiu, de uma forma ou de outra, tentar, também, por em prática a testagem das pessoas, mas nestes primeiros quatro meses a câmara municipal fez testes em todas as IPSS’s, nos bombeiros, na Cruz Vermelha, na GNR, em todas as IPSS’s e associações pôs todos os meios de proteção à sua disposição, e posso dizer também, os bombeiros ainda continuam a usufruir destas

situações, derivado a estarem todos os dias no terreno. E por isso mesmo não é um milhão de euros, mas vai estar perto de um milhão e duzentos mil o dinheiro gasto com a pandemia até esta data. Realmente, a câmara municipal e os povoenses lidaram muito bem com esta pandemia e estão de parabéns, porque realmente foram pessoas que souberam estar, e agradeço todo o que têm feito nesse sentido.

O que é o futuro da Póvoa de Lanhoso, o futuro é hoje, é aquilo que nós fazemos todos os dias, e para lhe dizer que não é só agora que se vê pó no ar, mas desde 2017, desde fim de 2017 que o pó anda sempre o ar. O que quer dizer que nós nunca paramos de investir nas nossas freguesias, desde 2017, estamos a falar de água, estamos a falar de saneamento, estamos a falar de infraestruturas nas redes viárias, nós não conseguíamos de forma alguma investir só num ano 26 milhões de euros, isso é uma utopia, isso que está a dizer o Sr. Miguel Pereira. Não se vê obras só nesta altura, as obras são constantes durante estes quatro anos. E em relação à outra poeira que também está a querer pôr no ar, a estrada 205 é da competência das Estradas de Portugal, da IP, e como eles não respondiam à pavimentação das duas rotundas, na 25 de Abril e na Secundária, como vocês sabem, a câmara municipal tinha uma verba para executar essas rotundas, e tanto sabem que à posteriori foi retirada essa verba, devido a uma reunião que tivemos com a IP, com o diretor nacional da IP na câmara municipal, em que negociamos que eles iriam fazer as duas rotundas, antecipando a intervenção que o Estado diz que vai fazer na 205 a partir de outubro, espero bem que isso aconteça. Foi a reunião que tivemos, há coisa de um ano, e prometeram-nos que a 205 em outubro se iria realizar. Portanto, sabem perfeitamente, são pessoas bem informadas, sabe que a 205 atravessa a Póvoa de Lanhoso, atravessa o nosso concelho e atravessa a nossa vila. A responsabilidade da 205 não é da câmara municipal, mas derivado à inercia da IP, a câmara municipal pôs no seu orçamento a execução das duas rotundas; depois da negociação e depois de a IP intervir nas rotundas é que a câmara municipal retirou esse valor para fazer a estrada em frente à António Lopes.

Em relação ao Sr. deputado André Reis, sabe perfeitamente que, no ano passado, para o S. José estava tudo encomendado, artistas, a própria iluminação, estava tudo encomendado e estava tudo sinalizado, oh Sr. André Reis, o S. José quase que nos custou o mesmo valor. Isto é verdade, se lhe disser este ano poupámos, poupámos sim senhor, mas estamos a ajudar, com essa verba, estamos a ajudar as IPSS's, que estão com grandes dificuldades; estamos a ajudar os grupos desportivos, que estão com grandes dificuldades; estamos a ajudar os ranchos folclóricos que estão com grandes dificuldades; estamos a ajudar os bombeiros, que estão com grandes dificuldades, todas as associações estão a ser ajudadas. E o dinheiro que nós poupámos, com essas atividades que não fizemos, estamos a encaixar, ou estamos a devolver às pessoas e às instituições que precisam do nosso apoio. E vocês andam distraídos, porque isso tem ido às reuniões de câmara, isso tem sido falado nas reuniões de câmara. Por isso mesmo, o que nós gastámos com a pandemia já vai em um milhão e cem mil e o resto, Sr. Miguel

Pereira, foi transferido com o conhecimento dos vereadores da oposição, e vão continuar a ser transferidos para as associações, para as IPSS's, porque isto não pode parar. Nós não podemos parar com a nossa cultura, nós não podemos acabar com os ranchos, mesmo estando sem atividade. As IPSS's estão com dificuldades financeiras, não conseguem pagar aos seus trabalhadores, porque têm menos utentes, faleceram utentes. Nós temos que ajudar esta gente, nós estamos aqui é para isto, nós estamos aqui para ajudar as pessoas, dentro das nossas possibilidades, e estamos numa altura, meus senhores, que temos mesmo que ir ao encontro das pretensões das pessoas. Eu vou até ao último cêntimo para ajudar estas associações, estas IPSS's para se manterem, mesmo que não tenham atividades, para se manterem na vida ativa. Obrigada."

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, André Reis.

Interveio o deputado André Reis, e no uso da palavra referiu:

"Sr. Presidente da Câmara, obrigado pelos esclarecimentos mas efetivamente o Sr. Presidente disse-me aquilo que eu queria ouvir. O que eu queria ouvir o Sr. Presidente disse, disse a seguinte frase: "o dinheiro que poupamos estamos a devolver". Ora, se o dinheiro que poupou está a devolver, significa que não teve que fazer um reajuste ao seu orçamento, portanto se poupou está agora a devolver, não saiu nada das contas da câmara, senão daqui a uns meses quando conhecermos o relatório de contas vamos conhecer um buraco financeiro, e portanto, se o dinheiro que poupou esta a devolver, eu queria perceber, afinal de contas, porquê que agora que chegamos ao momento eleitoral, e onde o Sr. esteve mais de metade do seu mandato sem pandemia, volto a repetir, esteve mais de metade do seu mandato sem pandemia, porque é que agora, quando os povoenses, quando nas conversas de café se questiona porque é que a câmara não avançou com o relvado sintético, porque é que a câmara não avançou com o pavilhão desportivo, o Sr. Presidente, e o discurso da câmara municipal, do seu executivo, é que não avançou com isso por causa da pandemia. Sr. Presidente, não foi por causa da pandemia está aqui provado, o senhor disse: "o dinheiro que poupamos estamos a devolver". E portanto, não teve que meter mais dinheiro do seu orçamento. E era isso que eu queria desconstruir, o Sr. Presidente não avançou com estas obras por um simples motivo, porque não estão na sua prioridade política. E sabe, são precisamente estas obras que dizem muito aos jovens e às crianças da Póvoa, e esta geração é a geração que nos últimos 16 anos na Póvoa de Lanhoso tem perdido sucessivamente. É uma fatalidade para um jovem da Póvoa de Lanhoso hoje: não há um ordenado digno, não há eventos na Póvoa de Lanhoso, não se consegue atrair, é um povo pedinte aquilo que a câmara municipal pede diariamente aos povoenses, um povo absolutamente pedinte. A fazer fila para pedir a bolsazinha; a fila para o computador; a fila para pagar a bolsa, a propina e por aí fora. E se o Sr. é social-democrata, se é

militante do PSD, deveria saber que tudo aquilo que o PSD defende é exatamente o contrário: empresas fortes, emprego forte para que os povoenses tenham ordenados para não terem que pedir dinheiro à câmara, para pagarem do seu próprio bolso. Isto é social-democracia Sr. Presidente. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira e no uso da palavra referiu:

“De facto, o meu colega, o deputado André Reis, acabou de descobrir a careca ao Sr. Presidente. Realmente, eu não estou a perceber, também não percebi o que é que o Sr. Presidente nos esclareceu aqui, porque o Sr. Presidente, quanto aos gastos com a COVID isto não é o campeonato da despesa Sr. Presidente, o Sr. Presidente não vai ver qual é o município que gasta mais e o que gasta menos nem vai ganhar nenhum prémio para depois nos enviar um sms a dizer que o município da Póvoa de Lanhoso foi o município que mais gastou. Porque, Sr. Presidente, porque sabe qual é a diferença entre o nosso modo de atuar, os senhores medem o que gastam; da nossa parte procuramos medir a eficácia do que gastam, entende? E entre o deve e o haver, acabou agora mesmo por dizer, que realmente poupou muito mais que aquilo que gastou, está a entender? E só lhe vou relembrar mais uma coisa, Sr. Presidente, nestas últimas assembleias sempre o Sr. Presidente diz que gere a câmara municipal como uma empresa, agora já é como uma casa; eu até acredito que seja como uma casa Sr. Presidente, basta olhar à sua volta e os rostos que aí estão são todos conhecidos, Sr. Presidente, há algo que os liga entre si, entendo essa parte da casa Sr. Presidente. E para o esclarecer, Sr. Presidente, o senhor disse que nestes quatro anos gastou 26 milhões, eu volto a repetir Sr. Presidente, o que é que andou o PSD a fazer nos outros 14 anos, Sr. Presidente? É que não deve ter feito obra nenhuma na qual você era assessor; porque diz que estava tudo por fazer? Eu não consigo entender. E conhecendo o falecido Presidente, tenho a certeza, Sr. Presidente, que fez muito, já o senhor...”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e concedeu a palavra à câmara municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu acho que o senhor deputado Miguel Pereira não entendeu o que eu disse. Eu disse que já tínhamos gasto um milhão e cem mil com a pandemia, e aquilo que poupamos em termos de festa de S. José, em várias situações da cultura, porque continuamos a fazer cultura online, e situações semelhantes, esse valor que não se gastou foi praticamente todo para as associações. Portanto, além deste milhão e cem mil ,ainda existe outra

verba que está a ser canalizada para as associações, para as IPSS's, bombeiros e Cruz Vermelha que estamos a ajudar permanentemente. Não compreenderam aquilo que eu quis dizer.

Mas não foram, também, cobradas as taxas de S. José, as taxas de S. José são 30 mil euros; com aquilo que pagamos aos artistas, portanto, no S. José do ano passado, o dinheiro desapareceu. Este ano também não houve entrada de 30 mil euros em termos de taxas de S. José, mas se for preciso eu apresento as contas direitinhas, até porque aqui algum partido já pediu isso à contabilidade; isso vai ser fornecido e vocês vão analisar, realmente, qual é o deve e o haver. Mas vocês querem dizer que o que não gastamos daria para fazer o pavilhão. Reparem bem numa coisa, custou-me muito não fazer o pavilhão, é verdade, mas nós na vida temos que ser realistas e temos de ver onde é melhor o investimento, se é na saúde, neste momento de pandemia, ou se é fazer um pavilhão. Eu penso que agi bem, o executivo agiu bem nesse sentido.

Senhor deputado Miguel Pereira, é difícil responder às suas perguntas, porque o que andamos a fazer, os povoenses sabem perfeitamente o que nós andamos a fazer e sabem muito bem o carinho que nós temos por eles e que estamos aqui para os servir e por isso mesmo, enquanto cá estiver, Sr. Miguel Pereira, farei tudo para ir ao encontro das pretensões das pessoas e não dos partidos. As pessoas aqui, com este município, estão acima de tudo e temos demonstrado, nestes quatro anos, o que somos capazes de fazer. É verdade que o meu amigo Baptista, e saudosos, fez falta, é verdade, esteve aqui 14 anos e fez muito pela Póvoa de Lanhoso, na área social foi exímio, tal como a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso; nessa altura, foi um homem que deu tudo pela Póvoa de Lanhoso. E fica aqui o meu reconhecimento por tudo o que ele fez, já que falou no Manuel Baptista, o meu reconhecimento por tudo que fez pela Póvoa de Lanhoso. Mas, senhor Miguel Pereira, continuamos o trabalho dele, porque ele merece aquilo que nós estamos a fazer, e aquilo que ele tanto queria, está a ser executado. Obrigado.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, passou ao período de pedidos de esclarecimentos e concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, André Reis.

Interveio o deputado André Reis, e no uso da palavra referiu:

“O senhor Presidente da Câmara continua a não querer responder à questão nem a querer reconhecer aquilo que eu lhe disse quanto a estas obras de que falamos: o relvado sintético, o pavilhão, e poderíamos falar de muitas outras essenciais, a incubadora de empresas no centro da vila, enfim tantas outras, estruturais para a minha geração, do Miguel, do Luís do João, enfim, de tantos aqui que eu vejo nesta assembleia. Somos o futuro da Póvoa e, infelizmente, continuamos condenados, para ter sucesso profissional, a instalarmo-nos fora do concelho, onde gostaríamos de estar instalados, viver e de constituir a nossa família, é essa a realidade.

Senhor Presidente permita-me que, a este nível, lhe faça uma análise daquilo que o Sr. presidente é bom a fazer, que é a gestão diária da causa pública; o senhor Presidente está em todas, e bem, um Presidente de proximidade, junto do povo e por aí fora, mas naquilo que é realmente estratégico para o nosso concelho, naquilo que faz desenvolver o nosso concelho, Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas não estamos a conseguir ser pujantes. Não somos conhecidos em Lisboa, e é em Lisboa que se decide tudo, infelizmente é assim que o nosso país está. Cinco minutos com o Primeiro Ministro, como dizia à bocado, cinco minutos é quanto demora um rancho folclórico no Palácio de S. Bento a cantar para o Primeiro Ministro, não é suficiente, o Primeiro Ministro não vai conseguir sequer lembrar-se do nome do Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, fale com o PS, peça ajuda ao PS, já que é o partido que está no Governo, para ver se conseguem em conjunto alguma coisa para a Póvoa de Lanhoso, trabalhem em conjunto, conversem, a esse nível para ver se é possível trazer-se alguma coisa para a nossa terra. Porque senão continuamos a viver a nossa fatalidade, a fatalidade de quem trabalha fora durante a semana e chega à Póvoa de Lanhoso, desce ali pelo monte do Pilar a baixo, buracos por todo o lado, desce para a Av. da República, o único hotel que a Póvoa de Lanhoso tem lá transformou-se em mais uma resposta social porque não há turistas, porque não há eventos, e a Póvoa de Lanhoso continua assim. Não há um sítio para se fazer um evento cultural para duas mil, três mil pessoas num recinto fechado, porque o fórum municipal não passou de um outdoor, e assim continuamos. É o passeio do asfalto porque ajuda a mobilidade, lá se vai embora a calçada típica portuguesa, a nossa tradição típica de Portugal, da região do Minho e assim continuamos nestas fatalidades da Póvoa de Lanhoso, onde o Sr. Presidente, reconheço, é muito bom: na ação social; digo-lhe, é o grande mérito desta câmara municipal e do poder ao longo destes últimos 16 anos, mas estratégia, ser conhecido em Lisboa, riscar no mapa e trazer alguma coisa para a Póvoa de Lanhoso, peço desculpa o Sr. Presidente, não é conhecido, não se consegue nada para a nossa terra. Eu sei do que falo, porque vivo em Lisboa e falo com algumas destas pessoas e esta é a realidade, nós assim não vamos lá.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, vou desta assembleia de coração cheio; o Sr. Presidente conseguiu dizer que eu lhe faço questões difíceis e de modo que não me responde. Saio satisfeito de uma assembleia municipal onde o Sr. Presidente reconhece que os deputados lhe fazem questões difíceis e que não consegue responder. Falta saber se não responde porque não quer ou porque não sabe. Eu cá tenho as minhas razões para pensar que talvez não saiba, talvez não tenha escrito aí, e lá está Sr. Presidente, é sempre uma relação desequilibrada esta da assembleia municipal e deste partido da oposição e do partido

que está no poder porque tarde ou nunca nos responde, Sr. Presidente; ou quando nos responde desvia a resposta para outro lado: “não era isso, vocês é que não entenderam, falem com os técnicos, nós agendamos uma reunião porque eu sou político e não sou técnico”. É sempre uma desculpa, mas volto a dizer, Sr. Presidente, hoje fiquei realmente feliz. E só para terminar, Sr. Presidente, Ernest Hemingway escreveu um dia sobre guerras e trincheiras, Sr. Presidente, disse ele assim “Quem estará nas trincheiras ao seu lado?” – era a questão – “E isso importa?” – responderam-lhe com outra questão à qual ele respondeu: “Mais do que a própria guerra”. Pois bem, Sr. Presidente e senhores e senhores deputados, assegure-se a todas e todos os povoenses e aos munícipes que este partido socialista é um soldado fiel para terem ao lado na sua liderança, quer agora quer no futuro dos destinos da Póvoa de Lanhoso.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para deixar nota de que estas duas intervenções que me antecederam são de facto dois exercícios, aliás, excelentes exercícios de demagogia. Não há dúvida de que vir agora reclamar de um hotel que fechou portas – é um privado naturalmente – após ano e meio de pandemia porque não tem clientes e ainda para mais alegando que não há eventos, não sei de facto onde é que íamos fazer os eventos se todos eles estavam proibidos, e bem, pelo Governo, porque de facto estamos num período difícil.

Por outro lado, o Sr. deputado Miguel Pereira, tem este condão, tem este hábito, perfeitamente natural, de adulterar tudo aquilo que se diz, de ouvir e depois tentar transmitir de outra maneira. Ninguém disse isso, ninguém lhe deu razão nenhuma, Sr. deputado; convém que ouça e não tente enganar as pessoas.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu quero-lhe deixar, também, uma noção. Se fizesse o pavilhão, e é isto que pode dizer aos senhores deputados, se fizesse o pavilhão como estava previsto fazer, estaria hoje aqui a ser criticado por isso, estaria aqui a ser criticado por ter feito obras, quando devia ter apoiado noutro sentido. Portanto, meus amigos, a câmara tem que tomar decisões, tem que saber para que lado ir; se entendeu que devia suspender o pavilhão, fez bem, os povoenses estarão cá para julgarem em setembro. E, por outro lado, este exercício de demagogia a que temos assistido é natural, eu bem sei, estamos em ano eleitoral e o Sr. Miguel Pereira termina todas as intervenções justamente com essa tentativa de tentar levar as coisas para as eleições. Tenha calma senhor deputado, ainda tem, pelo menos, mais uma assembleia; vamos continuar a ouvir este tipo de intervenção, mas como eu já lhe disse, e disse a todos, em setembro os povoenses irão decidir. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à câmara municipal para resposta, dando por terminado este período de pedidos de esclarecimentos.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Desenvolvimento económico: em 2017 todos os parques industriais estavam desertos, neste momento os parques industriais estão cheios, há firmas a pedirem-nos terrenos, que estamos a colaborar com eles, temos neste momento um pedido de oito lotes ou oito pavilhões para construir em Mirão; estão a ser construídos mais três; em Porto D’Ave são mais dois. Isto não é desenvolvimento económico, desde 2017, quando estava tudo fechado até então? Meus amigos, desenvolvimento económico: nós conseguimos ajudar industriais na Póvoa de Lanhoso a executar 121 projetos, que englobam 8.319.993,00€; foram aprovados 80 projetos, foi investido na Póvoa de Lanhoso, nessa área, 5.481.870,21, foram empregues perto de 120 pessoas. Somos, neste momento, no distrito com mais candidaturas e programas de financiamento, somos o concelho que mais exporta, perto de seis milhões de euros, como disse ainda há pouco em relação aos concelhos de baixa densidade que estão na nossa periferia. Isto não é desenvolvimento económico, isto não é trabalhar? Eu não entendo, isto é demagogia pura da vossa parte. Sr. André Reis isto é demagogia; Sr. Miguel Pereira, isto é demagogia. Porque há 16 anos que estamos a lutar pela Póvoa de Lanhoso, há 16 anos que temos arranjado emprego na Póvoa de Lanhoso. Além do têxtil, que é predominante na Póvoa de Lanhoso, já temos aeronaves a fazer, já temos casas modelares, já temos a Prozis. Meus amigos, isto surgiu a partir de 2017.

Eu estou satisfeito com aquilo que tem surgido na Póvoa de Lanhoso, e por isso mesmo a fibra ótica vai surgir em todo o concelho até ao fim de maio, foi investimento também da câmara municipal, foi sim senhor; também houve investimento na IP, na iluminação pública, houve investimento mas ninguém fala nesse investimento, ninguém fala na fibra ótica que é importantíssima neste momento para o desenvolvimento do nosso concelho. Hoje, as pessoas se não tiverem fibra ótica não vêm morar para a Póvoa de Lanhoso, vocês já referenciaram isto, isto é essencial para a Póvoa de Lanhoso. A fibra ótica é essencial para a Póvoa de Lanhoso; o que iria demorar perto de 21 anos para a cobertura total que o Governo tinha com a firma concessionada, a concessão na Póvoa de Lanhoso era para mais de 20 anos, vai ser feito até junho. As pessoas hoje, para trabalhar, precisam de ter fibra, meus amigos, precisam de ter todas as condições. Nós fizemos investimento na IP, um investimento que vai ser pago em 12 anos e a câmara municipal vai ser ressarcida de 2 milhões de euros. Meus amigos, isto é que é trabalhar para Póvoa de Lanhoso.

Não se ria Sr. Miguel Pereira, não se ria porque aquilo tudo que você diz é tudo demagogia, e as pessoas sabem quem é o senhor e sabem quem nós somos. Nós

estamos aqui para trabalhar para as pessoas e não para fazer trocadilhos. Todos os dias lutamos pela nossa terra e temos tudo à vista, são estes os nossos projetos, foram estes os nossos projetos e novos projetos surgirão; enquanto nós cá estivermos, de certeza que a Póvoa de Lanhoso vai progredir em todos os sentidos, seja na fibra, seja na IP, seja nas vias de comunicação, seja no saneamento, seja na água, seja no turismo, seja na cultura. Meus amigos, temos feito tudo que é possível, dentro das nossas possibilidades, e damos prioridade àquilo que é essencial; neste momento o essencial era a fibra, a fibra está aí; o essencial era a iluminação pública, a iluminação está aí; era essencial pôr a 97% a água, ela está aí; era necessário, depois de meter a água, pavimentar as estradas, as estradas estão aí. Ponto final, era isso que eu tinha para dizer, obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, deu por terminado o primeiro ponto da ordem de trabalhos e popôs um intervalo de 10 minutos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

De seguida, após o intervalo, o Presidente da Assembleia, João Duque, retomou os trabalhos passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Informação da câmara municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre 2020 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.** E concedeu a palavra à câmara municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto dois da ordem de trabalhos pretende informar esta assembleia acerca do relatório de execução orçamental do 4º trimestre da EPAVE e também, aquele que é o relatório de execução anual. Este relatório vem em linha de conta com aquilo que creio que terá sido a execução do orçamento da própria escola, a qual, devido a este período de pandemia, teve a sua atividade um pouco afetada, contudo no final do ano podemos verificar que terminou com uma execução muito razoável. Nesse sentido, a câmara municipal saúda a forma como a escola conseguiu dar continuidade ao seu trabalho mesmo em tempo de pandemia. E destaca-se, também, a atribuição do selo de conformidade EQAVET que é muito importante para as escolas e para os estabelecimentos de ensino. Obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Clarisse Matos.

Interveio a deputada Clarisse Matos, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Antes de mais, Sr. Presidente, permita-me, antes da minha intervenção, aqui um pequeno à parte, em que me parece muito mal ser permitido nesta assembleia, por qualquer pessoa, principalmente pelo Sr. Presidente da Câmara, dirigir-se a um deputado “Quem é o senhor?” Eu vou-lhe dizer, o deputado António Queirós, da bancada do OS, está entre os 300 melhores do mundo na área dele, é uma referência, ou deverá ser uma referência para a Póvoa de Lanhoso. Mais tarde, dirige-se também ao deputado Miguel Pereira – “sabem quem é o senhor” – isto não me parecem formas adequadas, de qualquer pessoa nesta assembleia, se dirigir a qualquer um de nós, seja deputado do PS, seja deputado do PSD, ou seja deputado do MAI; considero que seja uma falta de respeito.

Em relação ao ponto que agora analisamos, refere-se a uma obrigação legal de informação das empresas locais, que deve ser completa e atempada, conforme prevê o artigo 42 da Lei 50/2012, de 31 de agosto. Ora, relativamente a estas condições, queremos, antes de tudo, dizer que esta informação deveria ter sido analisada na sessão da assembleia municipal anterior. Referindo-se ao trimestre que terminou em dezembro, trazer esta informação passados quatro meses não nos parece que seja atempado, tal como preconiza a legislação.

Por outro lado, este relatório da EPAVE é o relatório de encerramento do ano civil e, nesse aspeto, integrará o relatório de prestação de contas da câmara municipal que teremos que analisar em breve. Fica para análise, com mais interesse, o facto deste relatório se referir em simultâneo ao trabalho desenvolvido pela escola no primeiro trimestre de um novo ano escolar. Refere o Conselho de Administração, Dr. Bruno Fernandes, Dra. Gabriela Fonseca, Eng.º José Manuel Silva que, e passo a citar – houve dificuldade em divulgar a oferta formativa, devido à situação pandémica. Queremos perguntar: 1º - que ações foram colocadas no terreno para esta divulgação, que obviamente respeitaram as normas do plano de contingência? 2º - quantas turmas, alunos e cursos estão em funcionamento neste novo ano escolar? 3º - que papel teve o Conselho Consultivo, previsto no artigo 35 dos estatutos da EPAVE, na definição desta nova estratégia ajustada ao contexto da pandemia? 4º - por fim, refere o Conselho de Administração que, e passo a citar – a execução deste período está dentro do esperado – nestes termos estão a ser cumpridos os indicadores assumidos pela EPAVE, no âmbito do contrato programa que celebrou com a câmara municipal. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como referido nas informações que legalmente incumbem a esta câmara municipal, é-nos agora apresentado o relatório trimestral de execução orçamental da EPAVE, relativo ao 4º trimestre de 2020. Ora, o que dizer deste relatório? É notório que a escola continua a seguir o seu padrão de coerência e rigor orçamental, como de resto nos tem vindo a habituar. Por aquilo que estava orçamentado e aquilo que foi executado, a atuação da EPAVE, parece-nos, rigorosa. Isto não obstante o período pandémico vivido, que na verdade, condiciona já dois anos letivos, 2019-2020 e 2020-2021, circunstância esta que dificulta a consolidação e a divulgação da oferta formativa; contudo, o bom trabalho que tem sido desenvolvido pela estrutura organizativa da EPAVE permitiu cumprir os objetivos globais traçados. Contudo a pandemia não permitiu concretizar as mobilidades previstas no âmbito, por exemplo, do projeto “Erasmus mais”, razão pela qual precisamente a rubrica orçamental respetiva vivenciou a execução de 0%; esclarece-se que estas mobilidades serão concretizadas este ano de 2021.

O trabalho sério e assertivo permitiu que, em novembro de 2020, como disse o vereador André Rodrigues, a EPAVE conseguisse obter o selo de qualidade EQAVET do sistema de garantia da qualidade da oferta da educação e formação profissional. Um processo muito exigente de preparação e de adaptação da escola aos normativos deste sistema de certificação da qualidade, sendo que esta certificação foi obtida por um período de três anos. E é por isso que podemos afirmar que a escola prossegue, trilhando este seu caminho ascendente, com qualidade no ensino e na formação, e com isto cimentando a sua posição como referência regional, uma vez que os formandos que a frequentam são essencialmente jovens povoenses, mas não só, são também jovens de concelhos limítrofes, o que é prova dada da sua boa reputação. E portanto, a EPAVE é de facto uma valência para os jovens povoenses, mas vemos que, agora, para além, também para fora do círculo dos jovens da Póvoa de Lanhoso, o que só nos pode deixar orgulhosos.

Continua, pois, merecedora do título de entidade de interesse para o concelho da Póvoa de Lanhoso. Assim, o grupo parlamentar do PSD, mais do que inteirado, está satisfeito. Muito obrigada a todos.”

Depois, o Presidente da assembleia, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, e no uso da palavra referiu:

“Antes de começar a minha intervenção, gostava de repor a verdade relativamente a uma falsidade que o senhor Presidente disse no ponto anterior, quando se referiu aos senhores Presidentes de Junta e lhes disse que não faziam ideia do que era serem Presidentes de Junta há 15 ou 16 anos. Eu relembro, Sr. Presidente, que quando o Dr. Lúcio Pinto deixou o executivo, só havia três juntas do PSD em 29 juntas de freguesia, eram elas Monsul, Serzedelo e Póvoa de Lanhoso, e a título de exemplo, vou falar de alguns investimentos feitos nestas freguesias, portanto, com Presidentes de Junta que

não eram da mesma cor política do Presidente da altura: em Monsul relevo, obviamente, o centro comunitário do Vale do Cávado; na Póvoa de Lanhoso relevo a piscina coberta, a Av. da República, a Av. 25 de Abril, o Theatro Club, o plano cultural, a reabilitação dos Paços do Concelho, a modernização administrativa, o Parque do Pontido, etc. etc. etc. E, portanto, gostava que cada vez que o Sr. Presidente se referisse a Presidentes anteriores e ao trabalho que anteriormente foi feito, pelo menos fosse rigoroso e dissesse a verdade.

Relativamente ao ponto que está agora em análise e atendendo a que apreciamos aqui um relatório que é meramente informativo, uma vez que a discussão das contas da EPAVE concretizar-se-ão na apresentação das contas consolidadas da câmara na próxima Assembleia Municipal, consideramo-nos inteirados. No entanto, gostávamos de perceber o motivo da utilização da conta caucionada durante este período. Muito obrigada.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu novamente a palavra à deputada do GP do PS, Clárisse Matos.

Interveio a deputada Clárisse Matos, e no uso da palavra referiu:

“Voltando ao tema, este executivo foge sempre um bocadinho às questões, mas de qualquer das formas a bancada do PS mantém-se inteirada da situação. Muito obrigada.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador, André Rodrigues, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começando pela Dr.ª Carla Santos, relativamente à conta caucionada, é por necessidades de tesouraria que essencialmente visa os atrasos naquilo que são os pagamentos dos fundos comunitários por causa da atividade corrente da escola, existindo um bocado de atraso depois a conta caucionada necessita de ser ativada. Muito embora, neste momento, tenha sido ativada em 15 mil euros, estamos a falar de um valor muito mais baixo do que aconteceria em anos anteriores.

Relativamente às questões da Sr. Clárisse Matos, neste momento a EPAVE tem 11 turmas em 4 cursos profissionais distintos, do 10º ao 12º ano e mais um CEF que vai do 8º ao 9º. A divulgação que a EPAVE faz é uma divulgação no âmbito regional que visa captar alunos para a escola, sabemos que a EPAVE tem bastantes alunos cá da Póvoa de Lanhoso, mas também tem de outros concelhos, portanto faz essa divulgação já no âmbito regional, tem parcerias com diversas escolas aqui em volta e de concelhos limítrofes, aos quais faz essas apresentações. A metodologia com que o fez, na fase final

do ano anterior, teve que ser por sessões de videoconferência com os alunos até ao 9º ano, dado o facto de no último ano letivo não ter havido aulas presenciais, portanto funcionou dessa forma. Em anos anteriores, funciona sempre com divulgação à porta da escola e com sessões informativas sempre que há essa disponibilidade por parte das próprias escolas.

Relativamente ao Conselho Consultivo, ele reuniu de forma restrita e teve o cuidado de criar aqui pontes sempre, por forma a que os parceiros da EPAVE tivessem sempre por dentro da atividade e por forma a que percebessem, também, quais é que eram as medidas adotadas em contexto de pandemia. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia, João Duque, verificou que não existiam mais pedidos de esclarecimentos, pelo que deu o ponto por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da câmara municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre 2020 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, passou de imediato ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três:**

- a) afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno sita no Lugar de Calvos, da União de Freguesias de Calvos e Frades, nos termos da alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**
- b) afetação ao domínio público municipal de parcelas de terreno sitas no: Lugar da Portela, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1490º); Lugar da Portela, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1493º); e Lugar de Bagães, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1479º), nos termos da alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

E concedeu a palavra à câmara municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto três tem duas alíneas, a primeira refere-se a um terreno que foi escriturado num passado próximo, num passado recente pela câmara municipal no qual se teve conhecimento de que um particular teve a bondade de dar conhecimento ao município que existiria uma estrutura arqueológica no terreno, por via da realização de uns trabalhos de retroescavadora, foi dessa forma que teve conhecimento. O município disponibilizou-se logo para fazer umas sondagens, nas quais verificou de facto existia lá uma mamoa. Nesse sentido, e lá está, dada a importância que estes achados arqueológicos têm para a história local e regional, decidiu-se avançar para a compra.

Esta alínea a) refere-se a uma mamoa em Calvos, em que um privado teve a bondade, assim que percebeu de que existiria algo de diferente no seu terreno, de comunicar ao município esse potencial achado arqueológico. O município fez sondagens geotécnicas, nas quais confirmou essa mesma existência, avançou para a compra do terreno e agora pretende integrá-lo e afetá-lo ao domínio público municipal. O objetivo passa por, num futuro próximo, existir a possibilidade de musealizar aquele terreno, sendo que tem uma componente geográfica também muito interessante porque está junto ao parque da carvalha de Calvos, ou seja, podemos ter ali uma boa sinergia entre dois espólios e dois locais interessante ao nível municipal.

O segundo prende-se com a afetação ao domínio público municipal das parcelas que estão neste momento situadas no parque do Pontido e na Rua dos Veteranos de Guerra, por forma a que tenhamos aqui esta continuidade urbana assegurada. De facto aqueles espaços são completamente do uso público municipal e, neste momento, tem-se o objetivo de os afetar e de fazer um redimensionamento daquilo que são as matrizes de uma forma muito objetiva dos terrenos que ficam a montante da Rua dos Veteranos de Guerra. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Elisabete Cunha.

Interveio a deputada Elisabete Cunha, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A bancada do PS encontra-se inteirada sobre este ponto e votará favoravelmente o mesmo. É só, muito obrigada.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, André Reis.

Interveio o deputado André Reis, e no uso da palavra referiu:

“Muito obrigado, Sr. vereador, por todos os esclarecimentos. Naturalmente, também o MAI irá votar a favor deste ponto três da ordem de trabalhos. Mas não sem antes, também, fazer uma pergunta: tive a oportunidade de ler o relatório técnico do técnico superior que faz um conjunto de ideias e de sugestões para o futuro, e queria perceber se a câmara municipal vai seguir as indicações, as sugestões aqui do técnico e se tem já algum plano para dinamizar aqui esta área que foi descoberta, a mamoa, como disse, dando uma nova vida aquele espaço. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O senhor vereador já introduziu o ponto e já nos deu nota dos aspetos mais importantes da mamoa, ou seja, da apreciação da alínea a) do ponto que está aqui em apreço e do seu interesse geológico, pelo que é pretendido transformar esta área em domínio público, de modo que, após estes procedimentos administrativos, sejam então aqui vertidas algumas dinâmicas que potencializem a valorização cultural e turística desta área. À semelhança do que o deputado André Reis já citou, também nós acreditamos – e seguindo aquilo que já surgiu na assembleia de dezembro, em que falamos na estratégia do turismo a vigorar já no ano de 2021 e onde está plasmada a necessidade de qualificar e de valorizar o nosso território – portanto acreditamos que transferindo esta área para domínio público, que é o primeiro passo deste procedimento administrativo, teremos reunidas todas as condições para potenciar esta área, dignificar ainda mais a carvalha de Calvos, dada a proximidade a esta estrutura arqueológica, e sobretudo, captar mais investimento, em termos turísticos, para o nosso concelho.

No que diz respeito à alínea b), e como também já foi referido pelo Sr. vereador, isto refere-se a três áreas que estão devidamente identificadas em termos de matriz, na zona do Pontido e, também, esta alínea prende-se com a sua afetação a domínio público, pelo menos de grande parte dessa área. Pelo que a bancada parlamentar do PSD irá votar favoravelmente a incorporação destas duas áreas em domínio público municipal. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, João Duque, voltou a conceder a palavra à câmara municipal para resposta.

Interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O objetivo passa por manter estas dinâmicas que estão aqui plasmadas, muito embora elas dependam sempre daquilo que vai ser o achado, do que vai ser encontrado. Potencialmente, também estamos perante uma mamoa de grandes dimensões devido à volumetria e ao diâmetro que ela apresenta e esperamos que tenha essa mesma dimensão para termos aqui algo realmente muito interessante para o nosso concelho.

Nós já fizemos bastantes escavações em outras mamoas, foram encontrados alguns achados arqueológicos, muito embora já tenham sido essas mamoas saqueadas no passado, em muita quantidade do espólio que tinham, e falo por exemplo naquela mamoa em Lanhoso, lá em cima junto à BRAVAL, por exemplo, que tinha muito pouco espólio lá depositado, nesta fase já em que ela foi escavada. Contudo, teremos que iniciar os trabalhos para perceber o que é que lá esta, mas pela dimensão percebe-se que pode ser algo muito interessante, mesmo.

Relativamente a tudo o que aqui está, todas estas dinâmicas futuras, a câmara pretende avançar com elas, este executivo valoriza muito o património que temos. E nesse sentido, tal como eu disse na minha intervenção, com o objetivo da musealização e pelo facto de ter o Carvalho de Calvos ali encostado, pode-se gerar ali um espólio muito interessante. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, João Duque, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção pelo que colocou o ponto três à votação do plenário.

Deliberação alínea a): A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, a proposta da câmara municipal para afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno sita no Lugar de Calvos, da União de Freguesias de Calvos e Frades, nos termos da alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação alínea b): A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, a proposta da câmara municipal para afetação ao domínio público municipal de parcelas de terreno sitas no: Lugar da Portela, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1490º); Lugar da Portela, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1493º); e Lugar de Bagães, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1479º), nos termos da alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Mesa, João Duque, passou ao ponto quatro da ordem de trabalhos. **Ponto Quatro: Proposta da câmara municipal para a 4ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, nos termos da alínea a) nº1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à câmara municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Considerando a necessidade de inscrever um novo projeto de investimento no plano plurianual de investimentos do ano de 2021; considerando que essa inscrição terá que ser assegurada através de uma alteração modificativa, objetivando a inscrição e previsão do novo projeto no PPI; considerando, ainda, que é objetivo financeiro deste novo projeto, através de financiamento bancário cujo processo terá que ser aditado, propõe-se a 4ª alteração modificativa ao Orçamento e grandes Opções do Plano para o ano de 2021, a incrementar o investimento da Requalificação da Rua Paixão Bastos na freguesia da Póvoa de Lanhoso, no valor de 24.500,00€.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, José Faria.

Interveio o deputado José Faria, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente da Câmara e senhores vereadores, nós terminados há poucos minutos o mês de abril de 2021 e já estamos aqui a tratar da 4ª alteração ao orçamento e às grandes opções do plano para 2021. O ponto em si é relativamente simples, trata-se de aproveitar verbas para poder avançar com uma outra empreitada e obviamente a bancada do PS não vai inviabilizar a sua aprovação, optando pela abstenção. Mas o que aqui se torna mais importante é que, e isto já foi referido por mim noutras alturas, e já foi referido por outros senhores deputados também noutras alturas, e até ainda hoje, o que transparece daqui é uma gestão de constantes alterações ao planeamento, autorizações de endividamento, por parte do executivo, e que esta assembleia tem sido muito recorrentemente chamada a discutir, o que revela que tem sido uma gestão errática, uma gestão sem rumo e sem estratégias bem definidas. Por muitas justificações que se pretendam encontrar para endereçar culpas a terceiros, seja as pandemias, seja o Governo, seja, enfim, tudo aquilo que se possa pensar, começa a tornar-se bastante difícil explicar ao povo da Póvoa de Lanhoso essa constante necessidade de alterações e essa constante mudança de estratégia.

O executivo recebeu do nosso povo um mandato para gerir, de modo equilibrado, os destinos do nosso concelho e esta assembleia recebeu, do mesmo povo, um mandato para proceder à fiscalização da atividade do executivo. Nós não podemos, Sr. Presidente e senhores vereadores, estar permanentemente a brincar a este estado de coisas, o povo exige-nos rigor e a assembleia tem o dever, tem o direito de exigir ao executivo uma gestão devidamente organizada e devidamente planeada. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente da câmara, como bem referiu o senhor e referiu o ilustre orador antecessor, é a 4ª revisão ou alteração modificativa ao orçamento, e falo em revisão orçamental porque é disso que se trata. Trata-se não de mera alteração ou alterações de rubricas, mas sim do valor do orçamento. E esta situação não sei bem como adjectivá-la, para a substantivar é fácil, é espanto porque não estava à espera de uma 4ª revisão orçamental proposta em 14 de abril, isto é, à razão de uma por mês ou ainda pior, porque é de 14 de abril, e portanto essa minha perplexidade. Mas, em relação a esta proposta, que me surpreende, porque a não ser por razões muito extraordinárias não se

faz mais do que uma revisão orçamental por exercício económico, aquela que é a que resulta da transição do saldo, da incorporação do saldo orçamental do exercício anterior, que é obrigatória, e eventualmente outra por causa do PPI de verbas que estejam aí previstas e inscritas e por deslizamento e por necessidade de alocação de verbas, não percebo como é que é possível necessitar de outra revisão orçamental. E portanto a adjetivação, talvez seja de inacreditável. Inacreditável porque, se não fosse membro da assembleia eu não conseguia, realmente, acreditar. E por outro lado, porque este tipo de procedimento não é nada simples, como disse o deputado do PS, bem pelo contrário, é uma boa trapalhada, porque este tipo de procedimentos não merece credibilidade, por isso é inacreditável. E digo-lhe mais, Sr. Presidente, já aqui foi referido que muitas vezes não se tem a boa prática política de ouvir as outras partes, nomeadamente a oposição; se ouvissem talvez tivessem pensado melhor e tivessem feito inversão deste tipo de procedimentos. Nós, em fevereiro, fizemos-lhe aqui uma crítica, na alteração orçamental, dizendo que a alteração estava correta, mas não a tínhamos feito aí mas na assembleia de abril, porque pensávamos que em abril, como devia ser, já vinham as contas para serem aprovadas da câmara municipal e aí sim, fazia-se realmente a revisão orçamental com as revisões que precisasse e depois das contas, estaria já bem consolidada a transferência de que necessitava. Não é isso que está aqui a acontecer, porque fizeram isto tudo no tempo errado.

E portanto, aquilo que disse o deputado do PS é verdade, isto não é organização; não mostra estratégia; não mostra planeamento e é a tal gestão à vista. Repare que o técnico de contas invoca a norma NPC26, e a norma NPC26, que fui consultar, diz que: "(...) As alterações orçamentais são um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, (...)". Ora eu pergunto, será esta uma despesa imprevisível cuja necessidade é inadiável, só surgiu agora? Eu pergunto, Sr. Presidente, porque é que isto não foi previsto e inscrito no PPI, no plano plurianual de investimento, para alguns que não saibam? Por que motivo isto não foi previsto em PPI, se é uma obra assim tão essencial, e acredito que tenha métodos de necessidade e de urgência. E por outro lado, Sr. Presidente, por que é que não foi planeada esta obra em termos orçamentais, tendo adequado a despesa à receita? E se fosse planeada, porque é que não a fez na revisão de fevereiro último, há dois meses atrás? Agradecia uma resposta. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Esta alteração proposta, no nosso entendimento, espelha uma boa gestão dos recursos financeiros da autarquia, pois pretende-se fazer novas obras com o remanescente das obras que inicialmente estavam inscritas no plano. Entendemos que, quando foi estimado o empréstimo, as obras foram incluídas como estimativa orçamental; no entanto, a concorrência do mercado acabou por ditar que se realizassem por um valor inferior, favorecendo a autarquia, resultando daí o remanescente que agora se pretende aproveitar. Portanto, da nossa parte está validado. Muito obrigado.”

Depois o Presidente da mesa, João Duque, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e concedeu a palavra à câmara municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu, para responder a essas duas perguntas dos senhores deputados, tenho a dizer que uma das alterações foi a incorporação do saldo de gerência que é obrigatório; uma segunda, que é a incorporação dos fundos comunitários, que é obrigatória, porque não estava previsto, nem nós sabíamos qual era o saldo de gerência; há aqui uma situação de uma terceira que eu não me lembro, mas vou analisar e depois transmito, e esta que está aqui prevista foi, como disse muito bem o senhor deputado do PSD, porque fechámos as obras que estavam num empréstimo e, como houve saldo dessas obras, executamos essa obra, que era pertinente neste momento, embora não estivesse incorporada, como disse o senhor deputado, no PPI. Pelo menos duas alterações tinham que ter sido executadas, esta também tinha que ser executada porque, quando trouxemos aqui o orçamento não estava prevista verba para esta obra e, portanto, ao sobrar esta verba tínhamos que fazer uma modificação, também. Portanto, são estas as situações que eu tenho a dizer sobre as perguntas que me fizeram. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo para pedidos de esclarecimentos.

Interveio o deputado Rui Rebelo, e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente da Câmara, e também em relação à intervenção do deputado do PSD, que considero lamentável, porque nós não estamos a falar do ponto seis, nós não estamos a falar daquilo que vai ser um aditamento a um contrato, que é o ponto seis, e nós não temos a ver com a organização da ordem de trabalhos, isso compete à Mesa esclarecer, esse é que é o ponto seis e este é o ponto quatro. Este ponto quatro tem a ver com as revisões orçamentais, porque se faz esta revisão orçamental, e a terceira que foi a incorporação do saldo que é obrigatória foi há dois meses? E porque que não se faz tudo noutro tipo de procedimento? O que nós estamos aqui a criticar é este tipo de procedimento. Porque o Sr. Presidente falou aí, não sei se é verdade, mas fez esse

referimento, de uma obra que já foi executada. Eu não percebo, sabe porquê? Isso seria muito mais grave, porque esta alteração não tem dotação definida, porque estão à espera do ponto seis, onde está previsto o valor da obra que são 24.500,00€; portanto estamos até a fazer uma revisão orçamental sem dotação definida, o que é no mínimo inusitado, para não dizer absurdo. Isso é que temos que concluir, porque vamos falar depois das verbas sobrantes e da priorização, do privilégio do critério de atendimento desta obra. Mas o que eu não percebo é como é que uma obra destas, numa rua que eu conheço muito bem, como o senhor sabe, porque foi lá que estabeleci a minha habitação permanente quando vim de Coimbra em 1987 até 2001, em que me transferi para esta linda freguesia de Taíde, e conheço bem e não me parece que seja uma obra assim tão urgente. Ou se é, em termos de requalificação, porque é que não foi prevista em PPI, porque se pelo menos tivesse sido prevista em PPI, era fácil agora fazer uma alteração de rubrica, e não foi sequer, e portanto esta falta de planeamento, de organização, de Norte de gestão estratégica é que tem que ser relevada. E daí, também neste corolário, eu tirar estas ilações, que isto não acho que seja um bom princípio de gestão financeira, não é um princípio transparente, pelo menos. E também mostra como, ao contrário da EPAVE, que é muito bem gerida na execução orçamental, aqui a execução orçamental da câmara tem uma baixíssima e preocupante execução, porquê? Porque, parece-me que nesta perspetiva política os senhores estão a olhar para o PPI como uma mera ilusão, descredibilizando-o e isso não pode ser, é um mau princípio e tem resultados perigosos no futuro, em relação ao Tribunal de Contas, eventualmente.

E para terminar, senhor Presidente, só para lhe dizer que precisamos de outro tipo de planeamento, de otimização e de organização neste tipo de revisão orçamental. E portanto, nesta circunstância, não percebendo o conforto que o PS tem também com esta situação, porque quer ser alternativa e tem legitimidade para isso, nós não podemos seguir outro caminho que não seja, para sermos diferentes, rigorosos, transparentes, e concretizadores dos princípios da boa gestão financeira, senão votar contra. E, Sr. Presidente da Assembleia, já antecipamos que depois faremos chegar a respetiva declaração de voto. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Silva.

Interveio o deputado José Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Penso que posso, com a minha intervenção, de algum modo, clarificar aqui o senhor deputado Rui Rebelo. O que está aqui em causa, Dr. Rui Rebelo, é que a câmara fez um empréstimo no valor de 1.100.000,00€; naturalmente existia um preço base, uma estimativa base para um conjunto de obras. Lançando o procedimento concursal, conclui-se que as obras ficavam abaixo deste valor inicialmente estimado. Com este

valor, com o valor remanescente, a câmara, e bem, dada a necessidade e a pretensão da Junta de Freguesia, entende agora utilizar este dinheiro, e tem a necessidade de o colocar neste plano agora aqui proposto. O ponto seis, de que o Dr. Rui Rebelo fala, e bem, é a outra fase, pois tem que se incluir aqui e depois junto da CGD, para remeter para o Tribunal de Contas. Isto é, tínhamos 1.100.000,00€ para um conjunto de obras, sobrou-nos este valor, nós queremos com este valor remanescente fazer um contrato adicional que o banco financiou lá atrás, para remeter à aprovação do tribunal de Contas; agora isto só é possível com a aprovação da alteração das grandes opções do plano e orçamento, uma vez que à data nós não sabíamos o valor, porque repare, o valor era uma estimativa, um cálculo orçamental; há uma variação, hoje sabemos que tivemos a vantagem de conseguirmos este conjunto de obras a um baixo custo. O valor que estava previsto no empréstimo terá que ser atualizado e a câmara entendeu atualizar com a Requalificação da Rua Paixão Bastos; isso vai integrar-se aqui, para no ponto seis fazer o adicional com o banco que fez o empréstimo, para depois remeter e ter a aprovação do tribunal de Contas. No fundo, o que está aqui é isto, é uma boa gestão; naturalmente que o município não poderia incluir esta obra a montante, porque não saberia se ia haver ou não remanescente das obras, porque até corríamos o risco de ficar deserto e ter que ser a câmara, com receitas próprias, a suportar o excedente das obras. No fundo, hoje é fácil porque temos esta base, mas no início não sabíamos os valores finais. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia, João Duque, verificou que a câmara não pretendia responder e colocou o ponto a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 24 votos a favor, 3 votos contra e 11 abstenções, a proposta da câmara municipal para a 4ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, nos termos da alínea a) nº1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Declaração de voto entregue pelo GP do MAI:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Grupo Parlamentar Municipal do Movimento Alternativa Independente – MAI, nos termos e para os efeitos regimentais de fazer constar na Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30 de abril de 2021, vem apresentar a sua declaração de voto referente ao Ponto Quatro (4) da Ordem do Dia, nos termos e com os fundamentos seguintes:

Considerando que as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento para 2021 foram aprovadas na sessão plenária da Assembleia Municipal (AM) de 18 de dezembro p.p., e que já na respetiva votação este Grupo Municipal expressou reservas face a documentos que não concebiam qualquer visão de estratégia para uma verdadeira Política de

Desenvolvimento do Concelho, nem elegiam as grandes prioridades da política municipal segundo os princípios da responsabilidade, da transparência e da descentralização;

Considerando que a presente proposta da Câmara Municipal (CMPL), datada de 14 de abril corrente, constitui neste ano a 4.ª revisão do Orçamento e das GOP, um procedimento manifestamente espantoso e inacreditável na medida em que quatro revisões orçamentais (pois trata-se de alterar o valor do Orçamento, e não de meras alterações de rubricas) em três meses e meio de exercício económico é algo extraordinário e inusitado, visto que normalmente não se faz mais de uma alteração orçamental por exercício (a da incorporação do saldo orçamental do exercício anterior, que é obrigatória e já realizada em 26 de fevereiro p.p. com as críticas que na altura fizemos, pois parecia-nos que não seria o momento);

Atendendo que, como se depreende da respetiva motivação, o que a CMPL traz à nossa apreciação e deliberação refere-se a um pedido de reforço ao Orçamento para a realização da obra de requalificação da Rua Paixão Basto, na vila da Póvoa de Lanhoso, a qual ascenderá, alega o Executivo, a 24.500,00 euros;

Observando que, de acordo com a Norma de Contabilidade Pública 26 – sob a epígrafe Definições, invocada conceptualmente na justificação técnica da proposta –, as «alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas»;

Considerando que, em conformidade com o princípio da boa governação, não se vê como esta despesa pode constituir uma despesa imprevisível, cujo investimento represente uma necessidade inadiável e que por obra divina ou inapreensível só tenha surgido agora, contexto ante o qual colocámos várias questões que não foram devidamente respondidas pelo Executivo, a saber:

- Sem embargo da análise do mérito e necessidade da requalificação desta obra, e dado que, em seriedade política, poderia estar inscrita no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) – relativo ao Orçamento de 2021 –, por que motivo é que o não foi? Não se trata, afinal, de uma obra tão emergente ou será que não tinha méritos para ser privilegiada e priorizada há apenas quatro meses atrás?*
- Não era previsível ter planeado esta obra e fazer a sua inscrição no Orçamento, tendo adequado a despesa à competente receita?*
- Ou até na última revisão orçamental de fevereiro p.p. (somente a 3.ª em 2 meses!), pela qual se incorporou o saldo de gerência de 2020?*

Considerando que desta trapalhada procedimental resulta a real demonstração de uma política da CMPL desnordeada e com administração de “navegação à vista”, sem planeamento e com aumento do endividamento face a um Orçamento de 2021 já deficitário e a envolver financiamento externo (empréstimo bancário);

*Tendo em conta, o que é inqualificável, que a presente alteração orçamental seja submetida “com dotação previsional não definida”, pois espera a CMPL, cita-se *ipsis litteris*, “por um aditamento ao contrato de financiamento de médio e longo prazo para ‘Beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.1000.000 euros”; Quer dizer, o Executivo estima a obra em 24.500,00 euros, porém abrem a rubrica sem valor, não se coibindo de alterar o PPI para inscrever uma obra a executar entre maio e dezembro sem dotação orçamental;*

Em corolário, verificando que com a presente proposta a CMPL pretende que a AM aprove primeiro esta transferência para depois inscrever o valor da dotação, com o argumento, julgamos nós, de convolar a verba orçamental por via da aprovação da proposta constante do Ponto 6 da Ordem do Dia, dando como certa antecipadamente a aprovação do “Aditamento”, daí consistir num procedimento que não beneficia nem respeita os princípios da transparência e da boa gestão financeira;

Considerando, por fim, que a proposta em apreço só vem confirmar o que temos dito sobre a execução orçamental do mandato autárquico no que respeita ao PPI (investimentos): uma taxa baixíssima de execução orçamental, porquanto o próprio PPI é uma mera ilusão e sem credibilidade;

Assim sendo,

O Grupo Parlamentar Municipal do MAI expressa a sua posição crítica em relação a este procedimento, que ultrapassa o que é razoável no que tange a transparência, merecendo um protesto político.

Face ao exposto, os subscritores, membros do Grupo Municipal do MAI, votam contra no ponto deliberativo em questão.

Feita na Póvoa de Lanhoso, aos 30 de abril de 2021.

Pel’ O Grupo Parlamentar Municipal do MAI,

O Deputado Rui Rebelo.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, passou ao ponto cinco da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Proposta da câmara municipal para aprovação do Relatório de Monitorização do primeiro período de vigência da Operação de Reabilitação Urbana (ORU).** E concedeu a palavra à câmara municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Temos agora uma proposta para aprovação do relatório do primeiro ano de vigência da ORU referente ao ano civil de 2020. Como nós podemos ver neste relatório, ele tem duas vertentes, uma pública de reabilitação e de melhorias da zona dentro da ORU, mas também de muito que é o investimento privado. No campo, a nível público, existe uma grande taxa de execução daquilo que são as propostas que foram apresentadas aquando da apresentação da ORU; ao nível do privado, essas mesmas propostas que se

pretendiam que fossem levadas a cabo, muito embora tenham sempre aqui um horizonte temporal mais elevado, não têm tido um grau tão alto de execução. Contudo, este relatório é do primeiro ano e esperamos que venha a ser continuamente executado. Obrigado.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Queirós.

Interveio o deputado António Queirós, e no uso da palavra referiu:

“Quando eu disse, há pouco, que pensava que tudo ficaria na mesma, nunca pensei que seria tão rápido e ainda nesta mesma assembleia. É isto mesmo que eu referia, é o facto de não querermos evoluir, não querermos crescer e estarmos amarrados. O Sr. Presidente conhece-me, trabalhamos juntos 12 anos e está aqui o Dr. Rui Rebelo com quem tive o prazer de estar na Santa Casa da Misericórdia; conhecem-me há muitos anos, e muitos dos presentes sabem perfeitamente que a minha humildade não me permite fazer o que tenho que fazer, mas em defesa minha e dos meus, tenho que o fazer. Sr. Presidente, eu sou um natural desta terra, nasci cá em 1970 e sempre aqui residi, não lhe fica nada bem perguntar “Quem é o senhor?”, porque o senhor gosta desta terra, porque sei que gosta, conheço-o há muitos anos, mas não gosta mais do que qualquer um dos presentes aqui; fica-lhe muito mal. Eu sou licenciado, tenho Mestrado, tenho Doutoramento, tenho agregação, já estive em quatro continentes a trabalhar, em quatro continentes fui premiado, mereço respeito. Eu só estou aqui porque, no dia a seguir às eleições, e já que falamos aqui muito das eleições, eu às oito horas irei a caminho de Braga para trabalhar; não estou aqui por tachos, não sou nem nunca serei político Sr. Presidente, não preciso da política para nada, não procuro protagonismo porque tenho que chegar. Tenho mais de 60 publicações a nível mundial; tenho mais de 1300 citações, com artigos revisados por pares, senhor Presidente. Para chegar onde cheguei, nunca precisei de calcar ninguém, orgulho-me disso senhor Presidente. E o senhor, que me acompanhou durante muitos anos, sabe perfeitamente disso. Peço desculpa aos presentes e entrarei agora no ponto.

Senhores deputados, a bancada parlamentar do PS está inteirada e agradeço, naturalmente, ao senhor vereador pela explicação que nos deu, que está descrita no documento e é um documento meramente descritivo, como tem de ser, em cumprimento por parte da câmara. Gostava só de fazer algumas observações, em termos políticos, relativamente aquilo que está descrito. Gostaria de perguntar em concreto ao SR. vereador, porque encontra-se calendarizado para o ano de 2020, e bem, está calendarizado e não executado, é referido em relação à modernização do comércio, a redução de taxas, redução e/ou isenção de taxas municipais, e muito bem, e algum apoio técnico aos projetos. Eu pergunto, em concreto e se me pudesse informar, a todos nós, o que é que já foi feito pelo comércio em relação a estas microempresas que são

responsáveis, naturalmente, por centenas de empregos no nosso concelho, e naturalmente, todos nós gostamos de ver o outdoor para aconselhar os povoenses a comprar na Póvoa de Lanhoso, mas estas empresas estão por demais endividadas e sinto que têm dificuldade em concorrer a projetos, e portanto eu gostava de saber, em concreto, que medidas foram e serão orientadas para o apoio ao comércio.

Outra dúvida que me ficou foi, porque falamos em termos urbanísticos, relativamente a uma oportunidade para o concelho da Póvoa de Lanhoso em melhorar, naturalmente, alguns dos seus edifícios e, como também é descrito, há muita dependência da recetividade dos privados relativamente a esta questão, mas também é descrito no documento que “tínhamos ainda em estudo brochuras informativas em papel no entanto e por tratar-se de um ano atípico devido ao COVID não foram disponibilizadas”. Eu gostaria de perguntar se as mesmas não poderiam ter sido incluídas na distribuição que foi feita dos 8.500 exemplares distribuídos pelo concelho, se não poderiam ter sido encaixadas aí.

Gostava também de perguntar se as casas dos magistrados serão incluídas na reabilitação urbana, no futuro. E também, por último, relativamente à medida dezoito que é referente à mobilidade elétrica na vila, e também está descrito que já foi colocado um posto de carregamento na Rua 25 de Abril e faltam ainda a instalação de três postos de carregamento, eu pergunto se está previsto colocar um muito próximo dos caravanistas, uma vez que estes já beneficiam dessa benesse, se não há a possibilidade de colocar estes postos de abastecimento gratuitos, porque assim também dávamos um empurrão na promoção da mobilidade elétrica.

Senhor vereador, a bancada parlamentar do PS está inteirada relativamente a este ponto. A bancada parlamentar do PS vai, naturalmente, abster-se neste ponto.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, André Reis.

Interveio o deputado André Reis, e no uso da palavra referiu:

“Senhor vereador, a bancada parlamentar do MAI também está inteirada e naturalmente irá votar favoravelmente. Mas não sem antes falar aqui um pouco da importância da reabilitação urbana e, também, lançar aqui uma ou duas questões.

A reabilitação urbana é obviamente um instrumento estrutural naquilo que diz respeito à vitalidade das cidades, dos concelhos, dos municípios, das vilas e por aí fora, e obviamente que o concelho da Póvoa de Lanhoso não é exceção, porque nos permite renovar o espaço público, preservar, porventura, a nossa identidade e naturalmente, também, valorizar o nosso património; e a criação das áreas de reabilitações urbanas são sempre essenciais para o desenvolvimento económico do nosso município, do nosso concelho, também para dar oportunidade de crescermos a esse nível, de irmos buscar fundos comunitários, de irmos buscar apoios à administração central, etc., para

pudermos crescer economicamente. Eu queria perceber, a este nível, se há alguma perspetiva de a câmara municipal criar novas áreas de reabilitação urbana, nomeadamente na freguesia de Taíde, porque me parece estrutural começar-se a pensar nisso, e também perceber o ponto de situação da regeneração urbana na vila da Póvoa de Lanhoso. Obrigado.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Depois do que aqui já foi dito, quer pelo senhor vereador quer pelos senhores deputados da bancada parlamentar do PS e do MAI, efetivamente estamo-nos a reportar a um período compreendido, de monitorização da ORU, entre junho de 2019 e dezembro de 2020; este conjunto articulado de intervenções não são mais do que aquelas que foram vertidas no programa estratégico de reabilitação urbana que aprovámos nesta casa da democracia em 2019. O relatório vem explicar, por um lado, o investimento público, o que foi tido como razoável em termos de regeneração das infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e de utilização coletiva e, por outro lado, em termos de investimento privado, a nível de execução já não teve uma cotação tão razoável, mas sim mais baixa, facto esse, quiçá, devido à crise pandémica e a todos os efeitos colaterais que vêm subjacentes à mesma. Do relatório vêm sintetizados, também, todos os procedimentos que a equipa que está responsável por esta temática desenvolveu, quer em termos de certidões quer em termos de vistorias mas sim, concordando aqui com o que o deputado referiu, a área de reabilitação urbana, até pela quantidade de medidas, de incentivos que tem, poderá ser um fator efetivamente regenerador, não só do núcleo cívico que temos da Póvoa de Lanhoso, mas também pensa-lo de uma vertente mais transversal ao concelho, promovendo a coesão territorial; o senhor deputado André Reis deu o exemplo de Taíde, mas haverá muitas outras freguesias onde este mecanismo poderia surtir bons resultados.

Portanto, naturalmente, nós iremos votar favoravelmente este programa, deixando o repto de se pensar e de se delinear novos projetos e ideias em prol da regeneração urbana; promover, logo que possível, uma maior dinamização em termos de informação; acho que é importante, em termos de destaque, colocar na página eletrónica do município, seria pertinente que os munícipes soubessem, uma forma simplificadora de pudermos mobilizar todos estes procedimentos e obter, desta forma, todos os apoios e medidas que já estão perspetivadas, em termos de regeneração urbana. Por isso, e tal como já referi, nós iremos votar favoravelmente este programa, este relatório de monitorização do programa de reabilitação urbana, deixando, naturalmente, o desafio

de pensarmos na criação de novas áreas de reabilitação urbana e, também, desenvolver algo mais direcionado para outras freguesias do concelho. Muito obrigada.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à câmara municipal para resposta.

Interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começando pelas respostas ao senhor deputado António Queirós, neste momento o município, ao nível do desenvolvimento económico, presta aqui um grande apoio àqueles que são os nossos empresários e o comércio local da vila da Póvoa de Lanhoso, que está inserido na área da ARU, também está inserido nesses mesmos apoios. Posso falar naquilo que já está em vigor este ano e já esteve no ano passado, naquilo que são as isenções na ocupação de espaços públicos para efeitos de esplanadas ou de outras formas de promoção, também, do próprio comerciante; o apoio à execução de candidaturas; o apoio ao início da atividade; entre outras, portanto a câmara faz todo esse apoio e esse seguimento. Temos, também, em vista, juntamente com o senhor vereador com a responsabilidade do desenvolvimento económico, temos em vista a criação de um regulamento do apoio ao comércio local, para que possamos ter aqui um bolo de apoios e de oportunidades a conceder aos nossos comerciantes.

Relativamente às brochuras, este ano infelizmente nós não podemos fazer as distribuições em mão das brochuras, tal como já não acontece naquilo que é o nosso posto de turismo, dado a situação pandémica.

A casa dos magistrados, neste momento incluída na ARU, está dentro daquilo que é o objetivo de reabilitação do município, e inclusivamente estamos a fechar a possibilidade da execução de uma candidatura para lá, para ambas as casas.

Em relação ao posto de combustível, já temos um posto de combustível instalado na 25 de Abril; é um posto concessionado, porque não existem postos de abastecimento que sejam gratuitos; é a forma de funcionamento do mercado, portanto, e é nesse sentido que irá evoluir.

Relativamente às perguntas colocadas pelo deputado André Reis, eu peço desculpa se me esqueci de alguma coisa, nós neste momento temos a ARU aqui no centro da Póvoa de Lanhoso e a potencialidade de criação de novas ARU's no concelho existe. Neste momento estamos a fazer a estratégia local de habitação, como sabem e tal como é referido aqui no documento, e desta forma vamos ter aqui uma catalogação, uma identificação daquilo que são os nossos imóveis, a traça deles e ao nível da densidade habitacional também está muito pendente das áreas de reabilitação urbana que possam vir a existir, porque é conveniente que exista um critério, e um critério esse que, falou-nos de Taíde por ser uma freguesia onde tem mais habitantes, mas não sei, nenhum de

nós consegue dizer se é onde existe maior densidade populacional, e nesse sentido fica a critério e estudo o que é que ai virá.

Só para reiterar aqui um aspeto que é importante: ao nível do PDM estamos, também, a estudar a criação de um mecanismo diferente da precessão de processos no centro da vila. Sabemos que a tipologia que existe aqui de construções são construções de volumetria elevada, para terrenos pequenos, o que muitas vezes torna inviável, ao nível do investimento privado, a catapultação do investimento para depois gerar riqueza, o que é natural que exista. E nesse sentido os índices que temos no nosso PDM eram o adequado há 7 ou 8 anos atras, mas neste momento já se tornam um bocado baixos e, nesse sentido, o município, e como está também espelhado aí no próprio documento da ORU, pretende criar aqui uns mecanismos em que possamos ter a possibilidade do investidor conseguir aumentar um bocadinho a volumetria, mantendo a traça original ou a traça habitual dos nossos edifícios. E falo muito diretamente daquilo que é a possibilidade da criação da colmatação urbana, que é algo que permite que a vila consiga crescer não em altura, mas crescer naquilo que são as volumetrias dos edifícios contíguos, sem descaraterizar aquilo que é a traça habitacional e a traça arquitetónica do centro da vila. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Queirós, dando inicio aos pedidos de esclarecimentos.

Interveio o deputado António Queirós, e no uso da palavra referiu:

“Muito obrigado, vereador André Rodrigues. De facto, eu vou voltar à questão relativamente ao apoio ao comércio, porque pelo que referiu depreende-se, com a medida 23, que é o apoio às esplanadas que são os tais 650 euros anuais, eu referia-me mesmo a medidas concretas para ajudar o comércio; do que referiu, para além da redução da taxa da água que são qualquer coisa como 7 euros por mês, sabemos que há empresas com dificuldades e eu gostava de lhe perguntar se não estão a pensar nomeadamente em ajudas a fundo perdido, porque concorrer a projetos, era aquilo que eu dizia Sr. vereador, há empresas que estão fechadas há mais de um ano e há empresas a passar dificuldades, há empresas com meses de debito de pagamento da renda, a exemplo de outros municípios, se não estão a equacionar especificamente a essas empresas mais afetadas outros tipos de ajudas. Muito obrigada.”

Depois o Presidente da Assembleia, João Duque, verificou que não existiam mais pedidos de esclarecimentos e concedeu a palavra à câmara municipal para resposta.

Interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Aquilo que é a dinamização do comércio local, o município dá algum apoio ao nível da sua divulgação, promoção e até a criação e a geração de novas dinâmicas para fomentar a compra no comércio local; contudo, nós costumamos dizer, cada macaco no seu galho. A Póvoa de Lanhoso não tem a dimensão de uma câmara de Lisboa; aquilo que concedeu ao comércio local ao nível de isenção de taxas no ano passado e este, está próximo dos 200.000,00€ e parece pouco mas é um valor muito considerável e do qual nós nos orgulhamos de ter investido. Podemos dizer que são sete euros por mês por comerciante, mas o bolo total é muito alto. A nossa opinião é muito simples: o próprio Estado deve criar esses mecanismos, para que exista a possibilidade de gerar competitividade no comércio local, e essa é a nossa opinião, não existe capacidade para o município investir a esse nível. Obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, deu por terminado o ponto cinco e colocou-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 27 votos a favor e 14 abstenções, a proposta da câmara municipal para aprovação do Relatório de Monitorização do primeiro período de vigência da Operação de Reabilitação Urbana (ORU).

Seguidamente o Presidente da Assembleia, João Duque, passou ao ponto seis da ordem de trabalhos. **Ponto Seis: Proposta da câmara municipal para alteração ao contrato de médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.100.000€ (um milhão e cem mil euros), celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Caixa Geral de Depósitos a 08 de maio de 2019, com a referência 0663/005930/091.** E concedeu a palavra à câmara municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Considerando a contratação do empréstimo de medio e longo prazo para beneficiação de investimentos nas freguesias até ao montante de 1.100.000,00€, celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Caixa Geral de Depósitos a 08/05/2019; considerando a previsão efetuada ao nível contratual dos projetos que se visavam financiar com o identificado contrato; considerando que, relativamente ao valor do financiamento que se verificou com a concretização dos projetos cujos valores iniciais previstos estavam sobrestimados em cerca de 71.323,58. Em face ao exposto, é pretensão do executivo municipal afetar o valor remanescente supra referenciado para reforçar o valor adstrito às obras de requalificação da Rua de São Bento em Santo Emilião, no valor de 46.970,04, e incorporação de novo investimento que se enquadra na

tipologia do presente contrato de financiamento, designadamente a requalificação da Rua Paixão Bastos na freguesia da Póvoa de Lanhoso, no valor de 24.353,54.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Manuel Sousa.

Interveio o deputado Manuel Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Solicita-nos o executivo camarário, através da sua proposta, que demos o nosso aval para a alteração das condições do empréstimo contraído à CGD, no âmbito dos contratos celebrados com as freguesias, em virtude de as verbas previstas para a realização de obras ficarem aquém do previsto, por sobrevalorização dos orçamentos das mesmas, canalizando esse excedente para o reforço das verbas destinadas à intervenção na melhoria dos passeios destinados aos peões na rua de S. Bento na freguesia de Santo Emilião e à inclusão de mais uma rubrica não orçamentada com a intervenção na rua Paixão Bastos, na vila.

Haver um excedente de verba depois de concluída e paga uma obra será sempre boa notícia, se tal não for reflexo duma previsão desfocada e uma orçamentação pouco rigorosa dos custos; ou, esperemos que não, consequência duma sobrevalorização dos custos, expediente para, entretanto, disponibilizar recursos para realizar outras intervenções cuja prioridade seja discutível, ou que vão ao encontro de reivindicações mais de cariz eleiçoeiro do que de boa prática de gestão.

Em Santo Emilião, nos tempos mais recentes só tem havido motivos de satisfação, considerando-se os montantes em recursos financeiros disponibilizados pelos últimos executivos camarários. Também a vila, onde a confusão entre o que compete à câmara e à junta de freguesia no que obras diz respeito, dá sempre jeito puxar pela junta, promovendo intervenções mais motivo de propaganda do que imperiosa necessidade. O executivo camarário sabe que a pequena margem da eleição da Junta da Póvoa alcançada é sempre uma espada de Dâmocles que ameaça tornar mais curto o futuro dessa Junta da sua área política. E como estão adiados sem data prevista os eventos em que se costuma convocar a população, uma obrazita vem sempre a calhar, se possível a terminar à boca das urnas. Isto para não se falar no facto de se recorrer ao crédito não para ao lançamento de grandes obras, mas para simples arranjos de vias e passeios.

Assim, torna-se para nós evidente que este executivo camarário tem como a primeira das suas prioridades a perpetuação da sua política neste município, pois isso permite-lhe distribuir pela sua base de apoio os lugares, as promoções, os negócios de oportunidade, em suma, alimentar a rede de interesses que representa.

Mas voltando ao ponto em questão, as contas que previram são as vossas, aprovadas com os vossos votos, é de esperar que os ajustamentos que agora nos propõem sejam também os vossos. Apesar das nossas reticências quanto à vossa forma de gerir a nossa

autarquia, não nos opomos a que se emprenda o que possa permitir a melhoria das condições de vida dos nossos municípios. Assim, o grupo de deputados do PS abster-se-á neste ponto.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, e no uso da palavra referiu:

“Temos escassíssimos três minutos, mas talvez fosse curial começarmos por chamar a atenção para a ordem de trabalhos, porque parece ser-se escrupulosamente rigoroso com o uso da palavra e não se atende com rigor à ordem do dia, que é o que nos vincula no debate da deliberação. Eu queria chamar a tenção, porque o ponto quatro tinha a ver com o pedido da câmara para reforço do orçamento para realização de uma obra de requalificação; a obra que, por obra de Nossa Senhora do Amparo, apareceu agora como urgente e imergente, e quando há cinco meses atrás aprovamos o PPI e o orçamento ela não era sequer prevista ou necessária. E agora, neste ponto, é que temos verbas sobrantes, verbas sobrantes de investimentos que foram sobrestimados para dois tipos de investimentos, um que foi subestimado, a Rua S. Bento em Santo Emilião, e o tal investimento que agora aparece da Rua Paixão Bastos. E é sobre isso que estamos a falar, é sobre os procedimentos, e não sobre os factos. Os factos apreciam-se, os factos expõem-se e deles se tiram elação; agora os procedimentos nós criticamos negativamente, de uma forma também que se pretende alcançar, construtiva, porque eles não são transparentes, não são rigorosos e ferem o princípio da boa gestão.

Relativamente ao empréstimo, evidentemente que nós vamos ter a mesma posição que tivemos em julho de 2020 quando ele foi aprovado, na medida em que achamos que as obras são fundamentais e necessárias, mas deviam ser feitas com receitas de capital próprio da câmara e não recorrendo ao endividamento. O que temos aqui do investimento que foi subestimado, a Rua de S. Bento, e nós chamamos a atenção, em setembro na sessão, chamamos a atenção nós e também o PSD através da senhora deputada Fátima Alves, que era preciso afetar com rigor o valor desta operação que cabia à câmara municipal, na medida em que a câmara municipal estava-se a responsabilizar pela execução material, financeira e contabilística da obra. O senhor vereador, e fui ver a ata hoje, disse-nos em resposta, por delegação do Sr. Presidente da Câmara, que a obra estaria estimada na orla dos 40 mil euros, na medida em que não podia com rigor dizer o valor de mercado que, só na execução, seria previsto; então qual é o valor real desta obra a suportar pela câmara municipal, a que agora acresce a afetação de 46.970? Esta primeira pergunta.

Segunda pergunta: gostaríamos de saber, Sr. Presidente da câmara municipal, por que razão, estas obras são as escolhidas, estas duas? A de S. Bento até se percebe, porque foi mal programada e portanto não houve rigor na sua orçamentação e realização; mas

porquê estas obras e não outras, sobretudo no critério de priorização e de equidade dentro das freguesias? Porque estamos a aqui a ver freguesias que estão a ser prejudicadas, no sentido em que lhes estavam destinadas verbas que lhes foram retiradas, ou porque tiveram investimentos sobrestimados, por exemplo Esperança e Brunhais, que são quase 21 mil euros; por exemplo, esta questão de Galegos, parece que caiu esta obra de construção de arruamento de ligação à vila; por exemplo Vilela, que são quase 10 mil euros. Porquê estas obras agora escolhidas e não obras, que também são necessárias, nas freguesias para as quais estas verbas estavam destinadas? Eram estas as nossas perguntas, obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este ponto, dizer apenas que estamos inteirados e que concordamos com o motivo para alteração ao contrato de empréstimo e votaremos, naturalmente, a favor. Muito obrigada.”

Seguidamente o Presidente da assembleia, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Esta situação da requalificação dos passeios de S. Bento tem a ver com a imposição da IP, porque a jurisdição do terreno onde vamos fazer um passeio e águas pluviais, são da competência da junta autónoma das estradas; embora a junta autónoma das estradas, depois de pedirmos para realizar a obra, não realizou; depois de nós termos mais ou menos uma estimativa para fazer os muros e o passeio e a proteção do mesmo, a IP veio-nos impor novas regras e, a partir daí, perante as exigências da IP, foi feito um novo projeto e esse novo projeto fica perto dos 80 mil euros, só por isso é que é esta alteração.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, dando início aos pedidos de esclarecimentos.

Interveio o deputado Rui Rebelo, e no uso da palavra referiu:

“Obrigada senhor Presidente pela resposta, pelo esclarecimento, mas este procedimento eu percebo, percebo a questão prévia técnico-política: há verbas sobrantes de investimentos e portanto, por razões várias, vamos aplicar estas verbas noutros

investimentos que entretanto possam carecer de intervenção. O que eu perguntei é se havia equilíbrio, e já agora – embora os senhores Presidentes das juntas estão muito silenciosos, e portanto depois que não se queixem das consequências políticas – se estes investimentos que estavam previstos para estas freguesias e que uns não foram realizados e outros a sua orçamentação foi sobrestimada e portanto sobrou verbas, se está aqui respeitado o princípio da equidade. Se o senhor Presidente da câmara vai, também, compensar estas freguesias de outra maneira, porque se nós tivermos bem presentes as situações são várias as freguesias, de pelo menos, se tirarmos a Póvoa de Lanhoso, a vila é muito compensada nisto, nós estamos a falar de 8 freguesias no mínimo, e portanto estes valores das próprias freguesias vão ser transferidas para outras freguesias em que é que ficamos em relação a estas freguesias, vão ser compensadas, ou de facto será noutra situação que terá a ver este tipo de compensação? Porque é preciso haver alguma equidade, se nós temos destinado, por exemplo, a Galegos, um valor que não foi aplicado de 15 mil e setecentos euros, aplicar esse valor quase todo, mais do que esse valor, mas todo ele numa requalificação na Rua Paixão Bastos na vila, em que é que ficamos em questão de equidade porque também é preciso termos este princípio de equidade, equilíbrio nos investimentos nas freguesias, senão não temos um concelho harmonioso e um concelho desenvolvido no sentido da promoção do bem-estar de todos, mas apenas de alguns, e isso nós não podemos permitir, e sei que o senhor não quer porque não é essa a sua posição de princípio, mas que poderá, neste tipo de procedimento, estar-se a desencadear, por omissão, esse desequilíbrio.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Silva.

Interveio o deputado José Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Mais uma vez, tentarei ajudar aqui o Dr. Rui Rebelo e o deputado Manuel Sousa a fazer uma interpretação do que está aqui em causa.

Nenhuma freguesia, como compreenderão, foi prejudicada; houve um acordo com a câmara municipal, no fundo, é coisa que já debatemos aqui nesta assembleia e na anterior, e o que o Sr. Presidente de câmara acordou com as freguesias ou está executado ou está em fase de execução, nenhuma obra caiu, portanto tudo aquilo que está acordado está executado. Acontece que, e vou-me repetir, partimos de uma base de 1.100.000 e todas estas obras, quando se recorre a empréstimo, tem que ser a câmara municipal o dono da obra, não pode ser por delegação de competências; lança os concursos públicos e as obras ficam sempre abaixo do preço base definido pelo município. Portanto, as obras que estão acordadas estão executadas e há um remanescente. Aquilo que a câmara fez é uma gestão de necessidades; houve duas necessidades aqui, que foi a imposição legal do IP da Rua de S. Bento e era uma

pretensão da junta de freguesia, e acho que aqui nenhum de nós pode pôr em causa o que a junta de freguesia, neste caso de Santo Emilião, ou noutra freguesia qualquer, entende por prioritário executar. Havia um valor inicial estimativo para um tipo de execução. O IP, que a câmara teve que consultar, recomendou e fez exigências e teve que se reformular o preço base. Isto não quer dizer que o valor final, que andarà nos 80 mil euros, sejam os 80 mil, poderá ficar abaixo do valor, o mercado é que irá ditar se será os 80, será os 75 ou os 77.

Outra pretensão, que era da junta de freguesia e que não estava incorporada no plano e orçamento, porque na altura a câmara municipal não tinha viabilidade financeira para a executar. Deste remanescente conseguiu reforçar a verba, que era uma necessidade da junta de freguesia e que era uma pretensão da junta de freguesia da Póvoa de Lanhoso, e a câmara aproveita esse remanescente para reforçar e executar esta obra de S. Emilião, com as exigências da IP, e corresponder a uma necessidade da junta de freguesia da Póvoa de Lanhoso. Não haja aqui dúvidas que nenhuma freguesia é prejudicada porque, como o Sr. Presidente disse e bem, e tem referido nas assembleias municipais, tudo aquilo que acordou com as juntas de freguesia executou e até fez mais do que aquilo que eram as pretensões das juntas de freguesia, pelo que o Sr. Presidente da câmara e este executivo devem estar de consciência tranquila pelo bom investimento que tem feito nas juntas de freguesia.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, voltou a conceder a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, e no uso da palavra referiu:

“Só para fazer uma pergunta ao estimado deputado José Manuel Silva, que referiu que nenhuma obra caiu; que esclareça a assembleia, por favor; é preciso saber o que aconteceu com o novo arruamento de ligação à vila na freguesia de Galegos. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da assembleia, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a estas duas obras e ao remanescente das obras que estão aqui mencionadas, nenhuma junta de freguesia foi prejudicada nesse sentido. O que disse o senhor Eng.º José Manuel Silva foi e é a realidade. Tudo o que nós tínhamos combinado com as juntas de freguesia foi executado, este sobranço é de um conjunto de obras que foram a concurso público e que ficaram abaixo do preço que estava estimado. Por isso mesmo, já aconteceu noutras obras, estou-me a lembrar de São João de Rei, também, que há obra feita através de sobrantes de outras obras; portanto já é usual acontecer

isso, mas as juntas de freguesia, antes pelo contrário, não ficam prejudicadas. Mas este ano, a maior parte das freguesias teve obras para além daquilo que estava prometido. Em relação a Galegos, eu não sei o que é que lhe passa na cabeça em relação a Galegos, mas nós tivemos uma reunião na segunda-feira, com o senhor Presidente da Junta, em que lhe dissemos que já tinha sido aprovado pela REN a primeira fase e essa obra vai agora a concurso. Não sei o que é que se passa com essa obra, mas o Presidente da Junta sabe perfeitamente que dentro em breve essa obra vai a concurso e vai ser executada. A segunda fase, como o senhor Presidente da junta sabe, também; temos dinheiro para a obra e estamos à espera que o senhor Presidente da junta arranje a permissão dos proprietários, ou por uma rua ou por outra, como falamos na última reunião. Portanto, não há nada aqui com o Presidente da Junta de Galegos, há sim um bom entendimento para realizar as obras logo que possível e aquilo que ficou combinado com o mesmo. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, deu este ponto por terminado e colocou-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 24 votos a favor e 17 abstenções, num total de 41 membros presentes dos 45 membros em efetividade de funções, a proposta da câmara municipal para alteração ao contrato de médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.100.000€ (um milhão e cem mil euros), celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Caixa Geral de Depósitos a 08 de maio de 2019, com a referência 0663/005930/091.

De imediato o Presidente da Assembleia, João Duque, passou ao sétimo e último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Sete: Proposta da câmara municipal para celebração de protocolo para atribuição de subsídio com a junta de freguesia da união de freguesias de Calvos e Frades, bem como a aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.** E concedeu a palavra à câmara municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador João Barroso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A celebração deste protocolo para atribuição do subsídio destina-se à requalificação da sede da junta da freguesia, com uma previsão para ampliação das instalações para o desenvolvimento de um projeto musical no âmbito concelhio, nomeadamente a Banda de Música de Calvos. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, e no uso da palavra referiu:

“O PS vê com bons olhos todas as empreitadas que sejam para a valorização das instituições culturais do nosso concelho, no caso a Banda Musical de Calvos, inerentemente a preservação do nosso património imaterial e a melhoria dos edifícios públicos. Fiéis a este princípio, o PS votará favoravelmente este ponto.

Mas, Sr. Presidente, permita-me só aqui um à parte. Só para responder há pouco ao Sr. Presidente, uma vez que fui referenciado, mas não tive tempo. Só para lhe dizer, Sr. Presidente de câmara: um Presidente de câmara que vem a esta assembleia ofender gratuita e levianamente um deputado ou vários deputados municipais é um Presidente que nada tem de edificante. Senhor Presidente, só me ofende quem eu quero e não quem quer; contudo deixe-me dizer-lhe, senhor Presidente: a forma como hoje tratou este grupo parlamentar é profundamente lamentável, senhor Presidente. E agora vou-lhe dizer quem é que eu sou Sr. Presidente, sou um técnico superior numa instituição de ensino de relevância a nível nacional e internacional, técnico superior esse de concurso que consegui, sem qualquer ligação familiar, senhor Presidente. Além do mais, senhor Presidente, sou Presidente da Comissão de Educação, Desporto e Juventude, que foi eleita nesta Assembleia Municipal, com quem me dou respeitosamente com todos os colegas das bancadas parlamentares; sou representante, também na assembleia municipal, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Lanhoso, exatamente com os mesmos colegas das várias bancadas parlamentares com quem eu me dou, senhor Presidente. Caso não saiba, Sr. Presidente, nasci há 33 anos na Venezuela estou cá há 32, no nosso concelho, Sr. Presidente; por isso, senhor Presidente, não fale daquilo que não sabe. O senhor Presidente pode bater muitas vezes com a mão no peito, dizendo que ama muito a Póvoa de Lanhoso, Sr. Presidente, mas não ama mais do que eu. Eu nunca falei de forma desrespeitosa para consigo, senhor Presidente; e além do mais, tem que ter em consciência que todos nós temos família, Sr. Presidente; é que a mim não me ofende, mas pode ofender os meus familiares e esses nada têm a ver com as nossas lutas partidárias, senhor Presidente. E, tal e qual como o meu colega António Queirós, no dia a seguir às eleições, senhor Presidente, quer ganhe o Sr. Presidente, o seu partido, quer ganhe o meu, senhor Presidente, irei trabalhar para o meu local de trabalho, porque, ao contrário de muitos, não ando aqui atrás de tachos.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, e no uso da palavra referiu:

“Que fique bem claro que o MAI está solidário com a atribuição deste subsídio à União das Freguesias de Calvos e Frades; no entanto, na nossa perspetiva, este protocolo não salvaguarda os interesses da Banda de Musica de Calvos, uma vez que no objeto do

contrato não consta que o subsídio, agora atribuído à União de Freguesias, se destina à requalificação da sede de junta da freguesia, por forma a acolher a sede da Banda de Musica de Calvos; assim, propomos que se altere o protocolo, por forma a definir corretamente o seu objeto e que seja colocado à aprovação na próxima assembleia municipal. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Silva.

Interveio o deputado José Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No âmbito do apoio à cultura, pretende a União das Freguesias de Calvos e Frades criar as melhores condições para acolher com dignidade a sede da Banda de Calvos. Esta instituição de reconhecido mérito concelhio sofre de imensas limitações para desenvolver a sua atividade, mormente aulas de formação, onde se preparam as novas gerações de músicos. Neste sentido e tendo presente o interesse cultural, é vontade da Junta da União de Freguesias de Calvos e Frades, realizar um projeto de ampliação das instalações que permita dotar a Banda de Música de Calvos de todas as condições.

Comecei, no início desta assembleia, com a palavra acreditar da câmara municipal, e hoje termino também a minha intervenção, Sr. Presidente, com o acreditar. O acreditar do Presidente da Banda de Calvos, João Lopes, o acreditar do Presidente da Junta, Pedro Antunes, e do acreditar do Sr. Presidente da Câmara, Avelino Silva. Quando acreditamos no projeto e damos mãos e caminhamos no mesmo sentido, é possível, como hoje, trazer a esta assembleia uma proposta de atribuição de subsídio à junta de freguesia para criar as condições para que esta banda, que é a mais antiga do concelho da Póvoa de Lanhoso, possa continuar a preparar as próximas gerações de músicos. Por isso, a nossa bancada votará, naturalmente, favoravelmente esta proposta.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à câmara municipal para resposta.

Interveio o vereador, João Barroso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação à questão e á interpelação da deputada Carla Santos, este protocolo foi elaborado pela câmara municipal, com ambas as partes, todas as instituições foram ouvidas, por isso não vemos necessidade de retificar este protocolo. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos, para pedidos de esclarecimentos.

Intervieio a deputada Carla Santos, e no uso da palavra referiu:

“Senhor vereador, este protocolo não diz em parte nenhuma que o subsídio é para acolher a sede da Banda de Música de Calvos, em parte nenhuma. Portanto, se não estão disponíveis para alterar o protocolo, o MAI vota a favor dos compromissos plurianuais, mas vota contra a minuta do protocolo.”

O presidente da Assembleia, João Duque, lembrou que o ponto era um ponto único, pelo que o MAI teria que entregar uma declaração de voto para esclarecer essa situação. Verificou que a câmara municipal não pretendia responder pelo que colocou o ponto a votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, a proposta da câmara municipal para celebração de protocolo para atribuição de subsídio com a junta de freguesia da união de freguesias de Calvos e Frades, bem como a aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Declaração de voto entregue pelo GP do MAI:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

O Grupo Parlamentar Municipal do Movimento Alternativa Independente – MAI vem, nos termos e para os efeitos regimentais, fazer constar da Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal (AM) realizada em 30 de abril de 2021, a sua declaração de voto referente ao Ponto Sete (7) da Ordem do Dia, nos termos e com os fundamentos seguintes:

Considerando que a presente proposta da Câmara Municipal (CMPL), para atribuição de subsídio à Junta da União de Freguesias de Calvos e Frades, bem como a aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, com cuja bondade e pressuposto políticos concordamos, não está devida e esclarecidamente elaborada no respetivo Protocolo;

Atendendo que, na nossa perspetiva, e não obstante, o Protocolo não salvaguarda os interesses da Banda de Música de Calvos, uma vez que do seu objeto não consta que o subsídio agora atribuído à União de Freguesias se destina finalisticamente à requalificação da sede de Junta de Freguesia, em Calvos, por forma a acolher a sede da referida Banda de Música;

Tendo em conta que, no decurso do debate, tivemos a oportunidade de propor à CMPL, com reiterada veemência e fundamento, que se alterasse a redação do Protocolo por forma a definir corretamente o seu objeto e que, nessa lógica, fosse colocado à aprovação na próxima sessão da AM, mas tal sugestão não foi acomodada nem reconhecida como necessária pelo Executivo Municipal.

Nestes termos, deixando ciente e claro aos representantes do nosso Município e a todos os Povoense que somos solidários com a atribuição deste subsídio à União de Freguesias

de Calvos e Frades, o Grupo Municipal do MAI expressa a sua justificação de voto neste ponto deliberativo ao votar favoravelmente a proposta bem como a aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, ainda assim com reserva de considerar votar contra a minuta de Protocolo que acompanha a proposta em mérito.

Feita na Póvoa de Lanhoso, aos 30 de abril de 2021.

Pe' O Grupo Parlamentar Municipal do MAI,

A Deputada Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos”

Por fim o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação da ata em minuta, informando, de seguida, que a mesma foi aprovada por unanimidade e, antes de dar por terminada a sessão, desejou a todos uma boa noite relembrando a data prevista para a próxima sessão, a 18 de junho, e deu por terminada a sessão da Assembleia Municipal.

Anexa-se à presente ata, a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Um (15`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DELIBERAÇÃO:

Cumprindo o estabelecido no Artigo 2º número 1 alínea d) do Regimento remete-se, para análise, informação referente à atividade do Município bem como à sua situação financeira.

O período em causa diz respeito a cerca de dois meses de atividade e que aqui espelhamos de forma resumida.

Educação

- No dia 8 de março, a plataforma + Cidadania foi apresentada aos encarregados de educação do ensino pré-escolar, isto depois de ter sido apresentada aos encarregados de educação dos alunos do 1º ciclo do ensino básico do Concelho da Póvoa de Lanhoso. Trata-se de mais um instrumento para reforço do ensino à distância, que está acessível a todos os alunos de pré-escolar e 1º ciclo.

A plataforma + Cidadania é uma ferramenta que foi disponibilizada no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Ave, ao abrigo de uma parceria entre os Municípios da Comunidade Intermunicipal do Ave, os agrupamentos de escolas e as associações de pais.

- Uma palavra de felicitação aos alunos dos dois Agrupamentos de Escolas, que se apuraram para disputar a fase intermunicipal do Concurso Nacional de Leitura (CNL).

- Este período correspondeu a mais uma fase de confinamento, onde os alunos tiveram de regressar ao ensino à distância. A autarquia de imediato reforçou os meios tecnológicos no sentido de facultar às escolas todas as condições para que nenhum aluno fosse excluído deste modelo de ensino por dificuldades financeiras.

- O alargamento da rede de fibra ótica no concelho veio permitir minimizar as dificuldades sentidas anteriormente na cobertura de rede de internet, ferramenta tecnológica fundamental para o sucesso do ensino à distância.

Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde

- Esta Câmara Municipal tem em vigor isenções e reduções que se aplicam às famílias e às empresas e instituições locais no âmbito dos serviços essenciais fornecidos pela Autarquia. Com estes apoios extraordinários decorrentes do combate às consequências económicas e sociais da pandemia, em vigor durante os primeiros seis meses deste ano, abdicamos de receber, prevê-se, um valor na ordem dos 113.540 euros.

Estima-se que, neste semestre, estas medidas cheguem a 1212 consumidores não domésticos, com um apoio de cerca de 95.300 euros (isenção das tarifas fixas de água, saneamento e resíduos); e a 7750 consumidores, com um apoio de cerca de 18.240 euros (consumo de água pago na totalidade no 1º escalão).

Para estes cálculos, e no que ao apoio dos consumidores domésticos diz respeito, apenas foram tidos em consideração os três meses de faturação efetuada, replicando-se para os restantes meses consumo semelhante. No entanto, o consumo deverá ser ligeiramente superior para os próximos meses.

Recorde-se que determinámos a isenção do pagamento da tarifa fixa dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos para todos os consumidores não domésticos, até ao dia 30 de junho de 2021. Até à mesma data, mas para todos os consumidores domésticos (famílias), a Autarquia estabeleceu a aplicação do 1º escalão do tarifário em vigor ao consumo de água.

- Desde março de 2020, altura em que entrou em funcionamento, e o início de março deste ano, a linha de apoio psicológico criada pela Câmara Municipal realizou perto de 140 atendimentos.

Esta linha de apoio foi criada com o intuito de ajudar as pessoas a lidar com todos os problemas de saúde mental que a pandemia de COVID-19 veio trazer para o nosso quotidiano.

A linha de apoio psicológico está a funcionar desde o dia 23 de março de 2020. Ao longo de um ano foram realizados cerca de 138 atendimentos, estando contabilizados os primeiros atendimentos e as consultas subsequentes de acompanhamento (o que, em alguns casos implicou articulação com os serviços sociais e serviços de saúde).

De acordo com os últimos dados disponíveis (até 28 de fevereiro de 2021), os atendimentos realizados deram resposta a pessoas infetadas por COVID-19; pessoas em situação de isolamento profilático; pessoas recuperadas da infeção com sequelas; pessoas que perderam familiares; pais de crianças e jovens em teletrabalho e ensino online; adultos seniores; crianças e jovens em regime de ensino em casa; cuidadores informais de pessoas com problemas de saúde graves; e a outras pessoas com vulnerabilidades pré-existentes como problemas de saúde mental, enfrentando mudanças repentinas ou procurando informação e apoio.

Diminuir a perceção de isolamento; favorecer capacidades para lidar com todos os fatores de contexto bem como com as próprias emoções; facilitar e validar a expressão de sentimentos, pensamentos, perceções, conflitos; proporcionar suporte emocional; promover processos adaptativos e de regulação emocional; promover estratégias psicoeducativas de incentivo à realização de atividades integradas em rotinas e hábitos de vida saudáveis; apoiar estratégias de conciliação do teletrabalho com atividades de apoio ao estudo e de interações lúdicas com as crianças; fomentar a resolução de conflitos e a adoção de comportamentos pró-sociais e pró-saúde; e encaminhar para serviços especializados têm sido as dimensões mais trabalhadas.

Desde o início, a linha de apoio psicológico é assegurada por duas psicólogas do Município, cuja atuação respeita as orientações emanadas pela Ordem dos Psicólogos Portugueses, não se tendo verificado a necessidade de reforço.

- O Município, em colaboração com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ, associou-se à campanha nacional “Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância”.

Desta forma, durante todo o mês de abril, o Theatro Club e o Centro Interpretativo Maria da Fonte estarão iluminados de azul, a cor que simboliza esta temática.

Esta campanha vai decorrer durante todo o mês de abril e tem como principais objetivos a sensibilização da comunidade para a prevenção dos maus-tratos na infância e a promoção de uma cultura amiga dos Direitos das Crianças.

- Encontramo-nos a desenvolver o processo que visa elaborar o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação para o Concelho. IGUALDADES é a designação do projeto que dará origem ao segundo Plano Municipal para a Igualdade para o Município e que, no âmbito do SIGO – Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades, a Autarquia desenvolve e executará nos próximos quatro anos.

- Já foi entregue nos Paços do Concelho a bandeira de Autarquia Mais Familiarmente Responsável, que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso renovou em 2020, pelo décimo ano consecutivo. Desta vez, a bandeira física chegou pelo correio, devido à impossibilidade de se realizar a habitual cerimónia pública de entrega dos galardões às diversas Autarquias do país.

Este galardão vem reconhecer o trabalho consolidado e consistente de apoio às famílias Povoenses, num momento tão delicado e difícil, como o que vivemos, e em que as famílias Povoenses precisam de saber e de sentir que a Autarquia está do seu lado, atenta e a tentar minimizar os impactos negativos que a Pandemia de COVID-19 veio trazer.

Desenvolvimento económico e turismo

- No período em análise, entregámos os prémios de diversas iniciativas que promovemos:

- Concurso de Montras de Natal
- Concurso de Máscaras de Carnaval
- Concurso de escrita Palavras de Amor
- Concurso de Música de S. José

Desenvolvemos estas iniciativas com os objetivos de desafiar a criatividade dos Povoenses e de apoiar a economia local.

- No âmbito do plano de desconfinamento, autorizámos que, a partir do dia 5 de abril de 2021, passasse a permitido o funcionamento da feira semanal para venda de produtos não alimentares (para além dos alimentares já previstos e autorizados, anteriormente), com reforço de ações de sensibilização para o cumprimento das regras emanadas pela Direção Geral da Saúde. Como a feira semanal da Póvoa de Lanhoso se realiza às quintas-feiras, esta determinação começou a aplicar-se no dia 8 de abril.

- Demos continuidade à iniciativa dos fins-de-semana gastronómicos. Assim, de 19 a 21 de março, demos palco, juntamente com os estabelecimentos aderentes, ao Cabrito à S. José & Rochas do Pilar. Com a designação “Coisas nossas à Mesa”, esta é uma iniciativa que visa divulgar e potenciar o que de melhor existe na Póvoa de Lanhoso e contribuir para dinamizar o setor da restauração e a economia local. No fim-de-semana de 24 e 25 de abril, os Petiscos Tradicionais são a iguaria em destaque.

Dinamização cultural

- No dia 23 de março, lançámos as comemorações dos 175 anos da Revolta da Maria da Fonte, que deu origem à Revolução do Minho, através da divulgação do programa. Somos

uma terra com orgulho no nosso passado e na bravura das nossas gentes e a Maria da Fonte é um símbolo da Póvoa de Lanhoso. Cumprindo-se os 175 anos do começo da revolta, não podíamos deixar de assinalar esta data com um programa de qualidade, pela sua relevância e pelo contributo que representa para a nossa história e para a história do nosso país.

De lembrar que foi no dia 23 de março de 1846, que se deu o enterramento tumultuoso de Custódia Teresa, primeiro ato de revolta da população contra o poder instituído. Em defesa das crenças e valores da comunidade, saíram as mulheres à rua, elevando a voz a um grito que se perpetuou pela liberdade.

O programa comemorativo é diversificado, com propostas que decorrerão até ao próximo mês de novembro. Da música ao teatro, da história à pintura, a Maria da Fonte será homenageada pela terra orgulhosa dos seus feitos que se perpetuam na identidade coletiva.

- De 17 a 21 de março, celebrámos o S. José. Este ano, propusemos uma programação reinventada e diversificada, um pouco diferente das habituais comemorações devido aos condicionalismos atuais.

Desta forma, as Festividades Concelhias decorreram essencialmente em formato online, nas redes sociais do Município.

Não foi o programa que gostaríamos de apresentar, mas foi o programa que considerámos adequado às restrições de saúde e de segurança atuais devido à pandemia de COVID-19, que, ao fim de um ano, ainda nos afeta a todos.

- Ao longo do ano de 2021, o Castelo de Lanhoso, vai vestir-se de cores diferentes para assinalar nove datas comemorativas ou de evocação, escolhidas pela importância de as manter vivas na memória coletiva.

Para além de relembrar acontecimentos históricos, pessoas, marcos e conquistas, pretende-se também com esta iniciativa provocar reflexão, consciencializar e criar na sociedade comprometimento para com a temática escolhida.

- Como vem sendo habitual, assinalámos o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (18 de abril) promovido pela Direção-Geral do Património Cultural, este ano, com o tema "Passados complexos: Futuros diversos".

Devido às medidas de contenção aplicadas no contexto da pandemia de COVID-19, e à semelhança do que sucedeu em 2020, o Município apresentou um conjunto de propostas pedagógicas, em contexto virtual, e ofereceu entradas gratuitas no Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso.

Juventude e Desporto

- No âmbito do plano de desconfinamento, já reabrimos alguns espaços desportivos.

Nesse sentido, os campos de ténis municipais retomaram a atividade, no dia 5 de abril. Já a piscina municipal coberta reabriu, no dia 6 de abril, com a modalidade de Natação Livre, sujeita a marcação.

De acordo com despacho datado de 6 de abril de 2021, decidimos manter interdita a utilização ao público, com exceção aos grupos concelhios federados (campos municipais), de equipamentos públicos para a prática desportiva, como sejam os campos de futebol ao ar livre e as “power stations” igualmente existentes ao ar livre.

- Está concluída a construção do edifício de apoio, que, conjuntamente com os trilhos BTT, materializará o Centro Cyclin`Portugal - Póvoa de Lanhoso, junto ao Carvalho de Calvos.

Este espaço de apoio aos praticantes de BTT está equipado com casas de banho, balneários, espaço para lavagem de bicicletas, bar e uma máquina self-service para reparações rápidas nas bicicletas. A rede de percursos de BTT, que compõe este Centro Cyclin`Portugal, cobre todas as freguesias do Concelho Povoense, num total de aproximadamente 400 quilómetros, com vários graus de dificuldade, física e técnica, e passagem por espaços de grande valor patrimonial, natural e paisagístico, elementos fundamentais para qualquer apaixonado pela prática do BTT.

O Centro Cyclin`Portugal Póvoa de Lanhoso resulta do projeto “Qualificação das Experiências de Touring Cultural do Minho - Projeto de valorização da estrutura de apoio à visitação - Carvalho de Calvos” aprovado no âmbito do Aviso NORTE-28-2018-04 do Programa Operacional Regional do Norte – NORTE 2020. Tem associado um investimento total elegível de 355.571,72€ e conta com um apoio FEDER de 302.235,96€, que corresponde a uma taxa de comparticipação de 85% do valor do investimento total elegível.

- O nosso Município foi distinguido pelo programa Municípios Amigos do Desporto no âmbito do Plano de Manutenção do ano 2021. As boas práticas implementadas na gestão de manutenção e organização das instalações desportivas deram às terras de Lanhoso o segundo lugar na sua categoria.

Isto significa que o Município da Póvoa de Lanhoso obteve o segundo lugar, na categoria B, referente a Municípios com uma população de 10.001 a 50.000 habitantes. Estamos satisfeitos pelo reconhecimento das nossas boas práticas de gestão, contudo, temos a perfeita noção de que o caminho da excelência é a melhoria contínua.

A partilha de boas práticas constitui uma metodologia com impacto positivo na gestão do desporto e na implementação de práticas impulsionadoras e promotoras das melhores ações desenvolvidas pelos Municípios portugueses.

A manutenção das instalações desportivas municipais é uma preocupação do Município da Póvoa de Lanhoso quer a nível das boas condições de funcionamento das instalações (higienização e segurança), quer a nível da concretização do Plano de Manutenção, de modo a que este possa diminuir os custos globais de manutenção.

Este reconhecimento é pois um motivo de orgulho, de motivação para continuar a melhorar e é um desafio de multiplicação na implementação de novos procedimentos para fazer mais e melhor

- No momento em que preparamos esta informação, já temos tudo a postos para as comemorações do 47º aniversário do 25 de Abril, com propostas presenciais e digitais.

Sob o mote “Desporto e Liberdade”, o programa continua a apostar na componente desportiva e desenvolve-se nos dias 24 e 25 de abril.

Desta forma, o programa que se propõe é adaptado aos condicionalismos provocados pelo estado de emergência em vigor devido à pandemia. Dentro destas restrições, a Câmara Municipal preparou um programa diversificado e destinado a toda a população.

Coesão territorial e mobilidade

- No passado dia 20 de abril, defendemos a criação da Via do Ave e a inclusão desta pretensão nos próximos instrumentos de apoio, no decorrer de uma reunião que decorreu na Plataforma das Artes e da Criatividade, em Guimarães, no âmbito de um encontro de trabalho entre o Presidente da CCDR-N, António Cunha, e os Presidentes dos Municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal do Ave. Esta foi mais uma oportunidade para defender um projeto estruturante para esta região. É fundamental uma ligação rodoviária, que nos aproxime da autoestrada. Por isso, ligar Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho é fundamental para o desenvolvimento económico desta região.

- A requalificação das acessibilidades e do espaço público nas freguesias é uma prioridade do plano de investimentos para este ano. Um esforço orçamental significativa mas que vai cumprir o compromisso assumido com as Juntas de Freguesia e acima de tudo, contribuir para a coesão do desenvolvimento concelhio. Partilhamos de forma global os projetos em execução, recentemente concluídos ou em vias de iniciar:

Póvoa de Lanhoso

Requalificação do Cemitério Municipal

Requalificação do Arruamento Poente do Largo António Ferreira Lopes

Requalificação da Travessa da Rua do Outeiro

Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos

Municipais - Edifício dos Paços do Concelho da Póvoa De Lanhoso

Requalificação da Rua do Brasil

Requalificação da Rua da Portela

Reabilitação do Edifício da EPAVE

Aumento da Eficiência Energética na Casa da Botica

Reabilitação do edifício para instalação da Casa do Livro

Serzedelo

Beneficiação da Rua do Serenado

Requalificação da Rua Senhora da Conceição

Beneficiação das Ruas da Igreja e S. Pedro

Sobradelo da Goma

Requalificação do Centro Cívico

Requalificação da Estrada da Brasileira

Taíde

Requalificação da Rua Grupo Desportivo Porto D'Ave e da Rua do Agro

Saneamento na Rua de Gerzat

Santo Emilião

Requalificação do Centro Cívico

Beneficiação das Ruas de fonte Seca e Padre José Joaquim Martins

Empreitada para colocação de saneamento em Vila Seca

Requalificações na Rotunda da no Acesso à Rua da Fonte Seca no Largo da Rua Padre José Joaquim Martins, no Passeio junto à E.N., no Alargamento do Cruzamento da Rua de Vila Seca com a Rua Francisco Antunes Guimarães

Garfe

Requalificação desde a Rua de São Cosme até ao limite do concelho com Arosa (antiga estrada nacional 207- 4)

Requalificação de um troço da Rua de São Damião até ao entroncamento com a Rua da Pena (antiga estrada nacional 207-4)

Fontarcada e Oliveira

Requalificação das Ruas de Padim e Várzeas na freguesia de Fontarcada

Verim, Friande e Ajude

Valorização da Estrutura de Apoio à Praia Fluvial de Verim

Requalificação da Rua das Figueiras 1ª Fase – Ligação Verim - Ajude

Calvos e Frades

Requalificação da Rua de Nasce em Calvos

Subsídio a atribuir à Junta de Freguesia para ampliação das instalações da Junta que permita dotar a Banda Musical de Calvos de todas as condições

Esperança e Brunhais

Requalificação do Centro Cívico de Brunhais

Monsul

Requalificação da Rua de Santril

Covelas

Requalificação da Rua da Escola

Lanhoso

Requalificação das Ruas de Lanhoso e D. Dinis

Vilela

Pavimentação do prolongamento da Rua de Santiago

Pavimentação do caminho de S. Miguel e do Passal

Ligação da Rua do Monte com Av.^a da Esperança

Rendufinho

Beneficiação da Rua de Amarelos e Fundo de Arcas

Geraz do Minho

Requalificação da Capela de St.^a Tecla – Subsídio atribuído à Fabrica da Igreja de Geraz do Minho

- A fibra ótica acaba de chegar a mais oito freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso. Desta forma, este recurso também já está disponível para ligação nas seguintes freguesias: Covelas, Ferreiros, Geraz do Minho, Lanhoso, Monsul, Rendufinho, São João de Rei e União de Freguesias de Águas Santas e Moure.

Em breve, todas as freguesias do Concelho terão cobertura de fibra ótica. Os trabalhos continuam a desenvolver-se a bom ritmo.

A pandemia fez sobressair outras necessidades de comunicação, como o teletrabalho e as videochamadas. Atenta às necessidades pessoais e profissionais dos Povoenses e ciente da importância deste serviço para as famílias e para as empresas, encetámos, desde a primeira hora, diligências para que este reforço seja agora uma realidade, proporcionando uma maior qualidade de vida às nossas populações.

Proteção Civil

- O Comando Territorial da GNR de Braga, através do Núcleo de Proteção Ambiental, em parceria com os Serviços Municipais de Proteção Civil da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, estiveram no dia 8 de abril, a promover a Campanha Floresta Segura 2021, no recinto da Feira Semanal.

O objetivo desta ação foi aconselhar as populações sobre os critérios de gestão de combustível, junto das habitações e aglomerados populacionais, bem como as normas e procedimentos para a realização de queimas e queimadas, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, visando contribuir para adequada realização das faixas de gestão de combustível evitando situações de risco em caso de incêndio, bem como prevenir outros comportamentos de risco.

Recorde-se que muito recentemente, mais concretamente nos dias 7 e 8 de abril, suspendemos a realização de queimas e queimadas atendendo à situação meteorológica e ao agravamento do risco de incêndio para o Concelho.

Notas finais:

- Entre finais de 2017 e março de 2021, esta Câmara Municipal territorializou apoios no valor de 9.633.320,27 €, através de candidaturas aprovadas a instrumentos de financiamento comunitários e nacionais.

Este valor permitiu alavancar um investimento total de 12.853.505,22 €, que se materializa em projectos como a Requalificação da Praça Eng.º Armando Rodrigues e envolvente, a Reabilitação do Pontido – Fase 1, a Requalificação de redes pedonais na vila da Póvoa de Lanhoso, o Fecho de redes de AA - Subsistema AGERE/Ponte do Bico; o Fecho de redes de AA - subsistema das Andorinhas; o Fecho de redes de AA - subsistema do Rabagão; o Fecho das redes de SAR na bacia do Ave - Município da Póvoa de Lanhoso; o Fecho das redes de SAR - subsistema de Serzedelo - Município da Póvoa de Lanhoso; a Reabilitação do largo da Feira e envolvente; a melhoria da eficiência energética no edifício dos Paços

do Concelho da Póvoa de Lanhoso; a Reabilitação do edifício da EPAVE; e a Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio, de entre outros.

No total, são 27 as operações financiadas por programas como o Norte 2020, POSEUR, Programa Valorizar - Linha de Apoio à Disponibilização de Redes WIFI, Fundo Ambiental, Interreg SUDOE e 1º Direito.

De lembrar que a Póvoa de Lanhoso lidera, dados reportados a 1 de fevereiro de 2021, a execução de projetos financiados no domínio da mobilidade urbana sustentável, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte – Norte 2020, na área de abrangência da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Ave (NUTS III Ave). De acordo com a mesma informação da CCDR-n, a Póvoa de Lanhoso é também o Município que apresenta as mais elevadas taxas de execução efetiva no universo constituído pelos seis Municípios da NUTS III Ave, cujas sedes são classificadas como centros urbanos estruturantes sub-regionais e municipais.

Em termos distritais, a Póvoa de Lanhoso é o Concelho com maior eficácia na captação de fundos comunitários aprovados per capita. O Concelho conseguiu 711,5 euros por habitante. Dados que constam da publicação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, designada “NORTE UE Dinâmicas dos Fundos Europeus na Região – Programas Nacionais e Regionais”, no âmbito de “PORTUGAL 2020 na Região do Norte: operações da esfera municipal e abordagens territoriais integradas (informação de 30 de junho de 2020)”. De entre os diversos indicadores analisados, a Póvoa de Lanhoso é, para o “Fundo aprovado e intensidade de fundo aprovado por habitante, por Concelho da Região do Norte”, o Concelho do distrito com maior eficácia na captação de fundo aprovado per capita e, para além disto, o Município Povoense é o segundo mais eficaz no conjunto das outras duas NUTS III, Ave e Cávado.

- Cerca de uma centena de produtores agropecuários do Concelho beneficiaram da Subvenção à Campanha Sanitária Oficial de Ruminantes prestada pela Câmara Municipal, no ano de 2020.

A aprovação do Regulamento Municipal da Subvenção à Campanha Sanitária Oficial de Ruminantes representou o início de um processo de apoio à atividade agro-pecuária, tendo chegado até 96 produtores no ano passado.

Este apoio traduz-se no pagamento, pela Autarquia, das intervenções sanitárias a bovinos, ovinos e caprinos. Ou seja, esta subvenção contempla, anualmente, o custo inerente ao programa de erradicação e vigilância das doenças dos grandes e dos pequenos ruminantes no âmbito Programa Nacional de Saúde Animal.

O apoio financeiro aposta não só na produtividade e fixação da população, mas também na sensibilização dos produtores do Concelho para o cumprimento das regras de saúde pública, de saúde animal e para as boas condições agrícolas e ambientais.

Informação Financeira (21 de abril de 2021):

Execução da Receita:

Execução Orçamental da Receita –6.830.148€ (29,9% do valor do Orçamento)

Valores a receber:

Comparticipações comunitárias – 329.613€

Outras receitas – 1.173.923€

Total – **1.503.536€**

Execução da Despesa:

Total da dívida Orçamental – 6.657.437€

Prazo médio de Pagamentos (31 de dezembro de 2020): informação ainda não disponível

Pagamentos em atraso (31 de março de 2021) – 0,00€

Execução da despesa

Execução Orçamental da Despesa Paga – 5.592.206€ (24,5% do valor do Orçamento).

Nota: Com a recente implementação do SNC-AP, e considerando as necessárias validações de transição dos saldos iniciais e contabilização inerentes ao novo sistema contabilístico, a informação financeira poderá sofrer alterações.

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

RELATÓRIO DE PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

(em 20.04.2021)

I. INTRODUÇÃO.

O presente relatório, elaborado a pedido do Ex. mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, destina-se a identificar os processos judiciais pendentes (em 20.04.2021) nos Tribunais, no âmbito dos quais o Município de Póvoa de Lanhoso, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, ou o Ex. mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso assumem, respectivamente, a qualidade de parte.

Para melhor compreensão, decidi, ainda que de forma sintética, caracterizar o objecto de cada um dos processos, a sua tramitação e o actual estado processual.

II. PROCESSOS.

1) EXECUÇÃO - Processo nº 613/06.7TBPVL-A

Exequente: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso

Executados: António Cândido Barros e Silva e mulher

Valor: 27.757,51€

Assunto: Execução (sentença)

Estado: Encontram-se penhorados salários, automóvel e imóvel. O processo aguarda a venda dos bens penhorados, *maxime* prédio urbano penhorado.

Obs: Foram efectuados pagamentos por conta ao Município pelo Agente de Execução.

2) ACÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE PRETENSÃO CONEXA COM ACTOS ADMINISTRATIVOS

Processo nº 740/11.9BEBRG – Unidade Orgânica 1 – Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga

Autor: Artur Jorge Oliveira da Cruz e outros

Ré: Ministério da Economia, Município da Póvoa de Lanhoso e Triângulo da Pedra, Lda

Valor da acção: 30.001,00€

Assunto: Condenação à prática de actos administrativos (embargo de obras em curso)

Estado: Esgotada a fase dos articulados, foi produzida prova pericial, que mereceu reclamação por parte da Ré Triângulo da Pedra. Foi agendada audiência de julgamento.

3) ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM

PROC. Nº4022/16.1T8GMR - ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM – Unidade Orgânica 1 – Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga

Autor: Markyan Cheletskyy

Réus: Município da Póvoa de Lanhoso e outros

Assunto: Reclamação de indemnização no valor de 150.292,92€

Estado: Foi deduzida contestação. Foi apresentada nova petição no seguimento do convite ao aperfeiçoamento da petição. Decorre o prazo de contraditório.

4) ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM

PROC. Nº 297/18.0BEBRG - ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM - TRIBUNAL AMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autor: SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS (STAL)

Réus: Município da Póvoa de Lanhoso e Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso

Assunto: O Autor pede a condenação dos Réus a reconhecer que as horas de trabalho prestadas a mais pelos seus associados (uma hora por dia), no período de 20.01.2014 a 20.07.2014, sejam consideradas trabalho extraordinário, e, conseqüentemente, a pagar o valor dessas horas, acrescido de juros de mora.

Estado: Foi deduzida proferida sentença, que julgou a acção totalmente improcedente. Não conformado, o Autor interpôs recurso. Aguarda-se prolação de Acórdão.

5) ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM

PROC. Nº1757/18.8BEBRG - ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM - TRIBUNAL AMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autor: Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE)

Réu: Município da Póvoa de Lanhoso

Assunto: O Autor pede a condenação do Réu a pagar-lhe a quantia de €62.276,67, acrescida de juros vencidos de €14.318,90 e juros vincendos.

Estado: Foi deduzida contestação. O Autor deduziu réplica. Aguarda-se o agendamento de audiência de julgamento.

6) ACÇÃO ADMINISTRATIVA

PROC. Nº167/19.4BEBRG - ACÇÃO ADMINISTRATIVA - TRIBUNAL AMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autor: Ministério Público

Réu: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso

Assunto: O Autor pede a declaração de nulidade dos actos impugnados no processo de licenciamento nº70/2013 da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, em nome de Fernando Araújo de Matos, designadamente a dos despachos de aprovação do projecto de arquitectura datado de 28.03.2014; de licenciamento da construção datado de 17.06.2014; e do Alvará de Licença de Obras de 18.11.2014, bem como de todos os despachos e licenças que lhes são posteriores.

Estado: O presente processo foi instaurado pelo Ministério Público na sequência de participação dirigida pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, assinada pelo então Vereador do Pelouro, Dr. Armando Fernandes. Em consequência, e sob pena de consubstanciar litigância de má-fé e abuso de direito na modalidade de *venire contra factum proprio*, foi decidido, por razões óbvias, não apresentar contestação. Pelo que, aguarda-se a tramitação subsequente do processo.

7) ACÇÃO EXECUTIVA

PROC. Nº93/12.8BEBRG-A - ACÇÃO EXECUTIVA - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autor: Ministério Público

Réu: Município da Póvoa de Lanhoso

Assunto: O Ministério Público instaurou execução para prestação de facto, nos termos da qual pediu que o Município da Póvoa de Lanhoso, na qualidade de executado, fosse condenado a dar cumprimento à sentença proferida no proc. nº93/12.8BEBRG, ou seja, no essencial, à *reposição da legalidade da legalidade urbanística e/ou conservação do edificado no que se refere ao muro, quanto à sua altura, qualidade de construção e segurança e respeito pelo seu enquadramento urbanístico e da paisagem que o rodeia (fora dos limites já licenciados e consolidados na ordem jurídica), no prazo não superior a 4 m..*

Estado: Foi deduzida oposição, entretanto julgada improcedente por sentença de 12.06.2019. Não se conformando com a decisão proferida, o Município da Póvoa de Lanhoso interpôs recurso para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Foi proferido Acórdão pelo TCAN, que negou provimento ao recurso. Desse Acórdão foi interposto recurso para o STA. Porém, por decisão de 23.11.2020, o recurso não foi admitido. Não conformados, decidiu-se apresentar reclamação para a conferência. Por decisão de 4.2.2021 foi julgada improcedente a reclamação. Foi, entretanto, cumprida a prestação.

8) ACÇÃO ADMINISTRATIVA:

PROC. Nº1904/19.2BEBRG - ACÇÃO ADMINISTRATIVA DE RESPONSABILIDADE - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autor: Sérgio Manuel Nunes Peixoto

Réu: Município da Póvoa de Lanhoso

Assunto: O Réu pede a condenação do Município da Póvoa de Lanhoso no pagamento da quantia de €2.992,92, a título de indemnização por danos patrimoniais, acrescida de juros vincendos, calculados à taxa legal desde a data da citação até efectivo e integral pagamento, alegadamente emergente dos danos causados numa caravana pelo embate de uma

barreira de protecção propriedade do Município. Foi deduzida contestação. Foi realizado julgamento, no passado dia 19.11.2020. A acção foi julgada procedente e condenado o Município da Póvoa de Lanhoso no pagamento da quantia de €2.992,92, a título de indemnização por danos patrimoniais, acrescida de juros. Não obstante, está a ser diligenciado junto da Seguradora do Município a assunção do pagamento.

9) PROC. Nº2329/19.5BEBRG - ACÇÃO ADMINISTRATIVA - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autores: José Moreira Fernandes e mulher Maria Regina Vieira Fernandes

Réu: Município da Póvoa de Lanhoso

Assunto: Os AA. pedem a condenação do Município da Póvoa de Lanhoso a adoptar todas as medidas de reposição da legalidade urbanística (demolição) em relação aos anexos construídos pelos co-Réus. Foi deduzida contestação. Aguarda-se tramitação ulterior.

10) PROC. Nº1495/20.1BEBRG - ACÇÃO ADMINISTRATIVA - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autora: Vera Filipa Vieira Silva Gomes

Réu: Município da Póvoa de Lanhoso

Assunto: A Autora pede a condenação do Município da Póvoa de Lanhoso a pagar-lhe a quantia de 84 331,91 €, a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, alegadamente sofridos em consequência de queda numa caixa de saneamento. Foi deduzida contestação. Aguarda-se tramitação ulterior.

11) PROC. Nº1835/20.3BEBRG - OUTROS PROCESSOS CAUTELARES - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Req. tes: José Luís da Cunha Oliveira e mulher Almerinda Antunes Cardoso Oliveira,

Req. Do: Município da Póvoa de Lanhoso e outro

Assunto: Os Requerentes pedem que seja decretada a suspensão da eficácia da Declaração de Utilidade Pública Urgente, declarada por despacho de 18 de agosto de 2020 do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, que declarou a utilidade pública urgente da expropriação de uma parcela de 20 m2 do prédio urbano descrito na CRP sob o número 1019 e inscrito na matriz sob o artigo 2779, sito em Bagães – Póvoa de Lanhoso; ou decretar-se, em substituição das concretamente requeridas, a(s) providência(s) adequada(s) a acautelar os interesses dos aqui Requerentes, porventura menos gravosas para os demais interesses em presença.

Foi deduzida oposição. Foi proferida sentença que julgou improcedente a providência.

12) PROC. Nº1939/20.2BEBRG - OUTROS PROCESSOS CAUTELARES - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Req. te: Fernando José da Silva Castro

Req. do: Município da Póvoa de Lanhoso e outro

Assunto: O Requerente pede: a) o reconhecimento do deferimento tácito do pedido de informação prévia, objecto do processo n.º IP-EDI-3/2019 do réu, e da situação jurídica subjectiva do autor daí resultante, enquanto beneficiário dos direitos e faculdades emergentes do disposto no artigo 17.º do RJUE; e, subsidiariamente, b) a anulação da decisão de indeferimento notificada ao autor a 24 de Agosto de 2020 no processo n.º IP-EDI-3/2019 do réu, e o reconhecimento do deferimento tácito do pedido de informação prévia, objecto daquele processo, bem como da situação jurídica subjectiva do autor daí resultante, enquanto beneficiário dos direitos e faculdades emergentes do disposto no artigo 17.º do RJUE.” Foi deduzida oposição. Foi proferida sentença que julgou improcedente a providência.

13) PROC. Nº2331/20.4BEBRG – ACÇÃO ADMINISTRATIVA - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

AA: José Luís da Cunha Oliveira e mulher Almerinda Antunes Cardoso Oliveira,

RÉUS: Município da Póvoa de Lanhoso e outro

Assunto: Os AA. pedem que seja decretada a nulidade ou anulação da Declaração de Utilidade Pública Urgente, declarada por despacho de 18 de agosto de 2020 do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, que declarou a utilidade pública urgente da expropriação de uma parcela de 20 m2 do prédio urbano descrito na CRP sob o número 1019 e inscrito na matriz sob o artigo 2779, sito em Bagães – Póvoa de Lanhoso.

Foi deduzida contestação. Aguarda-se tramitação subsequente.

14) ACÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL

PROC. Nº2228/14.7BEBRG – IMPUGNAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO – TAF DE BRAGA
Contra Comissão Diretiva ON2 e outros.



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Dois (15'):

Informação da câmara municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre 2020 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

DELIBERAÇÃO:

--

Ponto Nove

Informação do sr. Presidente para que a câmara apresente à assembleia municipal informação da EPAVE, E.M., sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4º Trimestre 2020 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Seguidamente foi presente a seguinte informação, do sr. Presidente da Câmara:

Nos termos da lei 50/2012, de 31 de agosto, consubstanciando o dever de informação previsto no artigo 42.º, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, aos órgãos executivos e deliberativos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo, entre outros elementos, relatórios trimestrais de execução orçamental.

Neste sentido, em cumprimento deste normativo, apresenta-se ao órgão executivo, para remessa ao órgão deliberativo do município, Relatório de Execução Orçamental do 4º Trimestre 2020 da Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

Póvoa de Lanhoso, 16 de março de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,

Avelino Adriano Gaspar da Silva, sr.

DELIBERAÇÃO: INTEIRADOS, REMETA-SE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Relatório de Execução Orçamental 2020

4º trimestre 2020


REERS





Sede: Av. Bombeiros Voluntários 4830 514 Póvoa de Lanhoso
NIPC: 504 596 608
Capital Social: 20.000 00€
Matriculada na C.R.C. de Póvoa de Lanhoso sob o N.º 05/20010911.

Av. dos Bombeiros Voluntários - 4830 514 Póvoa de Lanhoso - Tel. 253634811 | Fax 253634812 - www.epave.pt comunicacao@epave.pt



Introdução

Em cumprimento do disposto no art. 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, o Órgão de Gestão da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave (E.M) apresenta o relatório da execução orçamental no 4º trimestre de 2020.

Este trimestre encerra o ano civil e corresponde ao primeiro período do novo ano letivo.

Tem existido, por parte desta entidade, um esforço permanente de adaptação aos tempos novos que vivemos. Existem consequências de uma permanente instabilidade, resultante das medidas que são tomadas para o reajuste de procedimentos, necessidades que vão surgindo de acordo com a evolução do estado pandémico.

Terminamos um ano letivo, que foi condicionado a meio pela pandemia, e iniciamos outro sem que a mesma estivesse debelada. Esta circunstância torna muito difícil consolidar e divulgar a oferta formativa, tendo consequência a médio prazo no número de alunos e de cursos. Mas, o esforço dos alunos, dos professores e de toda a estrutura organizativa da EPAVE, tem permitido cumprir os objectivos globais.

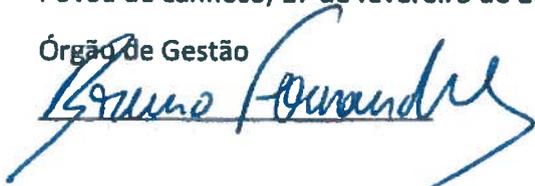
Uma nota de destaque para a atribuição do Selo de Conformidade EQAVET, que nos foi concedido em Novembro. Na sequência de um processo muito exigente de preparação e adaptação da escola aos normativos deste Sistema de Garantia da Qualidade da oferta de Educação e Formação Profissional, obtivemos esta certificação para um período de três anos. A melhoria contínua é um objectivo permanente, que agora ganha mais visibilidade com esta certificação. É, acima de tudo, um reconhecimento do empenho e dedicação de toda a comunidade EPAVE.

Uma última nota para fazer uma referência ao Contrato-Programa celebrado com a autarquia, que foi reformulado e sujeito a aprovação pelos órgãos municipais.

A execução do período está dentro do esperado, não havendo indicadores que mereçam especial destaque.

Póvoa de Lanhoso, 17 de fevereiro de 2021

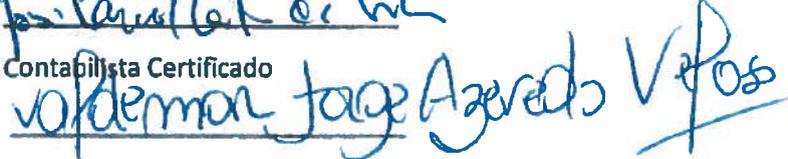
Órgão de Gestão



Margarida Botelho Soares



Contabilista Certificado



1 - Situação Económico – Financeira

A análise da execução orçamental assenta na comparação entre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2020 e os valores executados. Isto é, em face das despesas e das receitas aprovadas em Plano de Atividades e Orçamento, foi realizada a aferição da percentagem de execução das mesmas.

No entanto, as receitas têm algumas particularidades que devemos considerar nesta análise, uma vez que só devem ser registada a receita, aquando do seu efetivo recebimento, tendo presente os reembolsos da entidade financiadora.

Mapa Execução Orçamental da Despesa (em anexo)

A coluna Dotação Corrigida (2) corresponde ao Plano de Atividades e Orçamento de 2020.

Os compromissos assumidos (4) e obrigações (5) evidenciam as despesas realizadas no período 2020.

O campo de despesas pagas (8) evidencia as despesas sobre as quais já foram emitidos os pagamentos aos fornecedores/funcionários/formadores/formandos/impostos.

Obrigações por pagar (10) representam o total dos compromissos assumidos / obrigações não pagos aos titulares desse direito, que transitam para o período seguinte.

A coluna grau % (12) evidencia a percentagem de execução do Plano de Atividades e Orçamento, ou seja, despesa paga face ao Orçamento aprovado.

Notas explicativas da Demonstração Execução Orçamental da Despesa

1. A Rúbrica orçamental D1.1 – Remunerações Certas e Permanentes - Pessoal do quadro evidencia uma execução do período e de períodos anteriores de 97% das remunerações pagas aos funcionários. No entanto, o valor de obrigações por pagar (10) corresponde aos descontos de impostos dos trabalhadores, liquidados no mês janeiro;

2. A Rúbrica orçamental D1.2 – Abonos variáveis e eventuais – Ajudas de Custo evidencia uma execução de 0%. Não foram efetuadas mobilidades no âmbito do projeto ERASMUS+ devido à situação pandémica. As mobilidades serão realizadas em 2021;

3. A Rúbrica orçamental D1.3 – Segurança Social – segurança Social, seguros e outras despesas apresenta uma execução paga do período e de períodos anteriores de 71% que decorre das obrigações da entidade patronal.




No entanto, o valor de obrigações por pagar (10) corresponde aos descontos de impostos da entidade patronal, liquidados no mês de janeiro;

4. A Rúbrica orçamental D2 – Aquisição de bens e serviços, combustível, material limpeza, ferramentas e utensílios, material de educação, honorários, rendas e alugueres apresenta uma execução paga do período e de períodos anteriores de 86%. O montante das obrigações por pagar é relativo a faturas emitidas de fornecedores do mês de dezembro, não tendo transitado nenhuma obrigação por pagar de honorários da formação ministrada em dezembro;

5. A Rúbrica orçamental D3 – Juros e outros encargos apresenta uma execução de 27%. Esta execução deve-se aos juros da locação financeira do sistema de impressão e do servidor, bem como da utilização da conta caucionada;

6. A Rúbrica orçamental D4.3 – Transferências correntes – famílias – outros apresenta uma execução paga do período e de períodos anteriores de 99%, em face dos subsídios pagos aos alunos, não tendo transitado nenhuma obrigação por pagar;

7. A Rúbrica orçamental D6 – Outras despesas correntes – Impostos e taxas, Reservas – outras despesas apresenta uma execução de 48%, representando os impostos e taxas devidas por registos a pagamentos por conta e as cotas da associação das escolas profissionais;

8. A Rúbrica orçamental D7 – Investimentos apresenta uma execução de 43% de período e períodos anteriores;

9. A Rúbrica orçamental D11 – Despesas com passivos financeiros apresenta uma execução de 100%. Esta taxa deve-se ao facto da utilização residual da Conta Corrente Cautiionada.



De: janeiro de 2020

Até: dezembro de 2020

3 - Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Despesas por pagar de períodos ant. (1)	Doações recebidas (2)	Cativos Descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Comprom. a transferir (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental	
						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(12) x100	Período corrente (12)=(7)/(12) x100
D1.1 Remunerações certas e permanentes	404 899,70			402 278,58	402 278,58	6 245,48	387 778,29	394 023,77		8 254,81	1,54	95,77
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	2 000,00											
D1.3 Segurança social	124 863,07			121 626,91	121 626,91	5 906,23	82 941,90	88 848,13		32 778,78	4,73	66,43
D2 Aquisição de bens e serviços	663 673,73			578 951,31	577 337,62	213 098,81	354 382,68	567 481,49	1 613,69	9 856,13	32,11	53,40
D3 Juros e outros encargos	6 915,16			1 864,09	1 864,09		1 864,09	1 864,09				26,96
D4.3 Famílias	228 394,00			227 304,84	227 304,84	29 472,57	197 832,27	227 304,84			12,90	86,62
D6 Outras despesas correntes	17 598,92			8 389,56	8 389,56		8 389,56	8 389,56				47,67
D7 Investimento	25 901,24			11 197,79	11 197,79	2 687,55	8 510,24	11 197,79			10,38	32,86
D11 Despesa com passivos financeiros	15 000,00			15 000,00	15 000,00		15 000,00	15 000,00				100,00
Total	1 489 245,82			1 366 613,08	1 364 999,39	257 410,64	1 056 699,03	1 314 109,67	1 613,69	50 889,72	17,28	70,96

Mapa Execução Orçamental da Receita (em anexo)

A coluna Previsões Corrigidas (1) corresponde ao Orçamento da receita do ano de 2020.

As Receitas por cobrar de períodos anteriores (2) evidenciam as receitas submetidas e não recebidas do período anterior.

As Receitas Liquidadas (3) evidenciam as receitas submetidas a liquidação.

No campo Receitas Cobradas Brutas relativas ao ano (5) evidenciam as receitas recebidas.

No campo das Receitas Cobradas Liquidadas (10) evidencia os montantes recebidos no período.

No campo Receitas por cobrar no final do ano (11) evidencia os montantes pendentes de liquidação, Participação Pública Nacional.

Na coluna grau % (13) evidencia o grau de execução do orçamento.



Notas explicativas da Demonstração de Execução Orçamental da Receita

1. A Rúbrica orçamental R 5.1.2 – Estado – Participações comunitárias em projetos cofinanciados.

A rúbrica orçamental relativa às fontes de financiamentos do Portugal 2020 e Erasmus+ apresenta, face aos montantes recebidos, uma execução do período de 58%. Esta receita corresponde à submissão dos reembolsos e dos adiantamentos recebidos no ano de 2020, dos projetos em vigência.

Devido ao recebimento do contrato-programa, relativo ao valor da Contrapartida Pública Nacional (15%), realizou uma taxa de execução de 99%,

2. A Rúbrica orçamental R 7 – Outras Receitas Correntes apresenta as receitas resultantes da atividade conexas com ensino - receitas suplementares e apresenta uma execução no período de 97%;

3. A Rúbrica orçamental R 13 – Receita Com passivos financeiros apresenta uma execução do período de 100% e deve-se ao facto da utilização residual da Conta Corrente Cauçionada.

De: janeiro 2020

Até: dezembro 2020

2 - Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos ant. (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Grau de execução orçamental		
						Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10) = (5) - (7)	Receitas por cobrar final do período (11)	Períodos anteriores (12) = (8)/(2) x100	Período corrente (13) = (9)/(1) x100
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	1 653 275,25	489 729,73	1 201 452,62	-	1 442 794,59	10 748,38	-	487 150,00	955 644,59	1 442 794,59	235 389,73	99,47	57,80
R7 Outras receitas correntes	22 427,04	-	21 756,30	-	21 711,39	-	-	-	21 711,39	21 711,39	33,00	-	96,81
R10 Outras receitas de capital	304,29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R13 Receita com passivos financeiros	15 000,00	-	15 000,00	-	15 000,00	-	-	-	15 000,00	15 000,00	-	-	100,00
Total	1 691 006,58	489 729,73	1 238 208,92		1 479 505,98	10 748,38		487 150,00	992 355,98	1 479 505,98	235 422,73	99,47	58,68



De: janeiro de 2020

Até: dezembro de 2020

3 - Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Despesas por pagar de períodos ant. (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos Descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Comprom. a transferir (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental	
						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(2) x100	Período corrente (12)=(7)/(2) x100
D1.1 Remunerações certas e permanentes		404 899,70		402 278,58	402 278,58	6 245,48	387 778,29	394 023,77		8 254,81	1,54	95,77
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		2 000,00										
D1.3 Segurança social		124 863,07		121 626,91	121 626,91	5 906,23	82 941,90	88 848,13		32 778,78	4,73	66,43
D2 Aquisição de bens e serviços		663 673,73		578 951,31	577 337,62	213 098,81	354 382,68	567 481,49	1 613,69	9 856,13	32,11	53,40
D3 Juros e outros encargos		6 915,16		1 864,09	1 864,09		1 864,09	1 864,09				26,96
D4.3 Famílias		228 394,00		227 304,84	227 304,84	29 472,57	197 832,27	227 304,84			12,90	86,62
D6 Outras despesas correntes		17 598,92		8 389,56	8 389,56		8 389,56	8 389,56				47,67
D7 Investimento		25 901,24		11 197,79	11 197,79	2 687,55	8 510,24	11 197,79			10,38	32,86
D11 Despesa com passivos financeiros		15 000,00		15 000,00	15 000,00		15 000,00	15 000,00				100,00
Total		1 489 245,82		1 366 613,08	1 364 999,39	257 410,64	1 056 699,03	1 314 109,67	1 613,69	50 889,72	17,28	70,96

2 - Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos ant. (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar final do período (11)		Grau de execução orçamental	
						Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)	Períodos anteriores (12)=(8)/(2) x100	Período corrente (13)=(9)/(1) x100		
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	1 653 275,25	489 729,73	1 201 452,62		1 442 794,59	10 748,38		487 150,00	955 644,59	1 442 794,59	235 389,73	99,47	57,80	
R7 Outras receitas correntes	22 427,04		21 756,30		21 711,39				21 711,39	21 711,39	33,00		96,81	
R10 Outras receitas de capital	304,29													
R13 Receita com passivos financeiros	15 000,00		15 000,00		15 000,00				15 000,00	15 000,00			100,00	
Total	1 691 006,58	489 729,73	1 238 208,92		1 479 505,98	10 748,38		487 150,00	992 355,98	1 479 505,98	235 422,73	99,47	58,68	



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Três (15'):

Propostas da Câmara Municipal para:

- a) afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno sita no Lugar de Calvos, da União de Freguesias de Calvos e Frades, nos termos da alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.
- b) afetação ao domínio público municipal de parcelas de terreno sitas no: Lugar da Portela, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1490º); Lugar da Portela, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1493º); e Lugar de Bagães, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1479º), nos termos da alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

DELIBERAÇÃO:

Ponto 3 a):

A Favor: _____ (votos); Contra: _____ (votos); Abstenção: _____ (votos)

Ponto 3 b):

A Favor: _____ (votos); Contra: _____ (votos); Abstenção: _____ (votos)

Ponto Quatro

Proposta do Sr. Presidente da Câmara para que a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponha à Assembleia Municipal, a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno sita no Lugar de Calvos, da União de Freguesias de Calvos e Frades.

Seguidamente foi presente proposta do sr. Presidente da Câmara do seguinte teor,

“PROPOSTA

Considerando que:

- I. O Município da Póvoa de Lanhoso por escritura pública de compra e venda celebrada no dia vinte e dois de março de dois mil e vinte e um, adquiriu uma parcela de terreno com a área de quatro mil setecentos e seis metros quadrados a confrontar do norte, nascente, sul com Ana Paula Ribeiro das Neves Machado e poente com o Município da Póvoa de Lanhoso a desanexar do prédio rústico denominado Campo da Veja e Bouça, situado no lugar de Calvos, da união das freguesias de Calvos e Frades, concelho da Póvoa de Lanhoso descrito na Conservatória do Registo Predial da Póvoa de Lanhoso sob o número duzentos e cinquenta e sete, da freguesia de Calvos e inscrita na respetiva matriz sob o artigo 1427.º;
- II. Tal aquisição resulta de na área adquirida existir uma construção megalítica, denominada Mamoa do Madorro cuja musealização se pretende;
- III. Existe a necessidade da parcela de terreno ser integrada no domínio público municipal;
- IV. Compete à Câmara Municipal, nos termos do artigo 33º n.º1 alínea ccc) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta.
- V. Compete à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25º n.º1 alínea q) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar quanto à afetação de bens do domínio público municipal;

Pelo exposto e considerando tratar-se de uma competência da Câmara Municipal;

O Presidente da Câmara Municipal, Avelino Adriano Gaspar da Silva, **propõe**, nos presentes termos, que a Câmara Municipal delibere:

1. Propor à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno descrita no ponto I e melhor identificada na planta anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante.

Município da Póvoa de Lanhoso, 31 de março de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal,

Avelino Adriano Gaspar da Silva, sr.”

DELIBERAÇÃO: aprovado por unanimidade.

Mamoa do Madorro

Localização geográfica

A mamoa do Madorro situa-se administrativamente na atual União de Freguesias de Calvos e Frades, concelho da Póvoa de Lanhoso, nas seguintes coordenadas geográficas: 08°16'01'' O e 41°35'44'' N (WGS 84), na Carta Militar de Portugal, esc. 1:25 000, N° 57.

O local é composto por pequenas linhas de água, tributárias do rio Ave, destacando-se o Ribeiro do Pontido que apresenta um maior caudal hídrico.

Enquadramento arqueológico

Este monumento sob tumulus, vulgarmente denominado por mamoa do Madorro, é a prova inequívoca de algumas mudanças processadas no seio das comunidades neolíticas que ocuparam e proliferaram no território Povoense ao longo do V milénio a.C.. Estas transformações caracterizaram-se pelo aparecimento da agricultura e consequente sedentarização das sociedades, garantindo uma maior fixação à terra, não menosprezando as atividades como a caça, recolção e a pesca que continuaram a ser muito importantes para a subsistência destas comunidades, adaptando-se e transformando o território Povoense ao longo dos milénios subsequentes.

A importância da mamoa do Madorro centra-se na afirmação da sua identidade, enquanto espaço sagrado para a inumação de personalidades de relevo da sociedade neolítica, e a sua estreita relação com a paisagem, controlando visualmente toda a várzea envolvente que é extremamente fértil e ótima para o desenvolvimento da prática agrícola, criaram excelentes condições para a fixação desta comunidade em torno da mamoa. Uma outra função, ainda que simbólica, era a criação de uma “limite” territorial no sentido de adquirir posse sobre toda aquela área circundante, onde repousam os seus antepassados.

Este tipo de construção megalítica, associada a contextos funerários, reflete o valor que um número restrito de pessoas, hierarquicamente superiores, tinham a seu cargo na representação não só dos seus antepassados mas de toda a comunidade onde se inseriam. Para esta “elite”, a morte era encarada não só como a transformação do indivíduo em espírito mas também como a criação de uma ligação ao solo, às sementes, ao crescimento e à fertilidade, representando o percurso dos cereais, até ao despoletar para uma nova vida, transformando-se em parte integrante de uma fonte inesgotável de vitalidade e fertilidade que é a terra.

Caracterização da mamoa do Madorro

Montículo artificial de grandes dimensões que apresenta uma planta circular, com aproximadamente 28 metros de diâmetro e cerca de 2, 10 metros de altura. No topo do monumento é visível uma depressão pronunciada de formato tendencialmente circular, com aproximadamente 4 metros de diâmetro e 1 metro de profundidade. Este tipo de rebaixamento é muito característico

nestes monumentos porque, nos séculos passados, os eruditos procediam à escavação apenas da parte central do tumulus com o propósito de recolherem exclusivamente o espólio arqueológico que estava depositado na câmara dolménica.

À superfície não se identificaram vestígios de couraça lítica ou do anel pétreo.

A vertente norte da mamoa já sofreu um pequeno desbaste com uma retroescavadora, sem colocar em causa a estrutura dolménica.

Em agosto de 2019, realizou-se um estudo de Georadar e foi possível aferir a presença de estruturas arqueológicas, caracterizadas como a câmara de inumação, o átrio e o corredor de acesso ao monumento, virado a nascente, tudo no coberto pelo montículo artificial de terra.

Dinâmicas futuras para a mamoa do Madorro

Concluído todo o processo administrativo, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso pretende implementar um conjunto de dinâmicas que, além da preservação, visam a potencialização e valorização cultural e turística deste espaço arqueológico, como sejam:

- Intervenções arqueológicas, estabelecendo parcerias com Universidades;
- Musealização, garantindo a integridade e prossecução do monumento, para a fruição pública das gerações vindouras;
- Interpretação da mamoa, recorrendo a painéis informativos;
- Divulgação turística, através da criação de desdobráveis e inclusão nos roteiros do Turismo do Porto e Norte de Portugal;
- Dinamização de serviços educativos;
- Promoção de visitas guiadas;
- Publicação dos resultados da escavação arqueológica;
- Colóquio sobre monumentos sob *tumulus*, no contexto do megalitismo peninsular;
- Recriações históricas que visem as crenças associadas a estes monumentos;
- Criação de um polo interpretativo dos resultados arqueológicos no espaço do Centro Interpretativo do Carvalho de Calvos.

Orlando Fernandes
Técnico Superior de Arqueologia

Ponto Cinco

Proposta do Sr. Presidente da Câmara para que a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponha à Assembleia Municipal, a afetação ao domínio público municipal de parcelas de terreno sitas no: Lugar da Portela, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1490º); Lugar da Portela, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1493º); e Lugar de Bagães, Freguesia e Concelho da Póvoa de Lanhoso (matriz sob o artigo 1479º).

Seguidamente foi presente proposta do sr. Presidente da Câmara do seguinte teor,

“PROPOSTA

Considerando que,

Sempre que o interesse público subjacente ao estatuto da dominialidade de um imóvel não decorra direta e imediatamente da sua natureza compete ao respetivo titular afeta-lo às utilidades públicas correspondentes à sua afetação legal;

A eficácia da afetação fica dependente da efetiva verificação das utilidades que justificaram a sujeição do bem ao estatuto da dominialidade pública;

A comissão do património imobiliário público, na inventariação do património municipal, demonstrou que as áreas adquiridas no lugar da Portela e no lugar de Bagães, freguesia e concelho da Póvoa de Lanhoso, estão afetadas, em parte, ao domínio público municipal;

Pelo Município da Póvoa de Lanhoso foram adquiridas, por escritura pública de compra e venda, as seguintes áreas:

- I. Parcela de terreno com a área de onze mil trezentos e oitenta e três metros quadrados a confrontar do norte com Avelino Silva, a sul com câmara municipal, a nascente com José Almeida e Sandrina Gonçalves e Sá da Silva e a poente com ribeira da Póvoa, situada no lugar da Portela, da freguesia e concelho da Póvoa de Lanhoso descrita na Conservatória do Registo Predial da Póvoa de Lanhoso sob o oitocentos e setenta e seis, da freguesia da Póvoa de Lanhoso e inscrita na respetiva matriz sob o artigo 1490.º da qual está afeta, ao domínio público municipal, a área de dez mil oitocentos e treze metros quadrados;
- II. Parcela de terreno com a área de dois mil oitocentos e sessenta metros quadrados a confrontar do norte e sul com câmara municipal, a nascente com Adelino Luzia e a poente com ribeira da Póvoa, situada no lugar da Portela, da freguesia e concelho da Póvoa de Lanhoso descrita na Conservatória do Registo Predial da Póvoa de Lanhoso sob o oitocentos e setenta e sete, da freguesia da Póvoa de Lanhoso e inscrita na respetiva matriz sob o artigo 1493.º da qual está afeta, ao domínio público municipal, a área de dois mil e cinquenta metros quadrados;

- III. Parcela de terreno com a área de sete mil quatrocentos e oitenta e nove metros quadrados, situada no lugar de Bagães, da freguesia e concelho da Póvoa de Lanhoso não descrita na Conservatória do Registo Predial da Póvoa de Lanhoso e inscrita na respetiva matriz sob o artigo 1479.º a qual está afeta na totalidade ao domínio público municipal.

Com a criação do Parque Urbano da Vila, mais conhecido como Parque do Pontido, parte das áreas ficaram afetadas ao domínio público municipal existindo necessidade de ser integradas no domínio público municipal;

Compete à Câmara Municipal, nos termos do artigo 33º n.º1 alínea ccc) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta.

Compete à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25º n.º1 alínea q) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar quanto à afetação de bens do domínio público municipal;

Pelo exposto e considerando tratar-se de uma competência da Câmara Municipal;

O Presidente da Câmara Municipal, Avelino Adriano Gaspar da Silva, **propõe**, nos presentes termos, que a Câmara Municipal delibere:

Propor à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal das parcelas de terreno descritas nos pontos I, II e III e melhor identificadas na planta anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante.

Paços do Município da Póvoa de Lanhoso, 31 de março de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal,

Avelino Adriano Gaspar da Silva, sr.”

DELIBERAÇÃO: aprovado por unanimidade.

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 40039, Livro N.º: 77

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

DENOMINAÇÃO: PARCELA DE TERRENO, DESTINADA A EXPANSÃO URBANÍSTICA

SITUADO EM: Portela

ÁREA TOTAL: 11233 M2

MATRIZ n.º: 1490 NATUREZA: Urbana

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Norte, Avelino da Silva; Sul, Câmara Municipal; Nascente, José Almeida e Sandrina Gonçalves e Sá da Silva; Poente, ribeira da Póvoa.

Desanexado o prédio n.º 2285/20160729-Póvoa de Lanhoso (com a área de 121 m2).

DESCRIÇÃO SUPRA DESATUALIZADA

O(A) Ajudante, em substituição
Maria do Rosário Ribeiro Barroso

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 8 de 1995/10/03 - Aquisição

ABRANGE 3 PRÉDIOS

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S) :

** MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

SUJEITO(S) PASSIVO(S) :

** LUCIANO LOPES MACEDO

Casado/a com ROSE COELLHO no regime de Separação de bens

Morada: Av. João XXI, n.º 829, 5.º esquerdo

Localidade: Braga

Reprodução por extractação da inscrição G-2

O(A) Ajudante
Maria do Rosário Ribeiro Barroso

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Comprovativo Provisório de Submissão
(não serve de comprovativo de Entrega de Declaração)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS (IMI) Comprovativo Provisório de Submissão (não serve de comprovativo de Entrega de Declaração) (Modelo 1)	Serviço de Finanças 0426 - POVOA DE LANHOSO
--	--	--

Elementos da Declaração

NIF: 506632920 Nome: MUNICIPIO DA POVOA DE LANHOSO

E-Mail: geral@mun-planhoso.pt

Motivo: 2 - Prédio Melhorado / Modificado

Data Receção: 2021-03-24 Nº Registo: 7621446

Identificação Matricial

Tipo: Urbano Freguesia: 030919 - POVOA DE LANHOSO (N. SENHORA DO AMPARO)

Artigo: 1490

Elementos do Prédio

Freguesia: 030919 - POVOA DE LANHOSO (N. SENHORA DO AMPARO) SF: 0426 - POVOA DE LANHOSO

Av./Rua/Praça: Rua Veteranos de Guerra Nº: s/n Andar: Lugar: Bagaes Cód. Postal: 4830-571

Conservatória: PÓVOA DO LANHOSO Registo nº: 876

Anexo I

Prédio:

NIF: 506632920 Nome: MUNICIPIO DA POVOA DE LANHOSO

Tipo Proprietário: 01 - Único Proprietário

Domicílio Fiscal: 01 - Território Nacional

Parte: 1/1 Bem Casal: N

Tipo de Prédio: Outro

Tipo de Prédio:

21 - Terrenos situados dentro de aglomerados urbanos onde não é permitido construir e sem afectação agrícola

Nº de Pisos: 0

Tipologia/Nº de Divisões: 0

Área Total do Terreno: 11.112,0000 m²

Área de Implantação do Prédio: 0,0000 m²

Área Bruta Dependente: 0,0000 m²

Área Bruta Construção: 0,0000 m²

Área Bruta Privativa: 0,0000 m²

Custo Construção + Valor Terreno: € 30.000,00

Outros Elementos

Data da Licença de Utilização:

Data de Conclusão das Obras:

Data de Passagem a Urbano: 1995-01-01

Data de Ocupação:

Início da Construção da Obra:

Idade do prédio:

Documentos Anexos

Licença de Utilização: 0

Planta(s) de Localização / Croquis: 0

Planta de Implantação do(s) Edifício(s): 0

Projecto ou Viabilidade Construtiva: 0

Planta(s) do(s) edifício(s): 0

Contrato(s) de Arrendamento: 0

Anexo I: 0



Município da Póvoa de Lanhoso

Documento Original

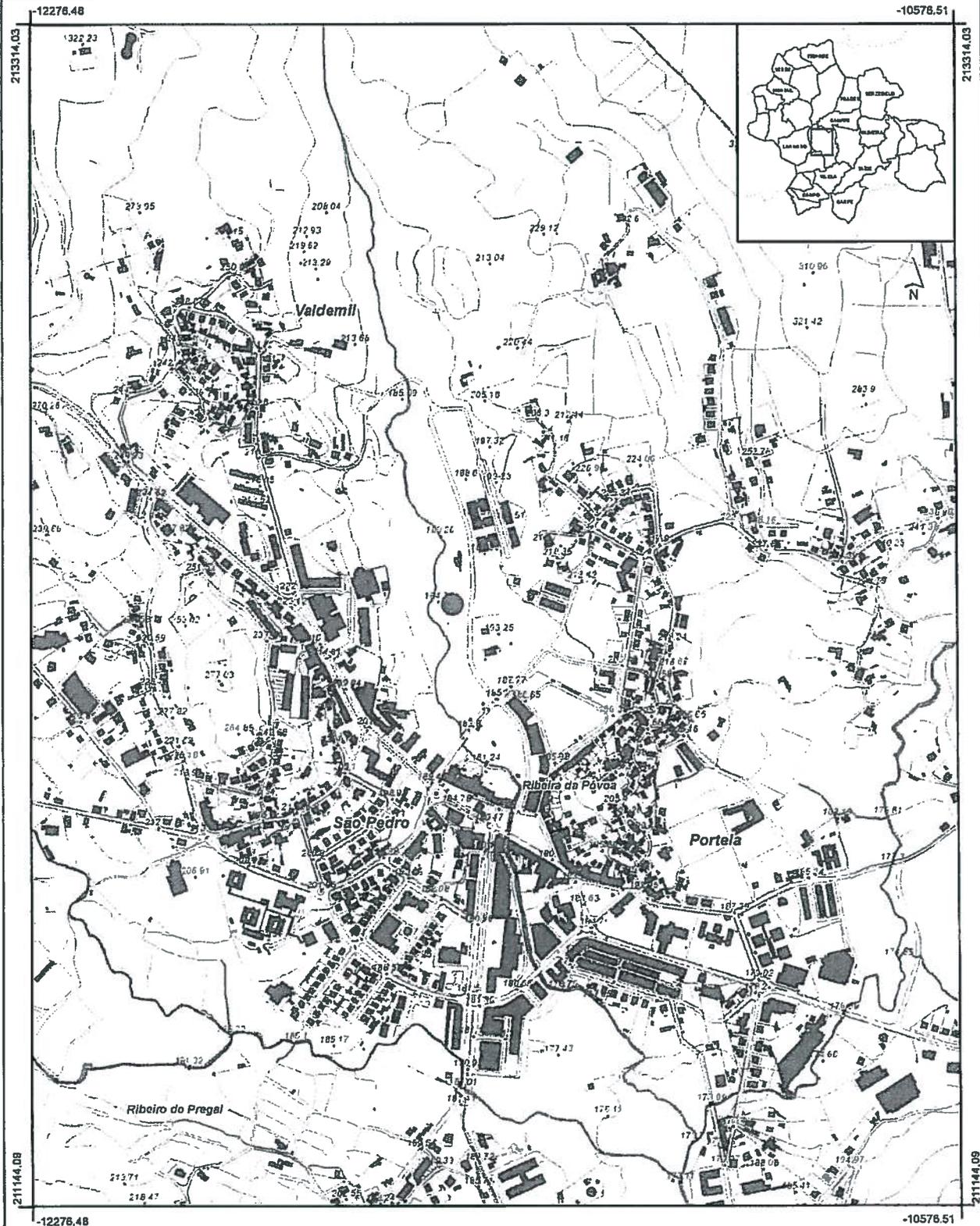
Planta de Localização

Requerente: <NOME>
 N.I.F.: <NIF>
 Morada: <TOPO>
 N° de Porta: <NPOLICIA>
 <CP> <FREGUESIA>



Tipo de Operação Urbanística:
 <ASSUNTO>

Destino:
 <DESTINO> <O_ASSUNTO>



Escala: 1:10 000



24-03-2021

(Assinatura)

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 40038, Livro N.º: 77

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO

DENOMINAÇÃO: PARCELA DE TERRENO, DESTINADA A EXPANSÃO URBANÍSTICA

SITUADO EM: Portela

ÁREA TOTAL: 2860 M2

ÁREA DESCOBERTA: 2860 M2

OMISSO NA MATRIZ

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Norte e Sul, Câmara Municipal; Nascente, Adelino Luzia; Poente, ribeira da Póvoa.

Reprodução por extractação da descrição

O(A) Ajudante

Maria do Rosário Ribeiro Barroso

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 8 de 1995/10/03 - Aquisição

ABRANGE 3 PRÉDIOS

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** LUCIANO LOPES MACEDO

Casado/a com ROSE COELLHO no regime de Separação de bens

Morada: Av. João XXI, n.º 829, 5.º esquerdo

Localidade: Braga

Reprodução por extractação da inscrição G-2

O(A) Ajudante

Maria do Rosário Ribeiro Barroso

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 03 - BRAGA **CONCELHO:** 09 - POVOA DE LANHOSO **FREGUESIA:** 19 - POVOA DE LANHOSO (N. SENHORA DO AMPARO)

ARTIGO MATRICIAL: 1493 NIP:

TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

DISTRITO: 03 - BRAGA **CONCELHO:** 09 - POVOA DE LANHOSO **FREGUESIA:** 19 - POVOA DE LANHOSO (N. SENHORA DO AMPARO) **Tipo:** RÚSTICO

Artigo: 32

LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

Av./Rua/Praça: Bagães Lugar:

Av./Rua/Praça: Bagães Lugar: - Código Postal: 4830-135 PÓVOA DE LANHOSO

DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

Tipo de Prédio: Terreno para Construção

Descrição: PARCELA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO

ÁREAS (em m²)

Área total do terreno: 2.860,0000 m² **Área de Implantação do edifício:** 190,0000 m² **Área bruta de construção:** 500,0000 m² **Área bruta dependente:** 190,0000 m²

DADOS DE AVALIAÇÃO

Ano de inscrição na matriz: 1995 **Valor patrimonial actual (CIMI):** €33.951,75 **Determinado no ano:** 2018

Percentagem para cálculo do valor da área de implantação: 15,00 % **Tipo de coeficiente de localização:**

Habituação Coordenada X: 188.717,00 **Coordenada Y:** 512.437,00

$$\frac{Vt^*}{33.450,00} = \frac{Vc}{603,00} \times \frac{A}{89.3400} \times \frac{Cl}{0,80} \times \frac{Ca}{1,00} \times \frac{Cq}{1,000}$$

Vt = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de Implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de velustez, sendo $A = (Aa + Ab) \times Caj \times \% + Ac + Ad$, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação, $(Aa + Ab) \times Caj = 100 \times 1,0 + 0,90 \times (160 - 100) + 0,85 \times (220 - 160) + 0,80 \times (Aa + Ab - 220,0000)$.

Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab.

* Valor arredondado, nos termos do n.º 2 do Art.º 38º do CIMI.

Mod 1 do IMI nº: 4758640 **Entregue em:** 2012/10/12 **Ficha de avaliação nº:** 7197695 **Avaliada em:**

2012/10/17

TITULARES

Identificação fiscal: 506632920 **Nome:** MUNICIPIO DA POVOA DE LANHOSO

Morada: AV DA REPUBLICA, POVOA DE LANHOSO, 4830-513 POVOA DE LANHOSO

Tipo de titular: Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** OUTRO **Entidade:** DESCONHECIDO

ISENÇÕES

Identificação fiscal: 506632920



Motivo: ESTADO, REG. AUTON, AUTARQ, SERV, ESTAB E ORG RESPECT Início: 1989 Valor isento:
€33.951,75

Obtido via internet em 2021-03-24

O Chefe de Finanças

(Pedro Jorge Matos da Silva Corrêa)



Município da Póvoa de Lanhoso

Documento Original

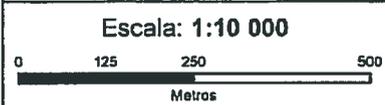
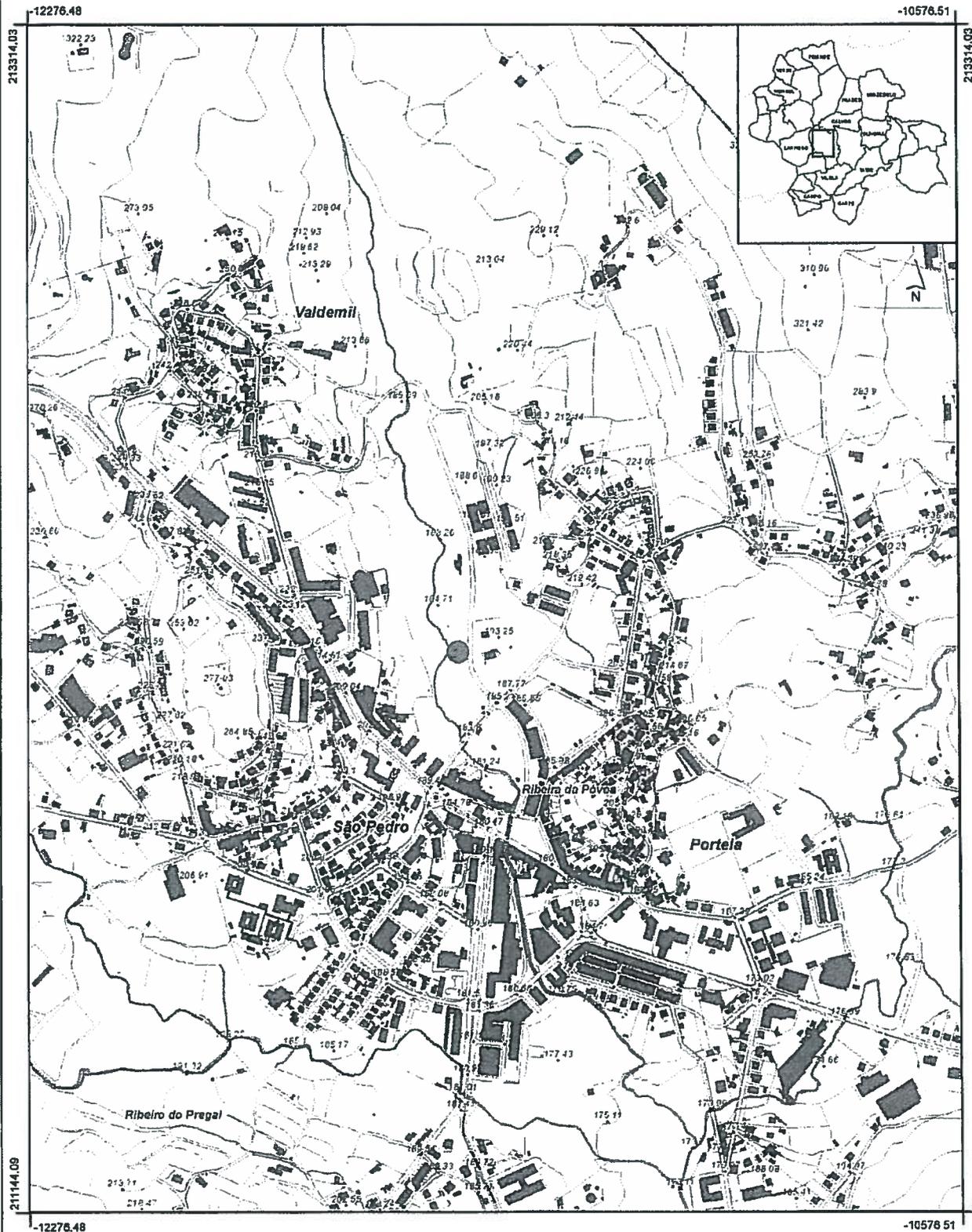
Planta de Localização

Requerente: <NOME>
 N.I.F.: <NIF>
 Morada: <TOPO>
 N° de Porta: <NPOLICIA>
 <CP> <FREGUESIA>



Tipo de Operação Urbanística:
 <ASSUNTO>

Destino:
 <DESTINO> <O_ASSUNTO>



24-03-2021

(Assinatura)



IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 03 - BRAGA CONCELHO: 09 - POVOA DE LANHOSO FREGUESIA: 19 - POVOA DE LANHOSO (N. SENHORA DO AMPARO)

ARTIGO MATRICIAL: 1479 NIP:

TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

DISTRITO: 03 - BRAGA CONCELHO: 09 - POVOA DE LANHOSO FREGUESIA: 19 - POVOA DE LANHOSO (N. SENHORA DO AMPARO) Tipo: RÚSTICO

Artigo: 4

LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

Av./Rua/Praça: Bagães Lugar:

Av./Rua/Praça: Bagães Lugar: - Código Postal: 4830-135 PÓVOA DE LANHOSO

DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

Tipo de Prédio: Terreno para Construção

Descrição: PARCELA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO

ÁREAS (em m²)

Área total do terreno: 7.498,0000 m² Área de Implantação do edifício: 180,0000 m² Área bruta de construção: 820,0000 m² Área bruta dependente: 180,0000 m²

DADOS DE AVALIAÇÃO

Ano de inscrição na matriz: 1995 Valor patrimonial actual (CIMI): €64.351,00 Determinado no ano: 2018

Percentagem para cálculo do valor da área de implantação: 15,00 % Tipo de coeficiente de localização:

Habitação Coordenada X: 188.902,00 Coordenada Y: 512.407,00

$$\frac{Vt}{63.400,00} = \frac{Vc}{603,00} \times \frac{A}{131.4200} \times \frac{Cl}{0,80} \times \frac{Ca}{1,00} \times \frac{Cq}{1,000}$$

Vt = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afecção, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de velustez, sendo $A = (Aa + Ab) \times Caj \times \% + Ac + Ad$, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação, $(Aa + Ab) \times Caj = 100 \times 1,0 + 0,90 \times (160 - 100) + 0,85 \times (220 - 160) + 0,80 \times (Aa + Ab - 220,0000)$.

Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab.

* Valor arredondado, nos termos do n.º 2 do Art.º 38º do CIMI.

Mod1 do IMI nº : 4758627 Entregue em : 2012/10/12 Ficha de avaliação nº: 7197682 Avaliada em :

2012/10/17

TITULARES

Identificação fiscal: 506632920 Nome: MUNICIPIO DA POVOA DE LANHOSO

Morada: AV DA REPUBLICA, POVOA DE LANHOSO, 4830-513 POVOA DE LANHOSO

Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/1 Documento: OUTRO Entidade: DESCONHECIDO

ISENÇÕES

Identificação fiscal: 506632920



AT
autoridade
tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL URBANA

SERVIÇO DE FINANÇAS: 0426 - POVOA DE LANHOSO

Motivo: ESTADO, REG. AUTON, AUTARQ, SERV, ESTAB E ORG RESPECT Início: 1989 Valor isento:

€64.351,00

Obtido via internet em 2021-03-24

O Chefe de Finanças

(Pedro Jorge Matos da Silva Corrêa)



Município da Póvoa de Lanhoso

Documento Original

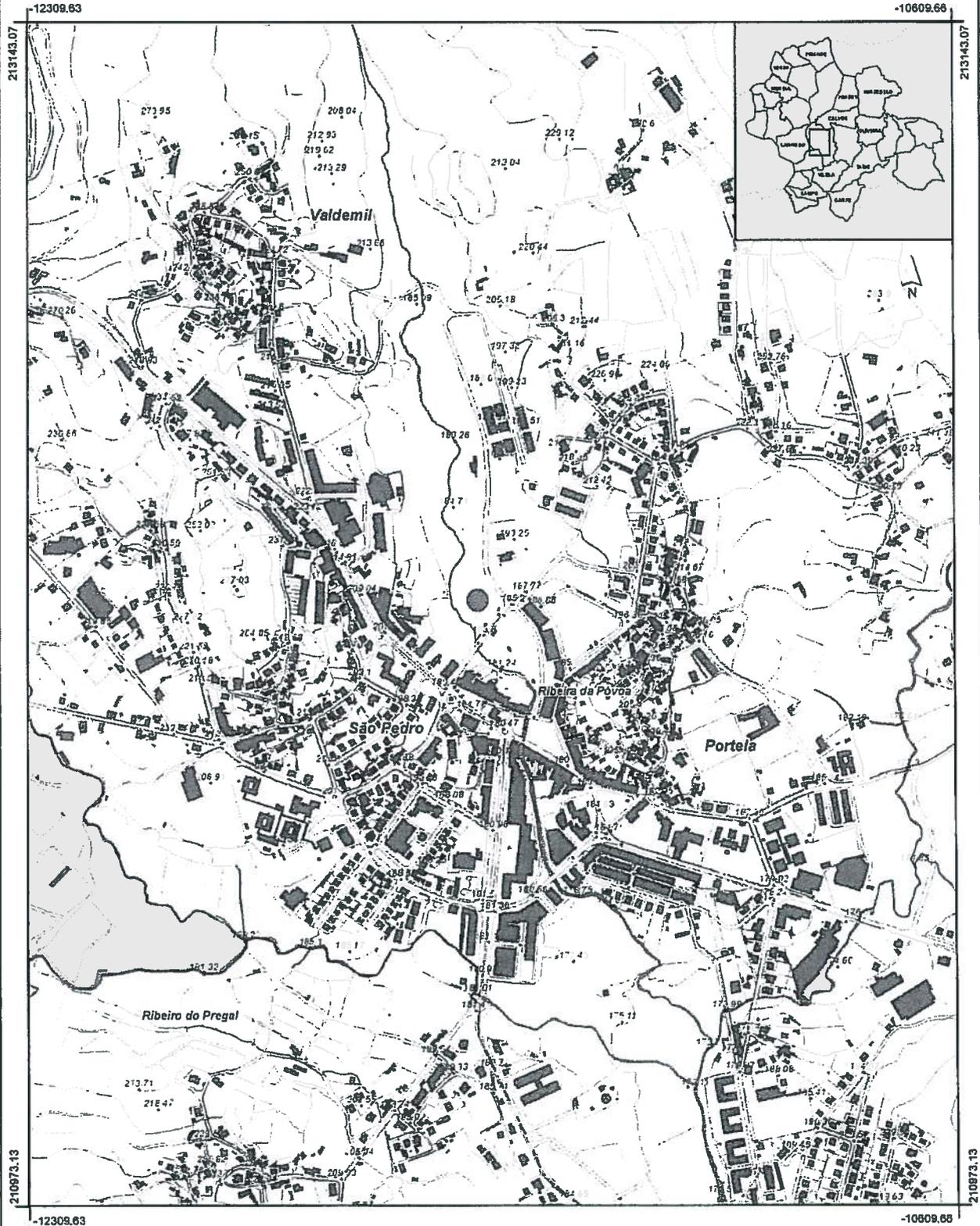
Planta de Localização

Requerente: <NOME>
 N.I.F.: <NIF>
 Morada: <TOPO>
 Nº de Porta: <NPOLICIA>
 <CP> <FREGUESIA>



Tipo de Operação Urbanística:
 <ASSUNTO>

Destino:
 <DESTINO> <O_ASSUNTO>



24-03-2021

(Assinatura)



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Quatro (15`):

Proposta da câmara municipal para a 4ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, nos termos da alínea a) nº1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

DELIBERAÇÃO:

A Favor: _____ (votos)

Contra: _____ (votos)

Abstenção: _____ (votos)

Ponto Onze

Proposta do Presidente da Câmara Municipal para a 4.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, nos termos da alínea c) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:

“PROPOSTA:

Considerando a necessidade de inscrever um novo projeto de investimento no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2021;

Considerando que essa inscrição terá que ser assegurada através de uma alteração modificativa objetivando a inscrição e previsão do novo projeto em PPI;

Considerando, ainda, que é objetivo financiar esse novo projeto de investimento através de financiamento bancário, cujo processo terá que ser aditado;

Propõe-se, em conformidade com o exposto, fundamentado por via da informação interna, subscrita pelo chefe da divisão de gestão financeira, anexa à presente proposta, fazendo dela parte integrante, que a câmara proponha à assembleia municipal a 4ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, a incrementar o investimento “Requalificação da Rua Paixão Bastos na freguesia da Póvoa de Lanhoso” com dotação previsional não definida no valor de 24.500,00€, aguardando-se a aprovação do aditamento ao contrato de financiamento de médio e longo prazo para “Beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.1000.000€”.

Póvoa de Lanhoso, 14 de abril de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal,

Avelino Adriano Gaspar da Silva, sr.”

**DELIBERAÇÃO: APROVADO POR MAIORIA, COM ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA.
REMETA-SE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021

4ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA



**PÓVOA
DE LANHOSO**
Município

INFORMAÇÃO INTERNA

DE: DGF - Chefe de Divisão

ASSUNTO: 4ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2021

Data 15-04-2021

Considerando a necessidade de inscrever um novo projeto de investimento no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2021, procede-se à alteração modificativa a incrementar o investimento "Requalificação da Rua Paixão Bastos na freguesia da Póvoa de Lanhoso" com dotação previsional não definida no valor de 24.500,00€, aguardando-se a aprovação do aditamento ao contrato de financiamento de médio e longo prazo para "Beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.1000.000€".

Face ao exposto, e tendo em cumprimento as solicitações do executivo e considerando o cumprimento da NCP 26, apresenta-se a 4ª alteração modificativa.

À consideração superior.

O Chefe de Divisão



Hélder Manuel Lima Rodrigues

ALTERAÇÃO NÚMERO : 7 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 4 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2021 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇÂNICA/ECONÓMICA

Euros

Objetivo (1)	Número do projeto Ano Tipo Número (2)	Descrição Designação do projeto (3)	Classificação	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-)	
				Início (4)	Fim (5)	2021						
						Dot. atual (6)	Dot. corrigida (7)	2022 (8)	2023 (9)	2024 (10)		2025 (11)
3.3.1.1.	03 2021 I 34	Requalificação da Rua Paixão Bastos na freguesia da Bovoia de Lamboso	02/07030301	2021/05/01	2021/12/31							[13] = [7] - [6]
Total :												

Em 19 de Junho de 2021
ORGÃO EXECUTIVO de 2021

Em 30 de Junho de 2021
ORGÃO DELIBERATIVO de 2021



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Cinco (15'):

Proposta da câmara municipal para aprovação do Relatório de Monitorização do primeiro período de vigência da Operação de Reabilitação Urbana (ORU).

DELIBERAÇÃO:

A Favor: _____ (votos)

Contra: _____ (votos)

Abstenção: _____ (votos)

Ponto Um

Informação do Presidente da Câmara Municipal para que a Câmara Municipal remeta à Assembleia Municipal, o Relatório de Monitorização do primeiro período de vigência da Operação de Reabilitação Urbana (ORU).

Seguidamente foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:

“PROPOSTA:

Conforme o previsto no n.º 1 do artigo 20.º- A, do Decreto-Lei 307/09 de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, cabe à entidade gestora da área de reabilitação urbana, neste caso a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, elaborar anualmente um relatório de monitorização o qual deve ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal.

O presente relatório incide sobre o primeiro período de vigência da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), publicada pelo Aviso nº. 9856/2019, em DR II série de 06/06/2019, e tem por objetivo avaliar a execução da operação de reabilitação em curso, numa análise do cumprimento das ações públicas propostas, bem como da recetividade dos privados para encetar ações de reabilitação.

Nesse sentido, apresenta-se à Câmara Municipal, o Relatório de Monitorização do primeiro período de vigência da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), para efeitos da sua apreciação final por parte da Assembleia Municipal.

Póvoa de Lanhoso, 12 de abril de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal,

Avelino Adriano Gaspar da Silva, Sr.”

DELIBERAÇÃO: INTEIRADOS. REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EFEITOS DE APRECIÇÃO.



RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

OPERAÇÃO DE
REABILITAÇÃO URBANA

PÓVOA DE LANHOSO

JANEIRO 2021

Índice

Índice.....	2
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO	3
1. DELIMITAÇÃO DA ARU E ORU – CRONOLOGIA.....	3
1.1 Área de Reabilitação Urbana (ARU)	3
1.2 Operação de Reabilitação Urbana e ARU.....	3
2. METODOLOGIA.....	4
3. EXECUÇÃO DOS PROJETOS/AÇÕES DO PERU	5
3.1 PROJETOS/AÇÕES EXECUTADOS ATÉ 2019.....	5
3.2 PROJETOS/AÇÕES EXECUTADOS OU INICIADOS EM 2019/2020	6
PROJETOS/AÇÕES PREVISTOS MAS NÃO EXECUTADOS/INICIADOS EM 2019/2020	8
3.3 PROJETOS/AÇÕES PROPOSTOS A EXECUTAR EM 2021	9
4. MEDIDAS COMPLEMENTARES DE INCENTIVO À REABILITAÇÃO URBANA.....	10
4.1 Instrumentos de natureza fiscal.....	11
4.2 Instrumentos de natureza regulamentar.....	11
4.3 Instrumentos de natureza financeira	12
4.4 Instrumentos de gestão, divulgação, comunicação, monitorização e divulgação	12
5. NOTA CONCLUSIVA	14

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

Conforme o previsto no n.1 do artigo 20º.- A, do Decreto- Lei 307/09 de 23 de outubro, na redação dada pela lei n.º32/2012 de 14 de agosto, cabe à entidade gestora da área de reabilitação urbana, neste caso a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, elaborar anualmente um relatório de monitorização o qual deve ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal. O presente relatório incide sobre o primeiro período de vigência da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), publicada pelo Aviso n.º. 9856/2019, em DR II série de 06/06/2019, e tem por objetivo avaliar a execução da operação de reabilitação em curso, numa análise do cumprimento das ações públicas propostas, bem como da receptividade dos privados para encetar ações de reabilitação.

O presente relatório de monitorização será dividido nos seguintes capítulos:

1. DELIMITAÇÃO DA ARU E ORU – CRONOLOGIA
2. METODOLOGIA
3. EXECUÇÃO DOS PROJETOS/AÇÕES DO PERU
4. MEDIDAS COMPLEMENTARES DE INCENTIVO À REABILITAÇÃO URBANA
5. NOTA CONCLUSIVA

1. DELIMITAÇÃO DA ARU E ORU – CRONOLOGIA

1.1 Área de Reabilitação Urbana (ARU)

- 27-11-2015 Aprovação da delimitação da ARU na Assembleia Municipal da Póvoa
- 24-12-2015 Publicação da aprovação da delimitação da ARU em D.R. 2ª série, através do Aviso n.º 15064/2015 de 24 de dezembro de 2015.
- 21-01-2016 Remissão ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), por meios eletrónicos, do ato de aprovação da delimitação da ARU.

1.2 Operação de Reabilitação Urbana e ARU

- 29-01-2019 – sessão pública de esclarecimento sobre o PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.
- 06-06-2019 - Publicação na 2ª Série do Diário da República, de 6 de junho de 2019, e Aviso n.º 9856/2019 que torna pública a aprovação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Póvoa de

Lanhoso, bem como a aprovação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), de acordo com o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), conforme deliberação da Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2019.

2. METODOLOGIA

Entendeu-se que o conteúdo dos relatórios de monitorização da ORU-CMPL devia reportar-se ao ano civil, garantindo assim a harmonia e a compatibilidade entre o presente relatório e a informação gerada pelos vários departamentos da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, assim o presente relatório reporta aos trabalhos desenvolvidos e resultados obtidos no decorrer do período de Junho de 2019 (aprovação da ORU) a Dezembro de 2020.

Assim, partindo-se do plano de ação definido no PERU, Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, da Vila da Póvoa de Lanhoso, será feito o ponto de situação quanto à execução dos projetos/ações propostos. Trata-se de uma simples constatação da realização das ações, tendo-se solicitado a colaboração na prestação de informações a dirigentes de serviços, podendo ainda assim haver inexatidão em algum projeto ou ação, intrínseco à gestão política.

3. EXECUÇÃO DOS PROJETOS/AÇÕES DO PERU

3.1 PROJETOS/AÇÕES EXECUTADOS ATÉ 2019

DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO			
PROJETOS/AÇÕES		INVESTIMENTO PREVISTO	FONTE FINANCIAMENTO
A. Núcleo central de interesse patrimonial			
Ações de reabilitação do edificado			
4	Reabilitação do Edifício Paços do Concelho	342.910€	PARU P.Lanhoso
B. Sistema de espaços públicos			
Programa Municipal de requalificação e modernização dos espaços públicos centrais			
7	Requalificação da Praça Eng. Armando Rodrigues e Envolvente	613.900€	PARU P.Lanhoso
9	Reformulação dos Largos do Amparo e da Alegria	156.195€	PARU P.Lanhoso
10	Beneficiação do Largo Barbosa e Castro	38.690€	PARU P.Lanhoso
C. Centro Cívico			
Medidas de qualificação do ambiente urbano			
21	Requalificação da Avenida de São José (promotor: junta de freguesia da Póvoa de Lanhoso)	158.443€	Orçamento JF
D. Corredor ecológico			
Valorização do corredor ecológico urbano			
28	Requalificação da Ribeira do Pontido – Fase 1	427.971€	PARU P.Lanhoso
30	Construção de estação de caravanismo	17.229€	PARU P.Lanhoso

3.2 PROJETOS/AÇÕES EXECUTADOS OU INICIADOS EM 2019/2020

DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO			
PROJETOS/ACÇÕES		CALENDARIZAÇÃO	ESTADO EXECUÇÃO
A. Núcleo central de interesse patrimonial			
Programa de valorização da paisagem histórica e simbólica do núcleo central da vila			
1	Levantamento, caracterização e diagnóstico dos ativos patrimoniais mais relevantes	2019-2020	Concluído
2	Identificar regras específicas a inserir no PDM que favoreçam a preservação do edificado e da malha urbana preexistente	2020	Em execução
3	Ações de divulgação e promoção do património edificado	2020-2021	Concluído
Ações de reabilitação do edificado			
6	Reabilitação do parque edificado privado (estimativa para 25 edifícios mais degradados)	2018-2033	Em execução
B. Sistema de espaços públicos			
Programa Municipal de requalificação e modernização dos espaços públicos centrais			
8	Reabilitação do Largo da Feira e envolvente	2019-2020	Concluído
17	Requalificação de redes pedonais na zona central da vila da Póvoa de Lanhoso: - Grupo A: Ruas Dr. Manuel Ferreira, Dr. Gonçalo Sampaio, Capitão Tinoco de Faria, Luís de Camões e Dr. Avelino Pereira de Carvalho - Grupo B: Rua Martim Moniz, Rua 1º de Maio e parte da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro - Grupo C: Avenida dos Bombeiros Voluntários, Rua da Misericórdia e parte da Rua António Francês	2019	Concluído
18	Promoção da Mobilidade Elétrica na vila da Póvoa de Lanhoso (instalação de 3 postos de carregamento)	2019	Em execução
C. Centro Cívico			
Medidas de qualificação do ambiente urbano			
20	Reabilitação do parque edificado privado (estimativa para 16 edifícios mais degradados incluindo o Cine Fórum da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso)	2018-2033	Em execução
23	Apoio municipal à instalação de esplanadas (isenção da taxa de esplanada - 650€/anuais)	2020	Em execução
24	Programa municipal de apoio à modernização do comércio de rua (taxas municipais, apoio técnico ao projeto)	2020	Em execução *através do Gabinete de Desenvolvimento económico
Ações de gestão e animação urbana			
25	Moda Lanhoso (evento anual a realizar no centro da vila)	2019-2033	Em execução
26	Programação cultural diversa de animação do centro urbano da vila	2019-2033	Em execução
27	Mercado da Terra - Promoção dos Recursos Endógenos (a repetir anualmente)	2019-2033	Em execução

E. Núcleos periféricos			
Qualificação do núcleo de pinheiro e zona do castelo de Lanhoso			
34	Reabilitação do parque edificado privado (estimativa para 9 edifícios mais degradados)	2018-2033	Em execução
37	Valorização do Castelo de Lanhoso e sua envolvente urbanizada (programação artística e cultural, sinalética)	2019-2022	Em execução
Valorização do núcleo de Aldeia			
38	Reabilitação do parque edificado privado (estimativa para 10 edifícios mais degradados)	2018-2033	Em execução
Requalificação da zona empresarial/ industrial do Mirão			
40	Reabilitação do parque edificado privado e dos pavilhões industriais (estimativa para 4 edifícios mais degradados)	2018-2033	Em execução
F. Tecido urbano heterógeno e fragmentado			
Promover a estruturação e consolidação da malha urbana			
42	Reabilitação do parque edificado privado (estimativa para 19 edifícios mais degradados)	2018-2033	Em execução

A nível do programa Municipal de requalificação e modernização dos espaços públicos centrais, e sobre a ação 18 foi colocado um posto de carregamento elétrico (com duas tomadas de ligação que serve dois lugares de estacionamento) na Avenida 25 de Abril.

O apoio municipal à instalação de esplanadas, ação 23, está prevista prolongar-se no ano 2021.

As ações de gestão e animação urbana, em 2019 decorreram conforme planeadas, tendo sido realizadas pelo menos seis feiras de Mercado da Terra. Em 2020, ano marcado pelos constrangimentos decorrentes do combate à propagação da pandemia de covid-19, estes tipos de ações foram reduzidas, mantendo-se no entanto, de forma adaptada as circunstâncias, diversas iniciativas no âmbito da ação 26, programação cultural diversa de animação do centro urbano da vila.

Em relação ao parque edificado privado, localizado no núcleo central, ação 6, no centro cívico, ação 20, e nos vários núcleos periféricos, ações 34, 38, 40 e 42, realizaram-se apenas três vistorias finais, uma de imóvel localizado no Centro Cívico e duas em tecido urbano heterógeno e fragmentado, que comprovam a sua reabilitação. No entanto, foram solicitadas dezoito certidões de localização de imóveis em ARU, distribuídas pelos sistemas espaciais estruturantes da ARU conforme tabela que se apresenta, o que demonstra interesse dos proprietários na sua reabilitação, que poderá ocorrer nos próximos anos.

SISTEMAS ESPACIAIS ESTRUTURANTES DA ARU DA VILA DA POVOA DE LANHOSO	N.º
A. Núcleo central de interesse patrimonial	4
C. Centro Cívico	1
E. Núcleos periféricos	
Qualificação do núcleo de Pinheiro e zona do Castelo de Lanhoso	0
Valorização do núcleo rural de Aldeia	1
Requalificação da zona empresarial/industrial do Mirão	1
F. Tecido urbano heterógeno e fragmentado	11
TOTAL	18

PROJETOS/AÇÕES PREVISTOS MAS NÃO EXECUTADOS/INICIADOS EM 2019/2020

DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO		
PROJETOS/AÇÕES		CALENDARIZAÇÃO
A. Sistema de espaços públicos		
Programa Municipal de requalificação e modernização dos espaços públicos centrais		
12	Requalificação da Avenida 25 de Abril	2020-2022
Implementação de novas soluções ao nível da mobilidade urbana sustentável		
14	Rede urbana ciclável "Póvoa de Lanhoso Ciclável" (ligações entre os principais polos geradores de viagens na vila)	2020-2021
15	Implementação de Zonas 30 na sede do concelho de modo a incrementar as condições de segurança de peões e ciclistas (3.096 metros de extensão de zonas circulação 30 km/h)	2020-2021
16	Requalificação de 15 paragens de autocarro (paragens modelares com diferentes tipologias e equipamentos de apoio: zona de espera, quiosque, painel informativo, parque bicicletas, instalações sanitárias, ponto de carregamento elétrico, pré instalação de cabos para conexão wi-fi)	2020 *parcialmente executado

Muitas das ações previstas que não foram realizadas foram afetadas pelo contexto da pandemia, que inviabilizou a sua execução ou aplicabilidade, ou por simplesmente terem surgido outras necessidades, de gestão prioritária, de apoio a famílias e comércio/indústrias por forma a minimizar os efeitos da pandemia.

Estes projetos/ações, deverão manter-se como proposta para o ano de 2021, aguardando-se a sua possível realização.

3.3 PROJETOS/AÇÕES PROPOSTOS A EXECUTAR EM 2021

DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO			
PROJETOS/ACÇÕES		INVESTIMENTO PREVISTO	CALENDARIZAÇÃO
A. Núcleo central de interesse patrimonial			
Ações de reabilitação do edificado			
5	Reabilitação de edifício público no Largo António Lopes (anexo ao Theatro Club)	292.702 €	2021-2025
B. Sistema de espaços públicos			
Programa Municipal de requalificação e modernização dos espaços públicos centrais			
13	Qualificação do Alto da Bela e conexão com a Praça Eng. Armando Rodrigues	100.000 €	2021-2025
C. Centro Cívico			
Medidas de qualificação do ambiente urbano			
22	Instalação de mobiliário urbano	40.000 €	2021-2023
D. Corredor ecológico			
Valorização do corredor ecológico urbano			
29	Requalificação da Ribeira do Pontido - Fase 2	552.690 €	2021-2023

A reabilitação do edifício público no Largo António Lopes (anexo ao Theatro Club), previsto no plano de ação do PERU entre os anos de 2021 e 2025, deverá iniciar este ano, uma vez que o município abriu concurso público para apresentação das propostas para o procedimento designado “Reabilitação de edifício para instalação da Casa do Livro” em novembro de 2020. O referido procedimento não obteve propostas válidas, mas deverá ser reaberto novo procedimento em breve.

4. MEDIDAS COMPLEMENTARES DE INCENTIVO À REABILITAÇÃO URBANA

DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO			
PROJETOS/ACÇÕES		CALENDARIZAÇÃO	ESTADO EXECUÇÃO
Medidas complementares de incentivo à Reabilitação Urbana			
Instrumentos de natureza fiscal			
48	Disponibilização de incentivos fiscais que decorrem do Estatuto dos Benefícios Fiscais (em sede de IMI, IMT, tributação em IRS de mais-valias e rendimentos prediais, IRC aplicáveis a FII)	2018-2033	Em vigor
49	Disponibilização de incentivos fiscais que decorrem do Código do IVA (aplicação da taxa reduzida de 6%)	2018-2033	Em vigor
Instrumentos de natureza regulamentar			
50	Acesso ao RERU - Regime Excepcional e Temporário para a Reabilitação Urbana (D-L 53/2014, de 8 de abril)	2018-2020	Revogado pelo DL n.º95/2019
51	Adoção de um Regime Especial de Taxas Municipais (através de isenções ou reduções) aplicáveis à realização das operações urbanísticas de reabilitação de edifícios, ou à instalação, dinamização e modernização de atividades económicas.	2020	Não executado
Instrumentos de natureza financeira			
52	Dinamização de sessão de divulgação e esclarecimento do IFRU 2020	2018	Executado
53	Identificação e diagnóstico de possíveis edifícios públicos a incluir no FNRE	2019-2020	Não executado
54	Elaboração da Estratégia Local de Habitação do Município da Póvoa de Lanhoso (que possibilite o acesso a alguns dos instrumentos da Nova Geração de Políticas de Habitação)	2019	Em execução
Instrumentos de gestão, divulgação, comunicação, monitorização e divulgação			
55	Criação do GRU - Gabinete da Reabilitação Urbana do município da Póvoa de Lanhoso (equipa de Projeto a criar, sob dependência política do Pelouro do Planeamento e Ordenamento do Território e dependência orgânica DGUPOT)	2019-2033	Criado *ajustado aos recursos existentes na divisão DPOT
56	Elaboração de um Guia/ Manual de Boas Práticas de Reabilitação (orientado e vocacionado para as tipologias construtivas, os problemas e as soluções mais disseminadas na ARU) Investimento previsto: 30.000,0€	2020	Não executado
57	Promover práticas de projeto e de licenciamento que valorizem a sustentabilidade das soluções de infraestruturas do espaço público	2019-2033	Em execução
58	Ações de divulgação e comunicação do PERU da Vila da Póvoa de Lanhoso (elaboração e distribuição de folhetos informativos; criação de um micro site, ligado ao site da CMPL, dedicado à temática da reabilitação urbana; elaboração e distribuição de newsletter temática)	2018-2033	Em execução
59	Criação do Sistema de Monitorização, Acompanhamento e Avaliação do PERU da Vila da Póvoa de Lanhoso (SMAA) e elaboração dos relatórios de monitorização e avaliação do PERU Investimento previsto: 20.000,00€	2018-2033	Em execução parcial

4.1 Instrumentos de natureza fiscal

Relativamente aos incentivos fiscais, estes revelam importância no estímulo às operações de reabilitação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais ativa no processo de adesão ao PERU. Neste ponto, e relativamente ao ano [período] de 2019/2020, realça-se a isenção de IMI por um período de três anos para edifícios alvo de ações de reabilitação, a isenção de IMT nas aquisições de prédios urbanos ou frações autónomas de prédios urbanos destinadas exclusivamente à habitação própria e permanente, a dedução, redução ou isenção de taxas e encargos relacionados com a reabilitação urbana, no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e no Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Para os processos iniciados a partir do dia 1 de janeiro de 2018, e devido a alterações introduzidas no EBF pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2018) a candidatura aos benefícios fiscais (IMI e IMT) é feita de acordo com o estabelecido no art.º 45.º do EBF, e nestes casos a isenção de IMI é de 3 anos, tendo que verificar-se, entre outros requisitos, a subida de dois níveis entre o Estado de conservação do imóvel antes do início e após a conclusão das obras. Nestes casos, as vistorias são efetuadas de acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.

Desde a aprovação da delimitação da ARU até à presente data foram efetuadas 15 vistorias iniciais, sendo que destas, 4 efetuadas após aprovação da ORU. Foram também realizadas 3 vistorias finais e respetivos relatórios com emissão da certidão e comunicação aos serviços locais de finanças.

Para a candidatura a redução da taxa de IVA a 6%, aplica-se o disposto no Código do Imposto sobre o valor acrescentado, desde início de aprovação de ARU foram emitidas 47 certidões, sendo que destas 17 emitidas após aprovação da ORU.

4.2 Instrumentos de natureza regulamentar

O Regime Excecional e Temporário para a Reabilitação Urbana, RERU, publicado pelo Decreto-Lei 53/2014, de 8 de abril, foi entretanto revogado e substituído pelo REGIME APLICÁVEL À REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS, DL n.º 95/2019, publicado a 18 de julho de 2019.

4.3 Instrumentos de natureza financeira

O Município da Póvoa de Lanhoso promoveu, no dia 12 de junho de 2018, uma sessão de esclarecimento aberta a toda a população, sobre os apoios disponíveis e requisitos para obter financiamento através do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas 2020 (IFRU 2020).

A elaboração da estratégia local de habitação no âmbito da nova geração de políticas para a habitação, encontra-se em execução, através de prestação de serviços de assessoria técnica pela QUATERNAIRE PORTUGAL – CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO, SA.

4.4 Instrumentos de gestão, divulgação, comunicação, monitorização e divulgação

O GRU, Gabinete de Reabilitação Urbana, a que se refere a ação 55, foi criado no Regulamento de organização dos serviços municipais, estrutura e competências aprovado pela Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, em sessão ordinária realizada no dia 30 de abril de 2019, e publicado em Diário da República, 2ª série, N. º106, a 3 de junho de 2019.

No entanto não foi criado com a estrutura técnica pluridisciplinar que estava definida no PERU, mas sim ajustada aos recursos existentes na divisão.

A prossecução da estratégia de reabilitação urbana tem sido assegurada pelos técnicos nomeados para integrar a comissão de vistorias, aprovada em reunião de camara de 4 de novembro de 2019, constituída por Carlos Marinho, Raquel Almeida, Cristina Cruz e Melisa Costa. Esta comissão de vistorias assume varias competência nomeadamente: cumprir as solicitações quotidianas, onde se incluem a realização de vistorias, bem como a emissão de informações internas necessárias à emissão das certidões; a constatação e compilação de informação da situação e desenvolvimento das diferentes ações ou projetos explanados no PERU; promover, sensibilizar e divulgar as estratégias e ferramentas de estímulo a reabilitação urbana, assim como o atendimento pelas diversas formas possíveis de munícipes/projetistas para esclarecimento de dúvidas.

Em semelhança ao descrito, também a nível da ação 59, não foi ainda criado um Sistema de Monitorização, Acompanhamento e Avaliação do PERU da Vila da Póvoa de Lanhoso (SMAA), mas os mesmos técnicos da comissão de vistorias assumem a elaboração de uma monitorização geral, vertido no presente relatório, construindo assim um instrumento de avaliação sobre a implementação da Operação de Reabilitação Urbana, que permita a sua gestão por parte da camara municipal.

No âmbito da divulgação do conteúdo da ORU, ação 58, a CMPL procurou difundir de uma forma generalizada o conteúdo do programa, assim como a informação sobre os vários aspetos do mesmo. Entre outras formas, destaca-se a apresentação pública à população para divulgação da estratégia da reabilitação urbana, a disponibilização no site da CMPL, onde podem ser consultados todos os elementos referentes à ARU, assim como o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), o aviso da publicação em diário da república. Temos ainda disponível no Geoportal a Área para consulta no site da CMPL.

Tínhamos ainda em estudo brochuras informativas em papel, no entanto e por tratar-se de um ano atípico, devido ao COVID-19 não foram disponibilizadas.

No entanto, sempre que é solicitado, é feito o atendimento presencial, via telefónica ou através de email, de modo a facilitar a ligação com os vários intervenientes no processo de reabilitação (proprietários, investidores e projetistas), criando condições para a promoção da reabilitação e preservação do edificado dentro de ARU. Nestes diversos contactos são informados sobre a metodologia e os diferentes benefícios.

Com a experiência dos contatos e esclarecimentos realizados, propôs-se também a alteração dos requerimentos existentes no âmbito ARU por forma a facilitar a sua utilização e enquadramento. Encontram-se em fase de validação, pelo que ainda não estão em vigor, mas deverão ser aplicados em breve.

5. NOTA CONCLUSIVA

A Operação de Reabilitação Urbana (ORU) em curso apresenta uma razoável percentagem de execução se considerarmos o investimento realizado desde 2019 face às ações consideradas prioritárias pelo Programa Estratégico.

No entanto a presente conjuntura económica internacional desfavorável com uma pandemia e paragens a vários níveis, refletiu-se, inevitavelmente, na retração do investimento na reabilitação urbana dos imóveis por parte dos seus proprietários. A dificuldade no acesso ao crédito, ou o receio por parte dos investidores particulares conjugados com o contexto económico adverso, constituem os fatores que influenciaram os baixos níveis de execução da ORU, no que toca a intervenções de âmbito particular, mesmo existindo instrumentos financeiros como o IFFRU.

Por sua vez, as intervenções de âmbito público apresentaram um elevado nível de execução até ao ano de 2019. As ações posteriores foram condicionadas pelo contexto pandémico e pelo investimento realizado fora de ARU.

À consideração superior,

Póvoa de Lanhoso, janeiro de 2021

Pelos elementos da DPOT,

As técnicas, Cristina Cruz e Raquel Almeida



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Seis (15`):

Proposta da câmara municipal para alteração ao contrato de médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.100.000€ (um milhão e cem mil euros), celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Caixa Geral de Depósitos a 08 de maio de 2019, com a referência 0663/005930/091.

DELIBERAÇÃO:

A Favor: _____ (votos)

Contra: _____ (votos)

Abstenção: _____ (votos)

Ponto Sete

Proposta do Presidente da Câmara Municipal para que a câmara municipal proponha à assembleia municipal, nos termos da alínea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a alteração ao contrato de médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.100.000€ (um milhão e cem mil euros), celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Caixa Geral de Depósitos a 08 de maio de 2019, com a referência 0663/005930/091.

Seguidamente foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:

“PROPOSTA:

Considerando a contratação do Empréstimo de Médio e Longo Prazo para beneficiação de investimentos nas freguesias até ao montante de 1.1000.000€, celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Caixa Geral de Depósitos a 08 de maio de 2019, com a referência 0663/005930/091;

Considerando a previsão efetuada ao nível contratual dos projetos que se visavam financiar com o identificado contrato;

Considerando que relativamente ao valor de financiamento, verificou-se, com a consecutiva concretização dos projetos, que os valores inicialmente previstos estavam sobrestimados, em cerca de **71.323,58€**, correspondendo os seguintes valores remanescentes para cada projeto de investimento:

- Centro Cívico de Esperança na União de Freguesias de Esperança e Brunhais – 20.963,01€
- Requalificação da Rua de Várzea na Freguesia de Monsul – 6.986,02€
- Requalificação da Rua da Misericórdia na Freguesia da Póvoa de Lanhoso – 1.166,34€
- Requalificação da Rua de S. Tiago na Freguesia de Vilela – 9.274,23€
- Requalificação das Ruas de Nasce e Frades na União de Freguesias de Calvos e Frades – 6.421,95€
- Requalificação da Poça de Varziela e das Ruas da Serra e dos Trânhedos na Freguesia de Rendufinho – 3.166,09€
- Construção de novo arruamento de ligação à Vila na Freguesia de Galegos – 15.644,89€
- Requalificação da E.M. 1359 nas Freguesias de S. João de Rei e Rendufinho – 7.701,05€

Em face do exposto e sendo pretensão do executivo municipal afetar o valor remanescente supra referenciado para reforço do valor adstrito às obras:

1. “Requalificação da Rua de S. Bento, na freguesia de St. Emilião”, inscrita com o PPI 2019|1|10, atendendo que se trata de uma obra que confina com a EN310, cuja tutela é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, e que esta entidade aumentou o nível de exigência técnica da obra, exigindo para o seu licenciamento disposições construtivas pouco usuais, nomeadamente ao nível da verificação de estabilidade, dos sistemas de drenagem de águas pluviais, da tipologia de solos a utilizar em aterros e da sua compactação, que fazem com que o valor inicialmente previsto aquando da contratação do

empréstimos manifestamente insuficiente para acomodar as exigências impostas – valor de 46.970,04€ (quarenta e seis mil novecentos e setenta euros e quatro cêntimos).

2. Incorporação de novo investimento que se enquadra na tipologia do presente contrato de financiamento, designadamente “Requalificação da Rua Paixão Bastos na freguesia da Póvoa de Lanhoso”, inscrito no PPI com o número 2021 | I | 34 – valor de 24.353,54€ (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos).

Considerando que não existem quaisquer alterações às condições do contrato, apenas a alteração de valores entre os projetos de investimento que constam do contrato de financiamento;

Face ao exposto, verifica-se a necessidade de se efetuar uma adenda ao contrato, de forma a reprogramar as dotações de financiamento de cada um dos projetos referenciados.

Nesse sentido, propõe-se, a aprovação da presente proposta para que a câmara municipal proponha à assembleia municipal, nos termos da alínea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a alteração ao contrato de médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.100.000€ (um milhão e cem mil euros), celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Caixa Geral de Depósitos a 08 de maio de 2019, com a referência 0663/005930/091.

Póvoa de Lanhoso, 14 de abril de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal,

Avelino Adriano Gaspar da Silva, sr.”

**DELIBERAÇÃO: APROVADO POR MAIORIA, COM ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA.
REMETA-SE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

INFORMAÇÃO INTERNA

DE:	DGFP - Chefe de Divisão
ASSUNTO:	Adenda ao contrato de MLP para financiamento de beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.100.000€

Informação n.º 568/2021 INT

Data 15-04-2021

Considerando que:

- A contração do Empréstimo de Médio e Longo Prazo para beneficiação de investimentos nas freguesias até ao valor de 1.100.000€ foi efetuada de acordo com a estimativa de custos para os investimentos a efetuar;

- Da listagem dos investimentos a efetuar no âmbito deste financiamento, as seguintes obras ficaram 71.323,58€ aquém do valor previsto aquando da contratação do empréstimo supra referenciado:

- Centro Cívico de Esperança na União de Freguesias de Esperança e Brunhais – 20.963,01€
- Requalificação da Rua de Várzea na Freguesia de Monsul – 6.986,02€
- Requalificação da Rua da Misericórdia na Freguesia da Póvoa de Lanhoso – 1.166,34€
- Requalificação da Rua de S. Tiago na Freguesia de Vilela – 9.274,23€
- Requalificação das Ruas de Nasce e Frades na União de Freguesias de Calvos e Frades – 6.421,95€
- Requalificação da Poça de Varziela e das Ruas da Serra e dos Trânhedos na Freguesia de Rendufinho – 3.166,09€
- Construção de novo arruamento de ligação à Vila na Freguesia de Galegos – 15.644,89€
- Requalificação da E.M. 1359 nas Freguesias de S. João de Rei e Rendufinho – 7.701,05€

- O período de utilização do empréstimo supra referenciado termina no próximo mês de julho;

- A pretensão do executivo municipal de afetar o valor remanescente supra referenciado da seguinte forma:

- reforço do valor adstrito à obra "Requalificação da Rua de S. Bento, na freguesia de St. Emilião", inscrita com o PPI 2019||10, atendendo que se trata de uma obra que confina com a EN310, cuja tutela é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, e que esta entidade aumentou o nível de exigência técnica da obra, exigindo para o seu licenciamento disposições construtivas pouco usuais, nomeadamente ao nível da verificação de estabilidade, dos sistemas de drenagem de águas pluviais, da tipologia de solos a utilizar em aterros e da sua compactação, que fazem com que o valor inicialmente previsto aquando da contratação do empréstimos manifestamente insuficiente para acomodar as exigências impostas – 46.970,04€
- incorporar novo investimento que se enquadra na tipologia do presente contrato de financiamento, designadamente "Requalificação da Rua Paixão Bastos na freguesia da Póvoa de Lanhoso", inscrito no PPI com o número 2021 | 1 | 34 – 24.353,54€.

- Não existem quaisquer alterações às condições do contrato, apenas a inclusão de um novo projeto de investimento e alteração de valores entre os projeto de investimento que constam do contrato de financiamento;

Face ao exposto, verifica-se a necessidade de se efetuar uma adenda ao contrato, de forma a reprogramar as dotações de financiamento de cada um dos projetos referenciados.

À consideração superior.

Chefe de Divisão



Hélder Manuel Lima Rodrigues



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Sete (15`):

Proposta da câmara municipal para celebração de protocolo para atribuição de subsídio com a junta de freguesia da união de freguesias de Calvos e Frades, bem como a aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

DELIBERAÇÃO:

A Favor: _____ (votos)

Contra: _____ (votos)

Abstenção: _____ (votos)

Ponto Nove

Proposta do Presidente da Câmara Municipal para que a câmara municipal proponha à assembleia municipal, nos termos da alínea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de protocolo para atribuição de subsídio à junta de freguesia da união de freguesias de Calvos e Frades, bem como a aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Seguidamente foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:

“PROPOSTA:

Considerando que, veio a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Calvos e Frades, NIF 510835376, solicitar a celebração de protocolo para atribuição de subsídio;

Considerando que o pedido de celebração de protocolo para atribuição de subsídio destina-se à requalificação da sede da junta de freguesia com previsão de ampliação de instalações para o desenvolvimento de projeto cultural de âmbito concelhio, designadamente, para acolhimento da sede da Banda de Música de Calvos, cujo valor estimado perfaz 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros).

Nesse sentido, propõe-se que a câmara municipal proponha à assembleia municipal, nos termos da alínea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração protocolo para atribuição de subsídio, cuja minuta se anexa, no valor de 200.000,00€ (duzentos mil euros) (100.000,00€ a pagar em 2021 e 100.000,00€ a pagar em 2022) à junta da união de freguesias de Calvos e Frades, bem como a aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Póvoa de Lanhoso, 14 de abril de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal

Avelino Adriano Gaspar da Silva, sr.”

DELIBERAÇÃO: APROVADO POR UNANIMIDADE.

(Minuta do contrato)

PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CALVOS E FRADES PARA REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA.

PRIMEIRO OUTORGANTE: Avelino Adriano Gaspar da Silva, titular do Cartão de Cidadão nº 03865390, válido até 02 de fevereiro de 2022, residente na Rua dr. Manuel Ferreira n.º 129, Póvoa de Lanhoso, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Avenida da República desta vila, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506.632.920, com sede na Avenida da República, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: xxxxxx, titular do Cartão de Cidadão nº xxxxx, emitido xxxxx, residente xxxxx, em representação da **UNIÃO de FREGUESIAS DE xxxx**, na qualidade de Presidente da respetiva Junta, com sede na xxxxx, da referida freguesia de xxxxx, pessoa coletiva nº xxxxxx, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA**.

Foi verificada a identidade do primeiro outorgante, bem como a qualidade e suficiência de poderes para este ato, por conhecimento pessoal.

Foi verificada a identidade do segundo outorgante em face da exibição do seu cartão de cidadão e a qualidade em que outorga e respetivos poderes de representação pela ata da sessão de instalação da Assembleia de Freguesia de _____ realizada em _____ de _____ de 201_, documentos que se arquivam.

Considerando:

1 – Que a **FREGUESIA**, por força do disposto no artigo 7º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dispõe de atribuições no domínio, entre outras, do equipamento rural e urbano, do ambiente e salubridade, do desenvolvimento, do ordenamento urbano e rural e da proteção da comunidade, sendo suas competências próprias nessa matéria, designadamente, gerir, conservar e ou promover a limpeza e reparação de espaços

públicos e equipamentos de âmbito local e administrar e conservar o património da freguesia, conforme estabelecido nas alíneas z), aa), bb), hh) e ii) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo diploma legal;

2 – Que, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

3 – Que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso preparou com a Junta de Freguesia/União de Freguesias de _____ o presente contrato;

Entre os representados de ambos os outorgantes é celebrado o presente instrumento, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de _____, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de _____.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio à **FREGUESIA** para elaboração/execução do projeto/da obra _____, cujo valor total se estima em € _____.

Cláusula 2ª

(Valor do subsídio)

1 – O subsídio a atribuir, no valor até _____, destina-se a participar a execução do projeto/da obra que a Junta de Freguesia consensualizar com o Presidente da Câmara Municipal e descrito na cláusula 1ª.

2 – A referida verba será transferida para a FREGUESIA, após a realização dos autos de verificação dos trabalhos executados pelos serviços técnicos do Município, da seguinte forma:

a) 100.000,00€ em 2021;

b) 100.000,00€ em 2022.

3 – A realização dos autos mencionados no número anterior, deverá ocorrer até 60 dias após a solicitação da freguesia.

4 - No contexto do custo total do projeto/da obra a realizar, a **FREGUESIA** assume a responsabilidade pelo respetivo pagamento até à sua conclusão integral.

5 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1 desta cláusula, o montante do subsídio a conceder será, se necessário e desde que fundamentado, objeto de reforços financeiros.

Cláusula 3.ª

Obrigações da FREGUESIA

1. No âmbito do presente contrato, a **FREGUESIA** obriga-se a:

- a) Exercer uma correta e equilibrada execução do projeto ou da obra constante da cláusula 1ª;
- b) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis.
- c) Afixar, no local da obra e de forma visível da via pública, uma placa descritiva a publicitar o subsídio atribuído pelo **MUNICÍPIO**, durante e até seis meses após a conclusão da obra/transferência do apoio.

Cláusula 4ª

Execução e avaliação

1 - A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo, pelo **MUNICÍPIO** que, se solicitado pela **FREGUESIA**, poderá conceder acompanhamento técnico.

Cláusula 5ª

Validade do Contrato

O presente contrato é válido para o decurso do atual mandato esgotando-se os seus efeitos com a concretização do objeto definido na cláusula primeira.

Cláusula 6.ª

Resolução pelas partes outorgantes

Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 7.ª

Revogação

- 1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato.
- 2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 8ª

Revisão

Qualquer alteração ou adaptação ao presente contrato carece de prévio acordo entre as partes, a prestar por escrito.

Cláusula 9ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pela (s) proposta (s) de cabimento nº (s) _____, de _____ (data), correspondendo-lhe(s) o(s) compromisso(s) nº(s) _____ de _____ (data).

Cláusula 10ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado e a afetação de verbas associada; **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 – Subsidiariamente, observar-se-á, ainda o Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal; **b)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em _____ de _____ de 202_ pelo ____ Serviço de Finanças da Póvoa de Lanhoso; **b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ____ de _____ de 202_.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Póvoa de Lanhoso, ____ de _____ de 202_.

Pela Câmara Municipal
da Póvoa de Lanhoso

(Avelino Adriano Gaspar da Silva)

Pela Junta de

()

2021/04/14

RESOLUÇÃO N.º 4/2020 (5 DE JANEIRO DE 2021)

helder

ANEXO II
INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.º 2 do artigo 14.º)

ENTIDADE : MUNICIPIO DA POVOA DE LANHOSO (subsetor da Administração Local) NIF 506632920

Número sequencial de cabimento : 2021 / 915

Data do registo (1) : 2021/04/14

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :

		(€)		(%)		Outras Fontes :		(€)		(%)	
Receitas gerais						Contração de Empréstimos					
X Receitas próprias	1.992.000,00	(€)	100.00	(%)		Tranferências no âmbito das Adm. Públicas		(€)		(%)	
Financiamento da UE		(€)		(%)		Outras: Identificação _____		(€)		(%)	

Classe 0

ORÇAMENTO DO ANO 2021

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Classificação Funcional : 4.2.1. 01 Administrações públicas

Transferências p/Juntas de Freguesia no âmbito da delegação de competências, protocolos e acordos de execução

Classificação Económica : 09050102 CONTINENTE

Freguesias

N.º Rubrica do Plano : 2014 A 22

ITEM	DESCRIPTIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2022	2023	2024	Seguintes
1	Orçamento inicial	1.992.000,00	1.095.642,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	897.500,00	1.000.000,00			
3 = 1+2	Dotação corrigida	2.889.500,00	2.095.642,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	2.660.509,26				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	228.990,74	2.095.642,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	100.000,00	100.000,00			
8 = 6-7	Saldo Residual	128.990,74	1.995.642,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental

Data: 2021/04/14 Número de lançamento no diário do orçamento: 10759

Outras Observações :

Proposta de Cabimento n.º 2021/915

SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO E ALARGAMENTO DA SEDE DA JUNTA

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:

Nome

Cargo / função

Data

____ / ____ / ____

(assinatura)

2021/04/14

RESOLUÇÃO N.º 4/2020 (5 DE JANEIRO DE 2021)

helder

ANEXO III
INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.º 2 do artigo 14.º)

ENTIDADE : MUNICIPIO DA POVOA DE LANHOSO (subsetor da Administração Local) NIF 506632920

Número sequencial de compromisso : 2021 / 1091

Data do registo (1) : 2021/04/14

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :		Outras Fontes :			
Receitas gerais	(€)	(%)	Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	1.992.000,00	(€) 100.00	(%)	Tranferências no âmbito das Adm. Públicas	(€) (%)
Financiamento da UE		(€)	(%)	Outras: Identificação _____	(€) (%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2021
 Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS
 Classificação Funcional : 4.2.1. 01 Administrações públicas
 Transferências p/Juntas de Freguesia no âmbito da delegação de competências, protocolos e acordos de execução
 Classificação Económica : 08050102 CONTINENTE
 Freguesias
 N.º Rubrica do Plano : 2014 A 22

ITEM	DESCRIPTIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2022	2023	2024	Seguintes
1	Orçamento inicial	1.992.000,00	1.095.642,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	897.500,00	1.000.000,00			
3 = 1+2	Dotação corrigida	2.889.500,00	2.095.642,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	2.660.509,26				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	228.990,74	2.095.642,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	100.000,00	100.000,00			
8 = 6-7	Saldo Residual	128.990,74	1.995.642,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental

Data: 2021/04/14 Número de lançamento no diário do orçamento: 10788

Outras Observações :

Documento n.º 2021/1403, Compromisso n.º 2021/1091 SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO E ALARGAMENTO DA SEDE DA JUNTA
 Foi atribuído o Fundo Disponível n.º 1632 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA
 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:

Nome

Cargo / função

Data

____ / ____ / ____

(assinatura)